



**PLANO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL
2026-2029
CORONEL DOMINGOS
SOARES - PR**



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC – Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CECAD – Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único
CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social
CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
FA – Família Acolhedora
FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social
LA – Liberdade Assistida
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei Orçamentária Anual
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
MDS – Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
NOB-RH/SUAS – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS
NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PIA – Plano Individual de Atendimento
PDU – Plano de Desenvolvimento do Usuário
PMAS – Plano Municipal de Assistência Social
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PPA – Plano Plurianual
PSC – Prestação de Serviços à Comunidade
PSB – Proteção Social Básica
PSE – Proteção Social Especial
PPP – Projeto Político-Pedagógico
RMA – Registro Mensal de Atendimentos
SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SGD – Sistema de Garantia de Direitos
SISC – Sistema de Informação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
TCU – Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	6
2. IDENTIFICAÇÃO	7
2.1. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO	7
2.1.1. Responsáveis pela revisão	7
2.2. PREFEITURA MUNICIPAL	7
2.3. ÓRGÃO GESTOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	8
2.4. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	8
2.5. CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	8
2.5.1. Membros do Conselho Municipal de Assistência Social	9
3. DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL	9
3.1. HISTÓRICO DO MUNICÍPIO E PERFIL DEMOGRÁFICO	10
3.1.1. Breve histórico do município	10
3.1.2. Perfil demográfico geral	11
3.2. PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E CONDIÇÕES DE VIDA	14
3.2.1. População por raça/cor	14
3.2.2. Estrutura etária	16
3.2.3. Educação	17
3.2.3.1. Caracterização da Rede Municipal de Educação	17
3.2.3.2. Unidades de Educação na Sede (Área Urbana)	18
3.2.3.3. Unidades de Educação na Zona Rural	18
3.2.3.4. Rede estadual de ensino	19
3.2.4. Saúde	20
3.2.4.1. Mortalidade infantil	21
3.2.5. Economia, trabalho e rendimento	22
3.3. A IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO	24
3.3.1. Estruturação atual da Política de Assistência Social – SUAS Municipal	24
3.3.2. Gestão do SUAS	30
3.3.3. Serviços da Proteção Social Básica	31
3.3.4. Serviços da Proteção Social Especial (Média e Alta Complexidade) ..	31
3.3.5. Rede socioassistencial complementar (entidades, organizações, parceiros) ..	33
3.3.6. Cobertura socioassistencial e abrangência territorial	34
3.4. PERFIL DO PÚBLICO DO CADASTRO ÚNICO, BOLSA FAMÍLIA, BPC E INDICADORES DE VULNERABILIDADE	35
3.4.1. Cadastro Único	35
3.4.1.1. Panorama geral do Cadastro Único	35
3.4.1.2. Perfil sociodemográfico do Cadastro Único	37
3.4.1.2.1. Pessoas por sexo	37
3.4.1.2.2. Faixa etária	38
3.4.1.2.3. Situação do Domicílio (Urbano e Rural)	39
3.4.1.2.4. Raça/Cor	40
3.4.1.2.5. Perfil das famílias do Cadastro Único	41
3.4.1.2.6. Renda e Condições Socioeconômicas das Famílias do CadÚnico	43
3.4.1.3. Vulnerabilidades Identificadas no Cadastro Único	44

3.4.1.4.	Considerações Territoriais do CadÚnico	44
3.4.2.	Beneficiários do Programa Bolsa Família	45
3.4.2.1.	Panorama do Programa no Município	45
3.4.2.2.	Perfil Sociodemográfico dos Beneficiários (Pessoas)	45
3.4.2.2.1.	Por Faixa Etária (Out/2025).....	46
3.4.2.2.2.	Por Sexo (Out/2025)	47
3.4.2.2.3.	Por Raça/Cor (Out/2025)	47
3.4.2.3.	Distribuição Territorial	48
3.4.2.3.1.	Famílias por Zona	48
3.4.2.3.2.	Famílias por Localidade.....	49
3.4.2.4.	Condicionalidades do Programa Bolsa Família.....	52
3.4.2.4.1.	Educação (Set/2025)	52
3.4.2.4.2.	Saúde (Jun/2025)	53
3.4.2.5.	Diagnóstico Socioterritorial das Famílias Beneficiárias do Bolsa Família	54
3.4.3.	Benefício de Prestação Continuada – BPC.....	55
3.4.3.1.	Distribuição dos Benefícios de Prestação Continuada por Espécie e faixa etária	55
3.4.3.2.	Análise Territorial dos Beneficiários do BPC	57
3.4.3.3.	Análise por sexo.....	61
3.4.3.4.	Síntese Final do BPC no Diagnóstico Socioterritorial.....	63
3.5.	INDICADORES DE ATENDIMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	63
3.5.1.	Registro Proteção Social Básica	64
3.5.1.1.	Registro Mensal de Atendimentos (RMA).....	64
3.5.1.2.	Sistema de Informações do SCFV – SISC	67
3.5.2.	Dados e indicadores PSE	70
3.5.2.1.	Proteção Social Especial de Média Complexidade	70
3.5.2.2.	Proteção Social Especial de Alta Complexidade.....	73
3.5.3.	Considerações sobre os serviços executados	74
3.6.	VIOLAÇÕES, VIOLÊNCIAS E DESPROTEÇÕES NO TERRITÓRIO	76
3.6.1.	Dados apresentados pelo Conselho Tutelar	76
3.6.2.	Notificações compulsórias – ficha SINAN.....	79
3.6.2.1.	Territorialização das Violências por Localidade	80
3.6.2.2.	Considerações Técnicas – ficha SINAN	81
3.6.3.	Análise do Cenário de Violências, Violações e Desproteções	82
3.7.	POTENCIALIDADES IDENTIFICADAS NO TERRITÓRIO.....	84
3.8.	TERRITÓRIOS E PÚBLICOS PRIORITÁRIOS PARA O PLANEJAMENTO	86
4.	OBJETIVOS.....	87
4.1.	OBJETIVO GERAL	87
4.2.	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	87
5.	DIRETRIZES DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	89
6.	PRIORIDADES ESTRATÉGICAS	90
6.1.	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	90
6.2.	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	91
6.3.	GESTÃO DO SUAS.....	91
6.4.	VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL	91
6.5.	CONTROLE SOCIAL.....	92

6.6.	FINANCIAMENTO	92
6.7.	GESTÃO DO TRABALHO	92
6.8.	ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL	92
6.9.	COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL	92
6.10.	INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO.....	93
7.	QUADRO DE METAS	94
7.1.	GESTÃO DO SUAS.....	94
7.2.	CONTROLE SOCIAL.....	105
7.3.	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	108
7.4.	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	115
8.	.RESULTADOS E IMPACTOS ESPERADOS	125
8.1.	RESULTADOS	125
8.2.	IMPACTOS	127
9.	RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E ESTRUTURAIS.....	128
9.1.	RECURSOS HUMANOS.....	128
9.1.1.	Capacidade instalada.....	128
9.1.2.	Análise de adequação à NOB-RH/SUAS e identificação de lacunas .	130
9.1.3.	Estratégia de enfrentamento.....	130
9.2.	RECURSOS MATERIAIS	130
9.2.1.	Capacidade Material Existente	131
9.2.2.	Estratégia de Manutenção e Qualificação.....	131
9.3.	RECURSOS ESTRUTURAIS.....	132
9.3.1.	Capacidade Estrutural Instalada.....	132
9.3.2.	Estratégia de Manutenção e Adequação Estrutural	133
10.	FINANCIAMENTO.....	133
1.	Financiamento Municipal – Fundo Municipal de Assistência Social	134
2.	Financiamento Estadual	134
3.	Financiamento Federal	134
4.	Síntese Geral do Financiamento (2026).....	135
11.	INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....	135
11.1.	MATRIZ SIMPLIFICADA DE INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....	136
11.1.1.	Indicadores de Processo	136
11.1.2.	Indicadores de Resultado	136
11.1.3.	Indicadores de Impacto	137
12.	CONCLUSÃO.....	138

1. APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) de Coronel Domingos Soares – PR, com vigência para o período de 2026 a 2029, constitui o principal instrumento de planejamento estratégico da Política de Assistência Social no âmbito municipal. Elaborado em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), as Normas Operacionais Básicas do SUAS e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o PMAS orienta a organização, a execução, o financiamento, o monitoramento e a avaliação das ações socioassistenciais no território.

O plano resulta de um processo técnico e participativo, fundamentado na análise do diagnóstico socioterritorial, na leitura crítica das vulnerabilidades, riscos sociais e violações de direitos presentes no município, bem como na avaliação da capacidade instalada da rede socioassistencial. Considera, ainda, as especificidades de Coronel Domingos Soares enquanto município de pequeno porte, com extensa área territorial, predominância de população rural e desafios significativos relacionados ao acesso aos serviços públicos e à proteção social.

O PMAS 2026–2029 estabelece diretrizes, prioridades, objetivos, metas, ações e estratégias organizadas por eixos do Sistema Único de Assistência Social, abrangendo a Proteção Social Básica, a Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, a Gestão do SUAS, a Vigilância Socioassistencial, o Controle Social, o Financiamento e a Gestão do Trabalho. Busca assegurar a ampliação e qualificação das ofertas socioassistenciais, o fortalecimento da rede de serviços, a garantia de direitos e a promoção da proteção social às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social.

Ao consolidar compromissos intersetoriais, mecanismos de monitoramento e estratégias de financiamento, este Plano reafirma o papel da Assistência Social como política pública de caráter protetivo, não contributivo e garantidora de direitos, contribuindo para a redução das desigualdades sociais, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e a construção de um SUAS mais acessível, eficiente e territorializado no município de Coronel Domingos Soares.

2. IDENTIFICAÇÃO

Município: Coronel Domingos Soares – PR

Porte populacional: Pequeno

Nível de gestão do SUAS: Básica

Vigência: 2026-2029

2.1. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

Nome	Escolaridade	Função	Vinculação
Vanessa de Souza Matiello	Superior	Analista Administrativo	Órgão gestor
Cristiane Marchesini Teixeira	Superior	Supervisão Técnica	Prestação de Serviços

2.1.1. Responsáveis pela revisão

Nome	Escolaridade	Função	Vinculação
Criscy Nayara Lustosa	Superior	Coordenadora	CRAS
Fabrine Luana Brandão	Superior	Psicóloga	CRAS
Djuliet Ingrid Cora	Superior	Assistente Social	CRAS
Sebastião Osni Brasil	Médio	Auxiliar Administrativo	CRAS
Berenice Reis Kopstein	Superior	Assistente Social	PSE
Rogério Pietro Bom	Superior	Psicólogo	PSE

2.2. PREFEITURA MUNICIPAL

Nome da Prefeita: Maria Antonieta de Araújo Almeida

Mandato: Início 01/01/2025 Término: 31/12/2028

Endereço da Prefeitura: Avenida Araucária, nº 3120, Centro

CEP: 85557-000

Telefone: (46) 3054-1050

E-mail: gabinete@pmcds.pr.gov.br

Site: www.pmcDs.pr.gov.br/

2.3. ÓRGÃO GESTOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome do órgão gestor: Departamento Municipal de Ação Social

Nome do Responsável pelo órgão gestor: Vanessa Maria Maldaner

Endereço: Avenida Eurico de Souza Tibes, nº 2241, Centro

CEP: 85557-000

Telefone: (46) 3054-1071

E-mail: socialpmcds@gmail.com

2.4. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Número da Lei de Criação: 28/1997 de 13 de agosto de 1997

CNPJ: 14.689.536/0001-70

Endereço: Avenida Eurico de Souza Tibes, nº 2241, Centro

CEP: 85557-000

Telefone: (46) 3054-1071

E-mail: socialpmcds@gmail.com

Nome do ordenador de despesas do FMAS: Vanessa Maria Maldaner

2.5. CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Número da Lei de Criação: 68/1998 04 de setembro de 1998

Endereço: Avenida Eurico de Souza Tibes, nº 2241, Centro

CEP: 85557-000

Telefone: (46) 3254-1159

E-mail: cmdcacmascmi@gmail.com

Nome do Presidente: Sebastião Osni Brasil

Nome da secretaria executiva: Vanessa de Souza Matiello

Número total de membros: 20

2.5.1. Membros do Conselho Municipal de Assistência Social

Representantes Governamentais

Representação	Nome	Condição
Departamento Municipal de Ação Social	Sebastião Osni Brasil	Titular
	Vanessa Maria Maldaner	Suplente
Departamento Municipal de Saúde	Edson Luiz Favero	Titular
	Jakeline Aparecida Matias	Suplente
Departamento Municipal de Educação	Franciele Aparecida Neves dos Santos Stempinhaki	Titular
	Jaci de Jesus Camargo Ferreira	Suplente
Departamento Municipal de Administração	Pedro Henrique Marquezoti de Quadros	Titular
	Edson Luiz Tortelli	Suplente
Departamento Municipal de Esportes	Luciano José da Silva	Titular
	Fernando Martins	Suplente

Representantes da Sociedade Civil

Segmento	Nome	Condição
Trabalhadores do SUAS	Criscy Nayara Lustoza	Titular
	Fabrine Luana Ferreira Brandão	Suplente
Entidades ou Organizações de Assistência Social	Nilton Cruz da Silva	Titular
	Edenilson Danguí Maciel	Suplente
Usuários do SUAS	Evanir Assunta Teresio de Oliveira	Titular
	Izabel Aparecida Batista	Suplente
Usuários do SUAS	Luciana da Rosa Oliveira	Titular
	Leonice Aparecida da Silva Donner	Suplente
Usuários do SUAS	Juliana da Aparecida Ávila	Titular
	Jucelino Cordeiro	Suplente

3. DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

O Diagnóstico Socioterritorial constitui etapa fundamental do Plano Municipal de Assistência Social, pois permite a análise da realidade social do município a partir das condições de vida da população, das situações de vulnerabilidade e risco social, bem como da capacidade de resposta da rede socioassistencial instalada no território. Sua elaboração orienta o planejamento, a definição de prioridades e a organização das ações

da política de assistência social, em consonância com os princípios do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Nesse sentido, o presente diagnóstico foi construído com base na leitura crítica do território, considerando dados socioeconômicos, informações provenientes dos sistemas oficiais, registros da rede de serviços e o conhecimento técnico das equipes, possibilitando a identificação das principais demandas sociais, dos públicos prioritários e das desigualdades territoriais que impactam o acesso à proteção social no município.

3.1. HISTÓRICO DO MUNICÍPIO E PERFIL DEMOGRÁFICO

3.1.1. Breve histórico do município

A região onde hoje se encontra Coronel Domingos Soares possui trajetória historicamente marcada pela circulação de tropeiros, carroceiros e pela exploração dos Campos de Palmas. Por sua localização estratégica entre Guarapuava e Porto União da Vitória, o território serviu como área de pouso e abastecimento, sendo conhecido como Pousada dos Tropeiros ou Retiro dos Tropeiros. Esse movimento contribuiu para a formação dos primeiros núcleos de moradia e para a organização social inicial da localidade.

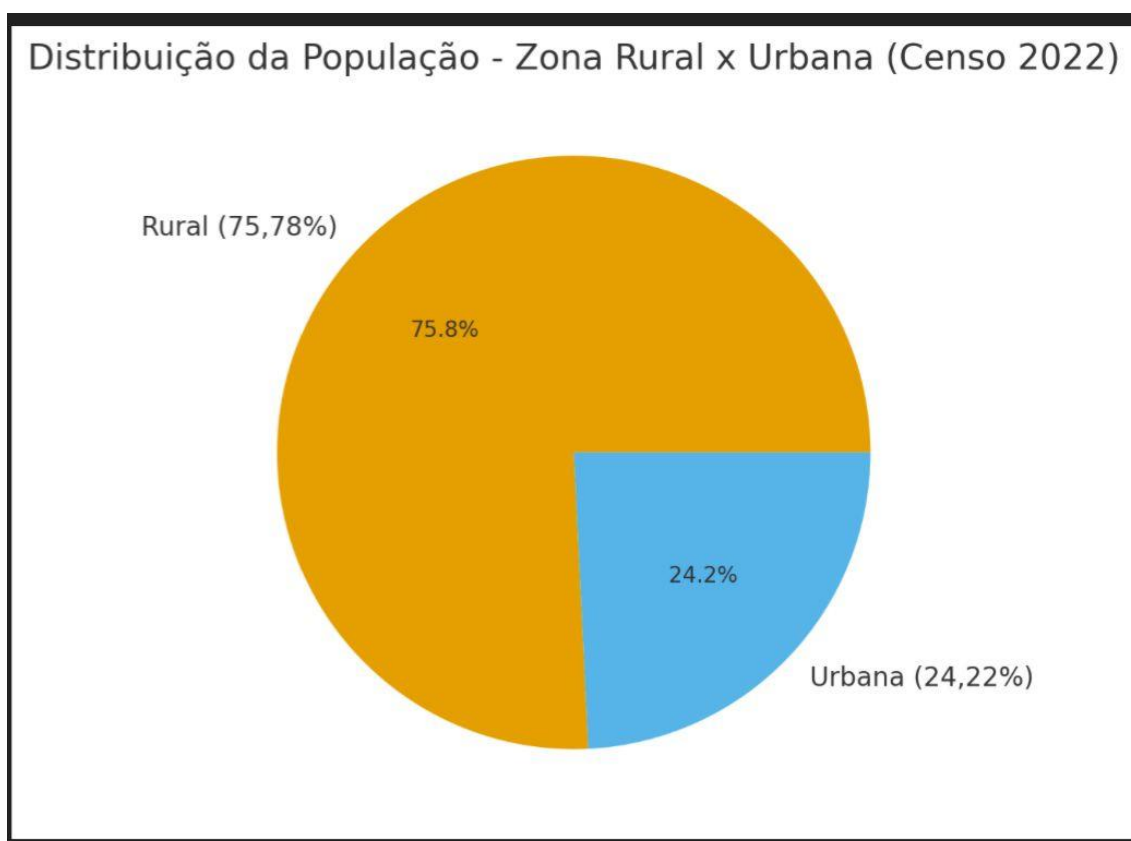
A constituição do povoado está associada à antiga Fazenda Postinho, também chamada Bom Sucesso, pertencente ao Coronel Domingos Soares, personagem político e fazendeiro pioneiro no Sudoeste do Paraná. A referência a seu nome foi posteriormente incorporada à identidade do município, cuja emancipação política ocorreu na década de 1990. A partir desse processo, Coronel Domingos Soares consolidou-se como município de pequeno porte, com predominância rural, forte presença da agricultura familiar e vínculos comunitários baseados na tradição local.

Esse percurso histórico compõe elementos fundamentais para compreender a configuração atual do território: um município extenso, de baixa densidade demográfica, marcado pela dispersão das localidades rurais e por dinâmicas sociais que condicionam o acesso aos serviços públicos. A organização da proteção social é diretamente impactada por essas características, especialmente no que diz respeito à mobilidade, às distâncias entre comunidades, à disponibilidade de equipamentos públicos e à identificação de vulnerabilidades e riscos sociais específicos da realidade ruralizada.

3.1.2. Perfil demográfico geral

De acordo com o Censo 2022, Coronel Domingos Soares possui 5.649 habitantes, ocupando a posição 4.054^a entre os 5.570 municípios do país e 281^a no Paraná.

A área territorial do município é de 1.513,709 km², resultando em uma densidade demográfica muito baixa, de 3,63 hab/km², a menor do estado (398^o em 399 municípios).



Fonte: Censo IBGE 2022

O gráfico de distribuição da população entre zona rural (75,78%) e urbana (24,22%) revela uma característica estruturante do território de Coronel Domingos Soares: trata-se de um município profundamente ruralizado, com uma das maiores proporções de população rural do Paraná. Essa configuração territorial tem implicações diretas na organização, gestão e cobertura da Política de Assistência Social.

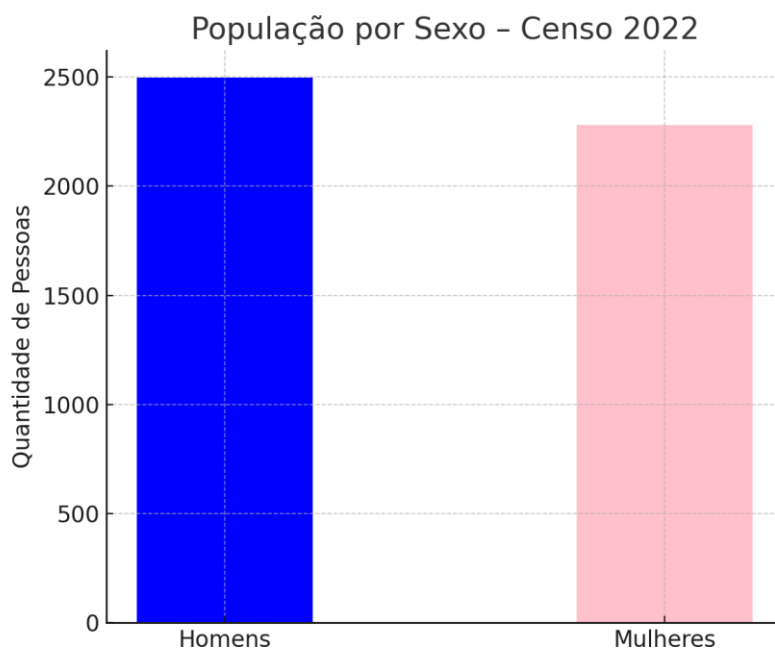
A predominância absoluta da população residente na zona rural evidencia que os processos de vulnerabilidade e risco social assumem contornos específicos no município.

Essas situações estão relacionadas ao isolamento geográfico, às longas distâncias até os equipamentos públicos, à precariedade do transporte e às limitações de acesso a serviços essenciais. A dispersão das famílias pelo extenso território municipal demanda estratégias de busca ativa permanente, fortalecimento de ações descentralizadas e intensificação das visitas domiciliares, garantindo que as proteções socioassistenciais alcancem efetivamente as pessoas mais vulneráveis.

Para o SUAS, o dado é determinante: um único CRAS centralizado não é suficiente para uma cobertura adequada. A elevada ruralidade exige presença itinerante, articulação com lideranças comunitárias, uso intensivo da Vigilância Socioassistencial e planejamento que considere sazonalidade agrícola, rotinas de trabalho das famílias rurais e dificuldades de deslocamento. Além disso, a permanência das famílias no meio rural impacta o acesso à educação, saúde, cultura e inclusão produtiva, reforçando a necessidade de ações intersetoriais estruturantes.

Assim, o perfil rural majoritário não é apenas um dado demográfico, ele orienta a forma como o município deve planejar, implementar e monitorar suas proteções sociais, garantindo que a Política de Assistência Social seja adaptada à realidade do campo e às vulnerabilidades específicas que dele decorrem.

Do ponto de vista do Sistema Único de Assistência Social, a combinação entre baixa população e grande extensão territorial impõe desafios estruturais à gestão e à oferta de serviços. Destacam-se a necessidade de estratégias intensivas de busca ativa, os custos elevados de deslocamento para atendimento e acompanhamento familiar, o risco de isolamento social de famílias residentes em comunidades distantes e a importância de organizar a Proteção Social Básica com forte componente itinerante (visitas domiciliares, ações descentralizadas, articulação com lideranças comunitárias).



Fonte: IBGE 2022

O gráfico que apresenta a distribuição da população por sexo, com 2.498 homens e 2.281 mulheres, demonstra uma relativa proximidade entre os dois grupos, mas com leve predominância masculina. Em termos absolutos, essa diferença não representa desequilíbrio intenso, porém deve ser lida à luz das especificidades do território rural e das condições sociais e econômicas observadas no município.

No contexto de Coronel Domingos Soares, a predominância masculina está associada ao perfil produtivo predominantemente agropecuário, no qual atividades como agricultura e pecuária ainda são majoritariamente desempenhadas por homens. Essa dinâmica influencia a composição familiar, a estrutura ocupacional e os padrões de mobilidade, uma vez que parte significativa das mulheres assume responsabilidades domésticas e de cuidado com crianças, idosos e pessoas com deficiência, elementos diretamente conectados à demanda dos serviços ofertados pelo SUAS.

A análise pela ótica da Assistência Social revela que, apesar da menor proporção feminina, as mulheres são o público mais presente nos serviços, especialmente no PAIF, SCFV e nos acompanhamentos por proteção social. Isso ocorre porque as mulheres assumem, historicamente, o papel de cuidadoras e responsáveis pelo acompanhamento das políticas públicas, o que demanda:

- ampliação de ações que considerem a sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidado;
- fortalecimento de iniciativas que ampliem autonomia econômica feminina;
- criação de grupos voltados à saúde mental e ao fortalecimento de vínculos;
- apoio a cuidadoras familiares, especialmente em áreas rurais de difícil acesso;
- inclusão de mulheres rurais em ações de geração de renda e inclusão produtiva.

Portanto, a análise da distribuição por sexo ultrapassa a simples leitura numérica, ela revela desigualdades de gênero, padrões de cuidado, perfis de vulnerabilidade e demandas específicas que devem orientar as estratégias da Proteção Social Básica e Especial ao longo do PMAS.

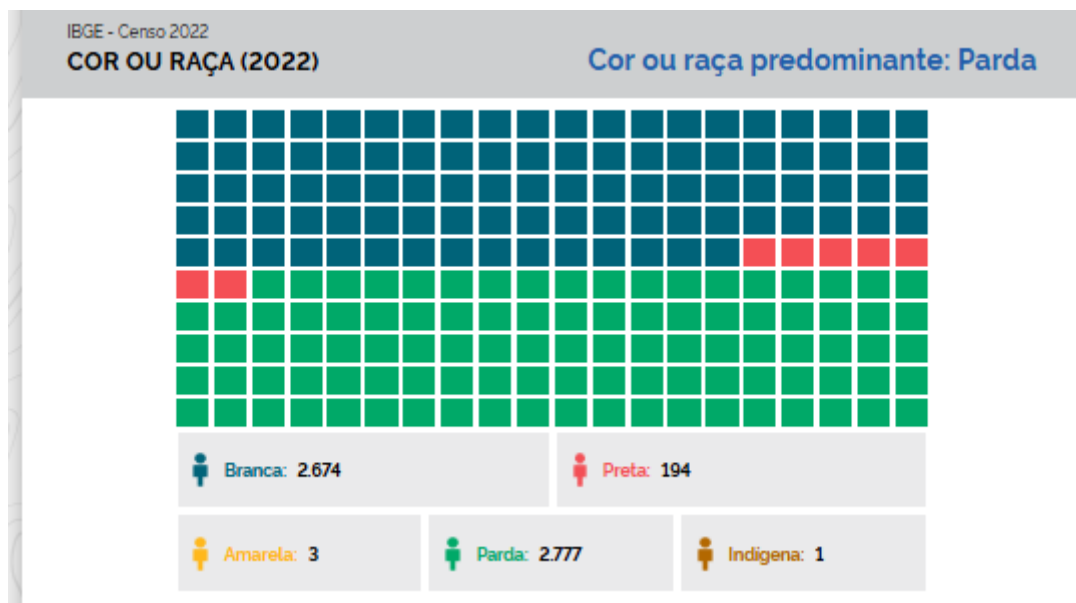
3.2. PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E CONDIÇÕES DE VIDA

A análise do perfil sociodemográfico e das condições de vida da população de Coronel Domingos Soares permite compreender características estruturais do território que influenciam diretamente a demanda por proteção social. Esse levantamento contempla elementos relacionados à composição racial, estrutura etária, escolarização, situação de saúde, dinâmica econômica, inserção laboral e padrões de renda, evidenciando desigualdades, potenciais vulnerabilidades e fatores que condicionam o acesso aos serviços socioassistenciais. A leitura integrada desses aspectos oferece subsídios para o planejamento das ofertas e para a definição de estratégias capazes de responder às necessidades específicas da população.

3.2.1. População por raça/cor

Segundo o Censo 2022, a população é composta por:

- Parda: 2.777 pessoas (grupo predominante);
- Branca: 2.674 pessoas;
- Preta: 194 pessoas;
- Amarela: 3 pessoas;
- Indígena: 1 pessoa.



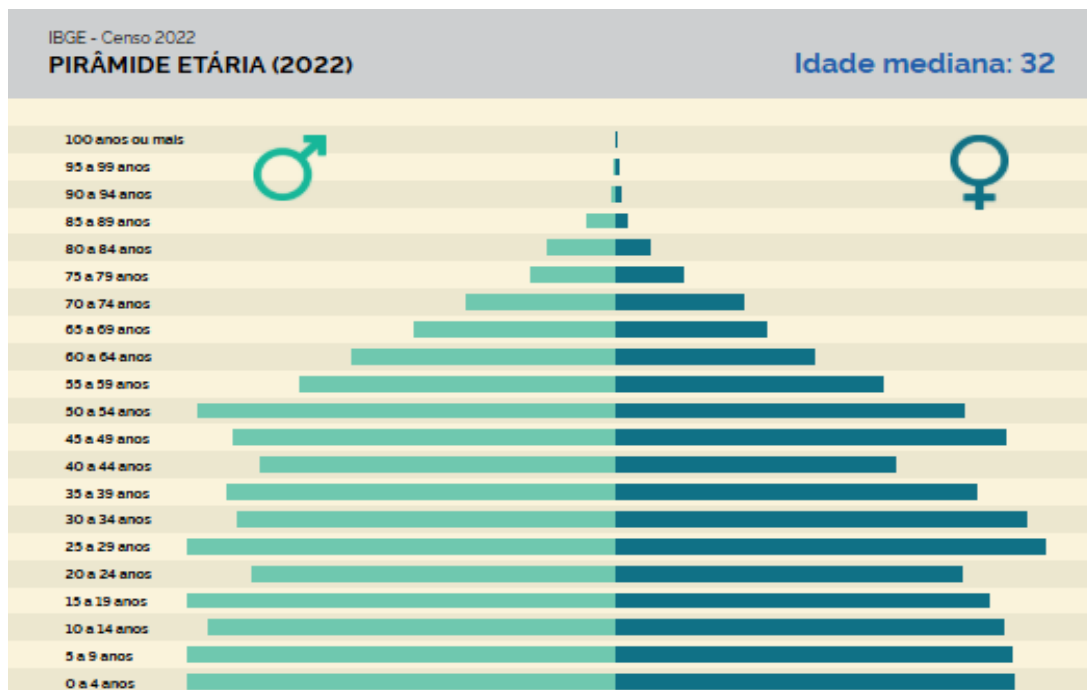
Fonte: Distribuição da população por raça/cor (IBGE, 2022)”.

A predominância de pessoas pardas e o contingente de pessoas pretas reforçam a necessidade de uma leitura racializada das vulnerabilidades: acesso a serviços, inclusão produtiva, violências, discriminação e barreiras de acesso podem incidir com maior intensidade sobre essa população.

Para a Assistência Social, isso significa:

- planejar ações que reconheçam e enfrentem o racismo estrutural (por exemplo, priorização de famílias pretas e pardas nas estratégias de fortalecimento de vínculos, acompanhamento familiar e acesso a benefícios);
- articular com Educação e Saúde ações de enfrentamento às desigualdades raciais (reprovação escolar, acesso a serviços de saúde, mortalidade infantil, etc.);
- garantir que, após sua implantação, a Vigilância Socioassistencial passe a produzir estudos e boletins com recorte de raça/cor a partir do CadÚnico.

3.2.2. Estrutura etária



Fonte: Pirâmide etária do município (IBGE, 2022).

A pirâmide etária do Censo 2022 indica idade mediana de 32 anos, com base relativamente ampla de crianças e adolescentes, e aumento gradual dos grupos de 60 anos ou mais.

Principais pontos:

- presença expressiva de crianças de 0 a 14 anos, o que mantém elevada a demanda por PAIF e SCFV;
- contingente importante de jovens de 15 a 29 anos, em transição escola-trabalho, expostos ao risco de evasão, trabalho precário e migração;
- crescimento dos grupos idosos (60+), o que exige expansão de ações para pessoas idosas e cuidadoras, incluindo atendimento domiciliar, SCFV para idosos e articulação com a rede de saúde.

Quando articulamos esses dados com o CadÚnico (4.062 pessoas cadastradas, sendo 826 de 7 a 15 anos e 269 pessoas com 65 anos ou mais), fica nítido que a demanda sobre o SUAS tende a se manter elevada, tanto na proteção de crianças/adolescentes quanto na proteção da velhice.

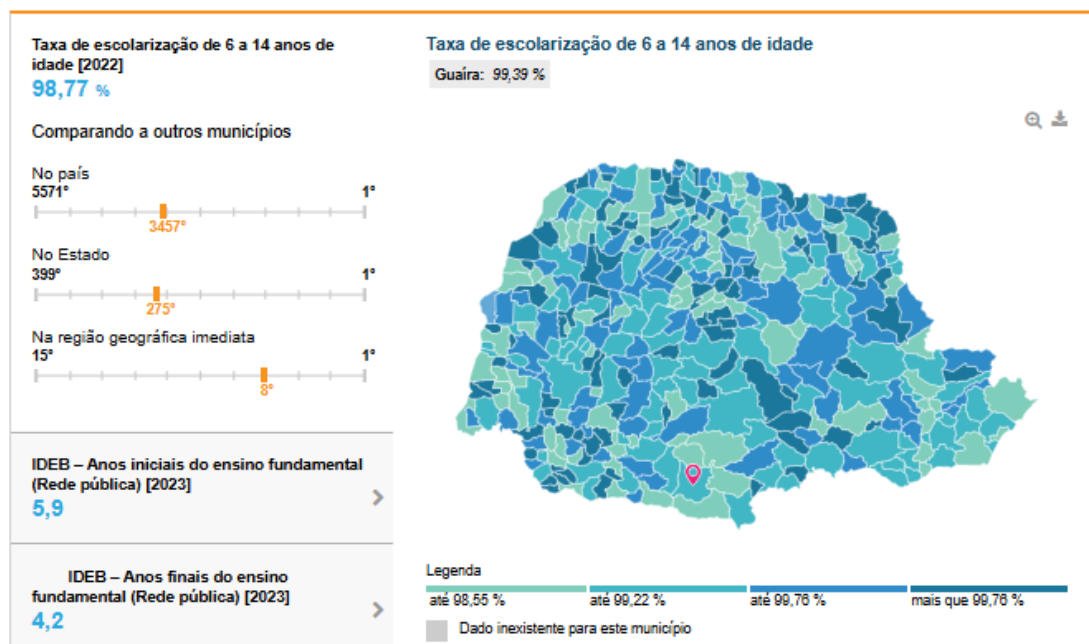
3.2.3. Educação

Os dados de educação do IBGE mostram:

- Taxa de escolarização de 6 a 14 anos (2022): 98,77%, acima de muitos municípios, indicando que quase todas as crianças dessa faixa etária estão na escola;
- IDEB – anos iniciais (rede pública, 2023): 5,9;
- IDEB – anos finais (rede pública, 2023): 4,2, desempenho abaixo de grande parte dos municípios do país e do estado.

Educação

Em 2022, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 98,77%. Na comparação com outros municípios do estado, ficava na posição 275 de 399. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava na posição 3457 de 5570. Em relação ao IDEB, no ano de 2023, o IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública era 5,9 e para os anos finais, de 4,2. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 322 e 387 de 399. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 2578 e 4071 de 5570.



Fonte: Evolução do IDEB anos finais do ensino fundamental (INEP, 2005–2023).

3.2.3.1. Caracterização da Rede Municipal de Educação

A rede educacional de Coronel Domingos Soares apresenta uma organização distribuída entre a área urbana (sede) e diversas localidades rurais, refletindo a dinâmica territorial do município, marcado por grande extensão geográfica, baixa densidade demográfica e

predominância de população rural (75,78%). Essa configuração exige uma rede escolar descentralizada, capaz de atender crianças e adolescentes em comunidades distantes, reduzindo o impacto das longas distâncias e do transporte escolar.

A sede concentra as unidades de maior porte e os serviços administrativos da educação, enquanto as localidades rurais contam com escolas multisseriadas ou unidades de menor porte, que atendem as comunidades de forma mais próxima. A seguir, a rede é apresentada de forma detalhada.

3.2.3.2. Unidades de Educação na Sede (Área Urbana)

Na área urbana encontram-se os principais equipamentos educacionais, concentrando a oferta da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação Especial:

- **Departamento Municipal de Educação – Sede**

Núcleo administrativo responsável pela gestão pedagógica, transporte escolar, alimentação escolar e apoio às unidades.

- **CMEI Anjo da Guarda – Sede**

Oferta de Educação Infantil para crianças de 0 a 5 anos, atendendo grande parte da demanda urbana.

- **Escola Municipal Aurora Tortelli – Sede**

Unidade de Ensino Fundamental, atendendo anos iniciais e parte das turmas urbanas.

- **APAE – Sede**

Atendimento educacional especializado para crianças e adolescentes com deficiência, garantindo inclusão e suporte às famílias.

- **Pré-2 – Extensão Aurora – Sede**

Turma de Educação Infantil vinculada à Escola Aurora Tortelli, ampliando a oferta de pré-escola na sede.

Essas unidades atendem majoritariamente a população urbana, mas também recebem estudantes da zona rural que são transportados diariamente.

3.2.3.3. Unidades de Educação na Zona Rural

A rede rural é composta por escolas distribuídas em várias comunidades, algumas muito distantes da sede. Essa descentralização é fundamental para assegurar acesso à educação e reduzir o tempo de deslocamento dos estudantes.

Abaixo, um quadro completo:

Unidade Escolar	Localidade	Distância da Sede
Escola Municipal José Taques	Lavrama	27 km
CMEI Extensão Anjo da Guarda	Sadia	20 km
Escola Municipal Danilo Bordignon	De Pauli	35 km
Escola Municipal Francisco Taques	Ponte do Iratim	30 km
Escola Municipal Pedro Ferreira de Almeida	Pedregulho	35 km
Escola Municipal Nossa Senhora Consoladora	Marcom	42 km
Escola Municipal Santa Rita de Cássia	Chico André	48 km
Escola Municipal Santina Perret Carraro	Ponte do Chopim	18 km
Escola Municipal Iraras	Iraras	16 km

3.2.3.4. Rede estadual de ensino

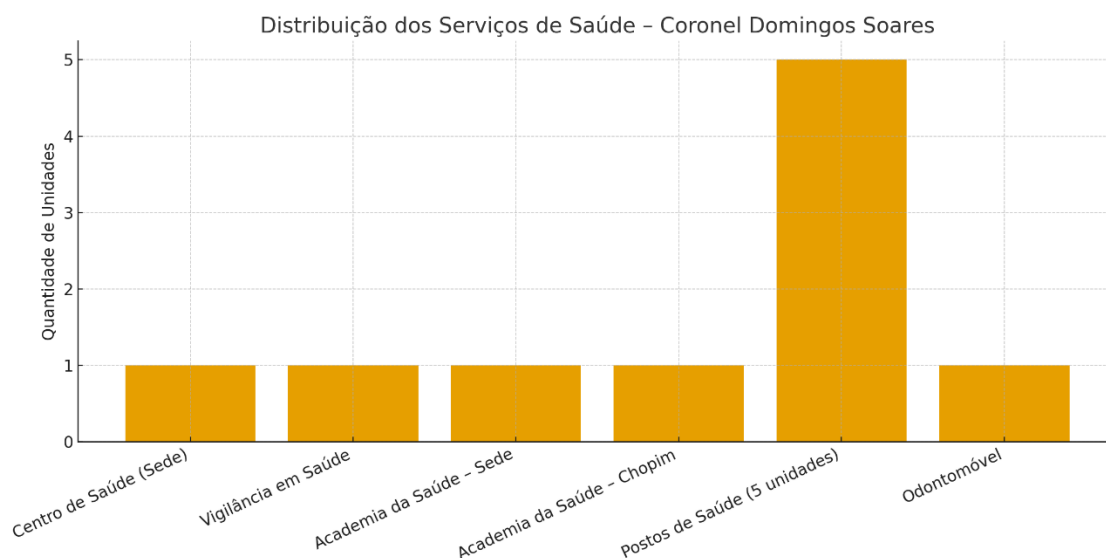
A rede estadual de ensino de Coronel Domingos Soares é composta por quatro colégios que atendem adolescentes e jovens do Ensino Fundamental, anos finais, e do Ensino Médio, distribuídos entre a sede e as áreas rurais. Na área urbana, funciona o Colégio Estadual Santa Catarina, principal referência para estudantes da sede. Além dele, o município conta com outros três colégios estaduais que atendem jovens das comunidades rurais: o Colégio Estadual Cândido Rossoni, o Colégio Estadual Monteiro Lobato e o Colégio Estadual Artêmio França. Juntas, essas instituições ampliam o acesso à educação para todo o território, reduzindo distâncias e garantindo a continuidade da vida escolar dos adolescentes.

A porta da escola está praticamente aberta para as crianças (alta taxa de escolarização), mas o desempenho educacional nos anos finais é frágil, o que dialoga diretamente com o risco de repetência, atraso escolar e evasão na adolescência.

A partir do IVCAD, já se observa presença de crianças e adolescentes com atraso escolar e analfabetismo na faixa de 10 a 17 anos, reforçando a preocupação com a qualidade da trajetória escolar, e não apenas com a matrícula.

No âmbito da política de assistência social, esse cenário exige a incorporação da dimensão educacional no acompanhamento familiar do PAIF, bem como o fortalecimento do SCFV para crianças, adolescentes e jovens, como estratégia de prevenção à evasão escolar e fortalecimento de vínculos.

3.2.4. Saúde



Fonte: Departamento Municipal de Saúde

A rede municipal de saúde de Coronel Domingos Soares está estruturada predominantemente na Atenção Primária à Saúde, com serviços distribuídos entre a sede urbana e diversas comunidades rurais. Essa organização é compatível com o perfil territorial do município, marcado por ampla extensão territorial, baixa densidade demográfica e predominância da população rural.

No centro urbano, encontram-se o Centro de Saúde da Sede, que funciona como a principal unidade de referência, oferecendo consultas médicas, atendimento de enfermagem, vacinação, acompanhamento de condições crônicas e pequenos procedimentos. Na sede também está implantada a Vigilância em Saúde, que responde pelo monitoramento de doenças, campanhas e controle epidemiológico. Complementando as ações de promoção da saúde, o município conta com uma Academia

da Saúde na sede, voltada a atividades corporais, prevenção de agravos e orientação à população.

No território rural, o município mantém postos de saúde distribuídos nas comunidades de Pedregulho, Iratim, Marcon, Chopim e Lavrama, o que permite descentralizar o cuidado e reduzir o deslocamento das famílias. Esses postos oferecem atendimento básico, ações preventivas e visitas periódicas das equipes, aproximando o SUS das famílias mais isoladas. Em Chopim, há também uma segunda unidade da Academia da Saúde, reforçando a promoção da saúde em área rural.

Para ampliar o acesso ao cuidado odontológico nas regiões mais distantes, o município utiliza o Odontomóvel, que circula pelas comunidades rurais ofertando atendimentos preventivos e de baixa complexidade. Esse serviço é especialmente importante em um território disperso, onde o deslocamento até a sede pode representar uma barreira significativa.

3.2.4.1. Mortalidade infantil

Os dados do DATASUS (2023) apontam taxa de mortalidade infantil de 8,77 óbitos por mil nascidos vivos, o que coloca o município na posição 78ª no estado e 4ª na região geográfica imediata.



A série histórica mostra flutuações importantes, com anos de maior concentração de óbitos e outros com queda significativa. Isso indica que:

- ainda há vulnerabilidades na atenção à gestação, parto e primeiros anos de vida, especialmente em áreas rurais;
- é fundamental articular Assistência Social, Saúde e Educação Infantil em ações de cuidado integral na primeira infância (visitas domiciliares, acompanhamento de gestantes e puérperas, orientação às famílias).

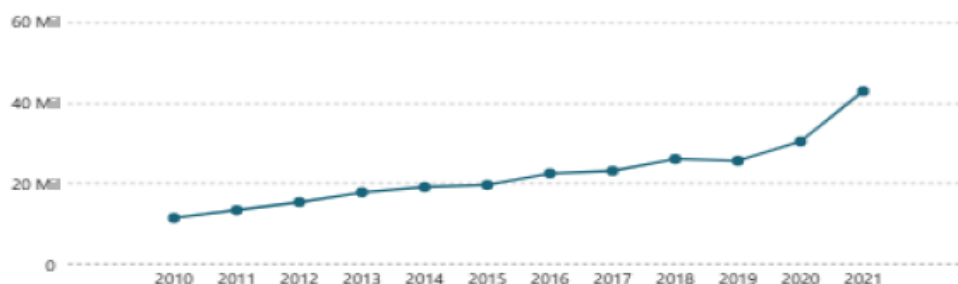
Para a Assistência Social, a mortalidade infantil não é apenas indicador de saúde, mas um marcador de violação de direitos e de desigualdade. O PAIF e a Vigilância devem incorporar a análise desse indicador na priorização de territórios e famílias.

3.2.5. Economia, trabalho e rendimento

O PIB per capita de Coronel Domingos Soares, em 2021, é de R\$ 42.947,64, colocando o município na posição 1.284 no país e 154 no estado.

O gráfico de evolução do PIB per capita (2010–2021) mostra crescimento gradual, com aumento mais expressivo nos últimos anos, o que indica dinamismo econômico recente, associado sobretudo à agropecuária e à produção de bens primários.

Além disso, em 2024 o município registrou R\$ 76.956.328,13 em receitas brutas realizadas, sendo 90,95% provenientes de transferências correntes (União e Estado). Isso mostra alta dependência de recursos de transferências, o que impacta a capacidade de investimento próprio na Assistência Social.



Ranking no país:
1284º de 5570

Ranking no estado :
154º de 399

**Ranking na região
geográfica imediata :**
14º de 15

Fonte: Evolução do PIB per capita (IBGE, 2010–2021), IBGE

De acordo com o painel “Trabalho e Rendimento” do IBGE:

- salário médio mensal dos trabalhadores formais (2023): 2,2 salários mínimos;
- 1.295 pessoas ocupadas em postos formais;
- 44,2% da população com rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário mínimo (2010).

Associando esses dados ao IVCAD, que mostra:

- maioria dos adultos sem ensino médio completo;
- forte presença de trabalho informal e baixa renda;
- famílias em situação de pobreza mesmo considerando benefícios;

Temos um quadro em que:

- o município pode até apresentar PIB per capita relativamente elevado, mas a distribuição de renda é desigual;
- grande parcela das famílias vive com renda muito baixa e instável, dependente de agricultura familiar, trabalho informal, programas de transferência de renda e benefícios previdenciários/assistenciais.

Esse contexto reforça a centralidade da segurança de renda, por meio do Bolsa Família, do BPC e dos benefícios eventuais, bem como da segurança de acolhida e de convívio, operacionalizadas principalmente pelo PAIF, SCFV e pelos serviços realizados no domicílio.

3.3. A IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO

3.3.1. Estruturação atual da Política de Assistência Social – SUAS Municipal

A organização da Política de Assistência Social em Coronel Domingos Soares teve início com a Lei nº 28/1997, que instituiu a Conferência Municipal e criou o Fundo Municipal de Assistência Social, estabelecendo os primeiros instrumentos legais para a implantação da política no território. Em 1998, a criação do Conselho Municipal de Assistência Social, pela Lei nº 68/1998, consolidou o controle social e a estrutura mínima exigida pela legislação federal.

Com o avanço da PNAS (2004) e das normativas do SUAS, o município passou a atualizar sua base legal, reorganizar serviços e fortalecer a gestão, incorporando parâmetros de financiamento, monitoramento e planejamento. A implantação prática do SUAS resultou na consolidação do CRAS, na oferta de serviços continuados, na integração ao Cadastro Único e na realização periódica de conferências, que qualificaram a participação social e a definição de prioridades.

Ao longo dos anos, Coronel Domingos Soares aprimorou sua capacidade de gestão, ampliou a articulação institucional e ajustou suas normativas às diretrizes nacionais, fortalecendo a proteção social no território. Esse processo consolidado cria as condições para a elaboração do PMAS 2026–2029, fundamentado em marcos legais, diagnóstico atualizado e compromisso com o fortalecimento do SUAS no âmbito local.

Em relação a sua estrutura a Política Municipal de Assistência Social de Coronel Domingos Soares organiza-se de acordo com o modelo do Sistema Único de Assistência Social, estruturada em três componentes: gestão do SUAS, proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade. Essa organização orienta a oferta

continuada de serviços, programas e benefícios, fundamentada nos princípios da territorialização, matricialidade sociofamiliar e integração em rede.

FLUXOGRAMA INSTITUCIONAL
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL



FLUXOGRAMA INSTITUCIONAL

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

1. GESTÃO CENTRAL DO DEPARTAMENTO

1.1 Função estratégica

Órgão gestor central responsável pela coordenação, regulação, planejamento, financiamento, execução indireta, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Assistência Social, bem como pela articulação intersetorial e interfederativa das ações de proteção social no território. Em razão da organização administrativa municipal, o Departamento também responde pela execução e apoio administrativo de políticas públicas correlatas.

2. NÚCLEO DE GESTÃO DO SUAS

2.1 Eixos de gestão

- Planejamento, monitoramento e avaliação do SUAS;
- Elaboração, execução e acompanhamento do Plano Municipal de Assistência Social – PMAS;
- Gestão orçamentária e financeira da Assistência Social;
- Gestão do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS;
- Gestão do Trabalho no SUAS;
- Gestão dos Benefícios Eventuais;
- Organização de conferências, seminários e capacitações;
- Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;
- Articulação, acompanhamento e fortalecimento da rede socioassistencial.

2.2 Gestão do Cadastro Único

- Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico;
- Vínculo institucional: subordinado diretamente ao Departamento Municipal de Ação Social, no âmbito da Gestão do SUAS;
- Arranjo operacional: equipe exclusiva, sem compartilhamento com o CRAS;
- Finalidade: identificação, caracterização e acompanhamento das famílias, subsidiando o planejamento, a gestão e a focalização das ações e serviços socioassistenciais no território.

3. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

3.1 Proteção Social Básica – PSB

Unidade de referência: CRAS – Centro de Referência de Assistência Social;

Serviços ofertados;

- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF;
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, organizado por ciclos de vida: Crianças de 0 a 6 anos, Crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, Adolescentes de 15 a 17 anos, Pessoas idosas (60+);
- Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência.

3.2 Proteção Social Especial – PSE

- Equipe Técnica de Proteção Social Especial;
- Vínculo institucional: diretamente subordinada ao Departamento Municipal de Ação Social;
- Composição: equipe única atuando na Média e na Alta Complexidade.

Média Complexidade

- Acompanhamento especializado de situações de violação de direitos;
- Execução das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto;
- Prestação de Serviços à Comunidade – PSC;
- Liberdade Assistida – LA.

Alta Complexidade

- Acompanhamento e gestão do acolhimento institucional;
- Acompanhamento e gestão do Serviço de Família Acolhedora.
- Serviços ofertados
- Casa Lar;
- Serviço de Família Acolhedora.

Observação técnica: Arranjo compatível com municípios de pequeno porte, com equipe designada e oferta formalmente registrada.

4. ESTRUTURAS CORRELATAS VINCULADAS AO DEPARTAMENTO

4.1 Fundos vinculados

- Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;
- Fundo Municipal dos Direitos da Mulher;
- Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

4.2 Conselhos vinculados

- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;
- Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
- Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

4.3 Outras estruturas

- Conselho Tutelar;
- Rede Municipal Intersetorial de Prevenção, Atendimento e Enfrentamento às Violências;
- Capela Mortuária;
- Gestão Orçamentária da Defesa Civil.



3.3.2. Gestão do SUAS

A gestão da Política de Assistência Social em Coronel Domingos Soares é exercida pelo Departamento Municipal de Ação Social, responsável pelo planejamento, coordenação e monitoramento da rede socioassistencial; gestão dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social; gestão do trabalho; administração dos benefícios eventuais; gestão local do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família; além da articulação intersetorial com as demais políticas públicas.

O município não possui, até o momento, equipe ou setor formalmente estruturado de Vigilância Socioassistencial, o que representa uma lacuna na organização da gestão do SUAS no que se refere à sistematização, análise e produção qualificada de informações territoriais. No entanto, as atividades relacionadas ao planejamento, uso de dados, análise de demandas e identificação de vulnerabilidades são atualmente desenvolvidas de forma compartilhada pela equipe do órgão gestor e pelos serviços socioassistenciais, conforme as necessidades do território, constituindo base para a futura institucionalização da Vigilância Socioassistencial no município.

Estrutura do SUAS Municipal Segundo o CADSUAS

Componente	Situação no Município	Observação
Órgão Gestor Municipal	Existente	Departamento Municipal de Ação Social
Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS)	Existente	Instituído e vinculado ao órgão gestor
Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)	Existente	Com composição paritária, conforme LOAS
Posto de Cadastramento do Cadastro Único	Existente	Unidade municipal responsável pelo cadastro e atualização cadastral
Vigilância Socioassistencial	Não existente	Atribuições realizadas de forma não estruturada pela equipe do órgão gestor
Supervisão técnica	Existente	Acompanhamento técnico contínuo pelo órgão gestor, com orientação às equipes, alinhamento de processos de trabalho e apoio na execução dos serviços



Fonte: Departamento Municipal de Ação Social

3.3.3. Serviços da Proteção Social Básica

A Proteção Social Básica de Coronel Domingos Soares está organizada a partir do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), unidade pública estatal responsável pela referência das famílias e pela execução do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). O CRAS desenvolve atendimentos individuais e coletivos, acompanhamento familiar, ações de prevenção de riscos, busca ativa, atividades comunitárias, orientações socioassistenciais, encaminhamentos e articulação com a rede de serviços do território.

O município dispõe de um CRAS para cobertura da Proteção Social Básica. O Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosos encontra-se em processo de reestruturação, com ajustes necessários para adequação às normativas da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

O SCFV está implantado e desenvolve atividades em grupos por ciclo de vida, contando com oficinas de yoga, shantala, capoeira, circo e fanfarra, que fortalecem vínculos familiares e comunitários, ampliam a participação social e promovem o desenvolvimento de capacidades pessoais e coletivas.

Proteção Social Básica

Componente	Situação no Município	Observações Técnicas
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social	1 unidade em funcionamento	Unidade responsável pelo PAIF, articulação territorial e referência das famílias.

Fonte: Departamento Municipal de Ação Social

3.3.4. Serviços da Proteção Social Especial (Média e Alta Complexidade)



Na Proteção Social Especial de Média Complexidade, mesmo sem unidade física do CREAS, o município mantém uma equipe técnica especializada que executa diretamente as atribuições previstas para este nível de proteção. Essa equipe realiza atendimentos em situações de violação de direitos, visitas domiciliares, estudos sociais, acompanhamento dos casos, articulação com o Sistema de Garantia de Direitos e execução das medidas socioeducativas em meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade), assegurando o cumprimento das determinações judiciais no território.

Na Proteção Social Especial de Alta Complexidade, Coronei Domingos Soares oferta duas modalidades de acolhimento para crianças e adolescentes em medida protetiva: o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e o acolhimento institucional na modalidade Casa Lar. A equipe da Proteção Especial acompanha integralmente ambos os serviços, elaborando e revisando o Plano Individual de Atendimento (PIA), realizando visitas técnicas, monitorando o desenvolvimento das crianças e adolescentes, articulando-se com o Conselho Tutelar, Ministério Público e Judiciário e desenvolvendo trabalho social com as famílias de origem, com vistas à reintegração familiar segura, quando possível. A existência simultânea da modalidade Família Acolhedora e da Casa Lar fortalece a capacidade de resposta do município às situações de violação de direitos que demandam acolhimento imediato, garantindo proteção integral e atendimento qualificado, conforme as normativas do SUAS, do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Essa estrutura permite que Coronei Domingos Soares assegure cobertura técnica das proteções básica e especial, mesmo diante das características de um município de pequeno porte, garantindo continuidade da proteção e atenção às situações de vulnerabilidade e violação de direitos presentes no território.

Proteção Social Especial (PSE)

Componente da PSE	Situação no Município	Observações Técnicas
Unidade CREAS	Não possui unidade física	Atendimentos realizados por equipe municipal que assume as atribuições da média complexidade.
Equipe da Proteção Social Especial	Existente	Equipe técnica especializada responsável pelos atendimentos da média e alta complexidade,



Componente da PSE	Situação no Município	Observações Técnicas
		elaboração de estudos, visitas e articulação com o SGD.
Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora	Implantado	Modalidade prioritária para crianças e adolescentes em medida protetiva, com acompanhamento integral da equipe municipal.
Acolhimento Institucional – Casa Lar	Implantado no município	Atendimento direto a crianças e adolescentes acolhidos; execução do PIA, visitas técnicas e articulação com o SGD.
Rede de Enfrentamento às Violências	Ativa	Atuante nos casos de violência física, psicológica, sexual, negligência, abandono e demais violações; composta por Conselho Tutelar, Saúde, Educação, Segurança Pública e Assistência Social.

Fonte: Departamento Municipal de Ação Social

3.3.5. Rede socioassistencial complementar (entidades, organizações, parceiros)

O município conta com a atuação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) como organização integrante da rede socioassistencial complementar. A entidade desenvolve serviços tipificados na Proteção Social Especial de Média Complexidade, em articulação com o órgão gestor e com a rede pública municipal.

A APAE executa o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, ofertando atendimentos voltados à habilitação, reabilitação, desenvolvimento de autonomia, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e apoio às famílias cuidadoras. A entidade promove ações socioeducativas, atendimentos individualizados e atividades de convivência, contribuindo para a inclusão social das pessoas com deficiência e para o enfrentamento de situações de vulnerabilidade e dependência associadas ao ciclo de vida e à condição funcional.

A presença da rede complementar amplia a cobertura da Proteção Social Especial e fortalece a capacidade do município em atender famílias e indivíduos que requerem apoio especializado contínuo, em conformidade com as normativas da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.



Rede Socioassistencial Complementar

Entidade / Organização	Nível de Proteção / Tipificação	Observações Técnicas
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	Proteção Social Especial – Média Complexidade (Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias)	Entidade registrada no CMAS; atua de forma complementar ao SUAS, fortalece a inclusão social e apoia famílias cuidadoras.

Fonte: Departamento Municipal de Ação Social

3.3.6. Cobertura socioassistencial e abrangência territorial

A cobertura socioassistencial em Coronel Domingos Soares é profundamente condicionada às características territoriais e demográficas do município. Segundo o Censo IBGE 2022, o município possui 5.649 habitantes, distribuídos em uma área extensa de 1.513,709 km², resultando em uma densidade demográfica de 3,63 hab/km², a menor do Paraná. Essa configuração territorial revela um município de baixa concentração populacional, com grande dispersão das famílias e elevado custo operacional para alcançar todas as localidades.

A composição territorial evidencia que 75,78% da população reside na zona rural, enquanto apenas 24,22% se encontra na área urbana. Essa predominância rural confere especificidades importantes ao planejamento da Assistência Social, especialmente no que se refere ao acesso aos serviços, deslocamento das equipes, tempo de resposta e continuidade do acompanhamento familiar. O isolamento geográfico, as longas distâncias até a sede municipal, a precariedade de transporte e as limitações de acesso a serviços essenciais intensificam situações de vulnerabilidade e dificultam a chegada das políticas públicas aos grupos mais distantes.

A Proteção Social Básica está organizada a partir de um único CRAS, responsável por cobrir todo o território municipal. Essa centralização exige a adoção de estratégias permanentes de aproximação territorial, como busca ativa, visitas domiciliares, ações



descentralizadas e articulação com equipamentos comunitários, garantindo que famílias residentes em áreas remotas sejam alcançadas de forma contínua.

Na Proteção Social Especial, o município conta com equipe própria para os atendimentos da média complexidade e dispõe de duas modalidades de acolhimento para a alta complexidade: Família Acolhedora e Casa Lar. A existência dessas duas modalidades permite resposta imediata a situações de violação de direitos, evitando deslocamentos para outros municípios e fortalecendo a proteção integral no próprio território.

Diante da predominância rural, da grande extensão territorial e da baixa densidade populacional, a cobertura socioassistencial em Coronel Domingos Soares combina atuação centralizada no CRAS, presença territorializada da equipe da Proteção Especial e articulação intersetorial. Essa combinação é fundamental para garantir que a política alcance a totalidade do território, especialmente famílias que vivem em contextos de maior isolamento e vulnerabilidade social.

3.4. PERFIL DO PÚBLICO DO CADASTRO ÚNICO, BOLSA FAMÍLIA, BPC E INDICADORES DE VULNERABILIDADE

A análise do perfil do público inscrito no Cadastro Único, beneficiário do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), constitui elemento central do diagnóstico socioterritorial, pois permite identificar as condições socioeconômicas das famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade no município. Esse recorte possibilita a compreensão das expressões da pobreza, das desigualdades sociais e dos fatores de risco que incidem sobre diferentes ciclos de vida, subsidiando o planejamento da política de assistência social, a definição de públicos prioritários e o direcionamento das ações e serviços socioassistenciais em consonância com as diretrizes do SUAS.

3.4.1. Cadastro Único

3.4.1.1. Panorama geral do Cadastro Único



O Cadastro Único é a principal ferramenta de identificação das famílias de baixa renda em Coronel Domingos Soares e constitui a base para o acesso aos programas sociais em nível federal, estadual e municipal. Em novembro de 2025, o município possuía 1.705 famílias cadastradas, o que demonstra volume expressivo de público em situação de vulnerabilidade e evidencia a importância do sistema para o planejamento e a vigilância socioassistencial.

Do total de famílias registradas, 1.445 tinham cadastro atualizado dentro do prazo de dois anos, resultado que indica esforço contínuo de manutenção da ferramenta e acompanhamento das famílias. Entre aquelas com renda per capita de até meio salário mínimo, consideradas prioritárias para fins de gestão, foram identificadas 997 famílias, das quais 868 estavam atualizadas. A Taxa de Atualização Cadastral, calculada com base neste grupo, alcançou 87,1% em outubro de 2025. Embora esteja ligeiramente abaixo da média nacional de 89,6%, o percentual demonstra desempenho positivo e reforça a necessidade de continuidade das ações de atualização e busca ativa.

A estratificação por renda revela que 589 famílias encontram-se na faixa de pobreza e 397 na condição de baixa renda, o que reforça o papel estratégico do Cadastro Único para identificação das vulnerabilidades sociais e para o direcionamento de políticas de proteção.

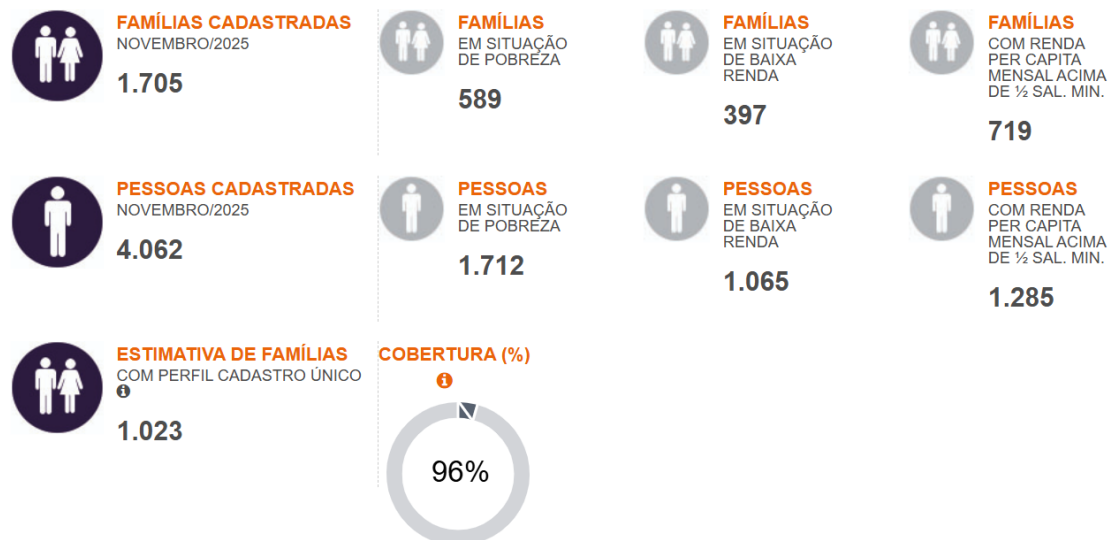
O conjunto das informações evidencia que o Cadastro Único permanece como estrutura essencial da política de assistência social em Coronel Domingos Soares, tanto para a caracterização das vulnerabilidades quanto para o planejamento territorializado dos serviços e benefícios. A qualificação contínua dos processos de atualização, registro e busca ativa é determinante para ampliar a confiabilidade dos dados e fortalecer a gestão do SUAS no município.



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social



CADASTRO ÚNICO ⓘ

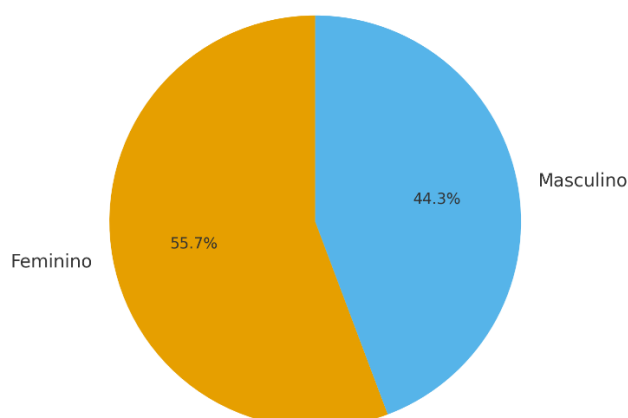


Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, SAGICAD, Cadastro Único para programas Sociais; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

3.4.1.2. Perfil sociodemográfico do Cadastro Único

3.4.1.2.1. Pessoas por sexo

CadÚnico – Pessoas por Sexo (Novembro/2025)

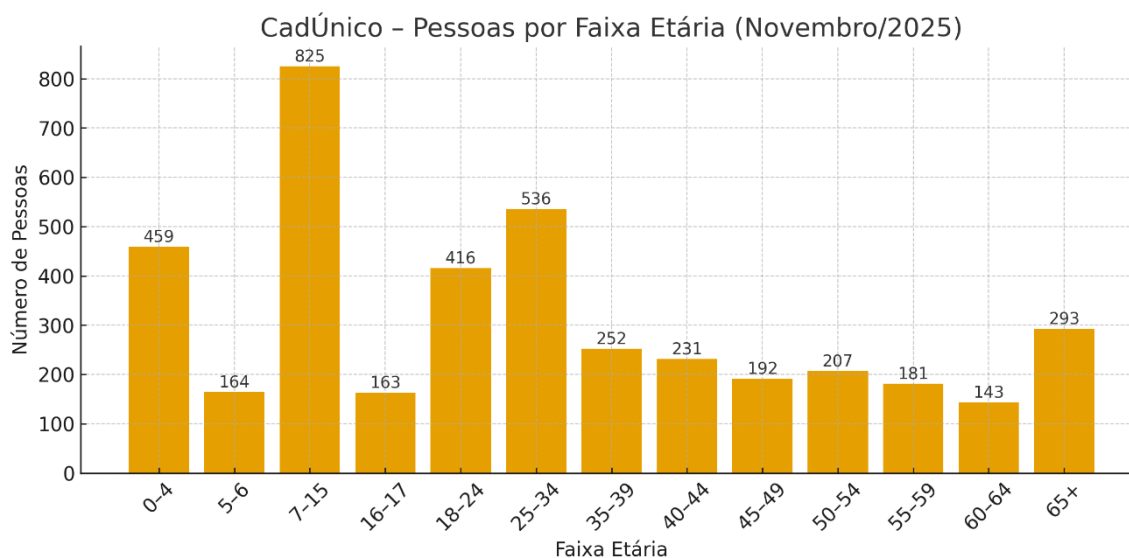


Fonte: CECAD



A distribuição por sexo no Cadastro Único demonstra predominância feminina, com 2.264 mulheres cadastradas, correspondendo a 55,75% do total de pessoas. Esse padrão reforça a tendência de feminização da pobreza, indicando que mulheres seguem mais expostas a vulnerabilidades socioeconômicas, acúmulo de responsabilidades de cuidado e maior participação como responsáveis familiares. Os homens representam 44,25% dos cadastrados, compondo um grupo numericamente significativo, mas menos prevalente. Essa configuração deve orientar o planejamento das ações do SUAS, especialmente no que diz respeito ao acompanhamento de famílias monoparentais femininas e estratégias de proteção social voltadas a mulheres em situação de vulnerabilidade.

3.4.1.2.2. Faixa etária



Fonte: CECAD

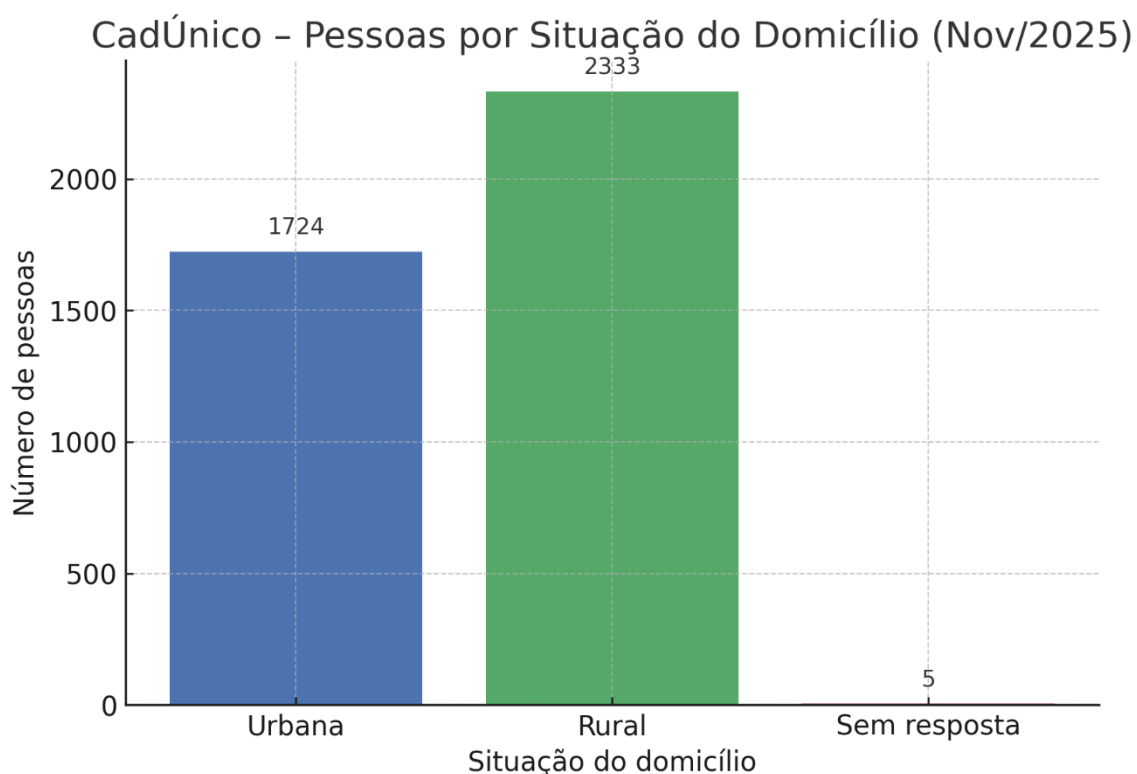
A distribuição etária do Cadastro Único evidencia que Coronel Domingos Soares possui uma base populacional jovem, com forte concentração de crianças e adolescentes, especialmente na faixa de 7 a 15 anos (825 pessoas). Esse grupo, associado à alta demanda escolar e intersetorial, representa o público prioritário para políticas de proteção social, educação e acompanhamento das condicionalidades.



Há também uma presença importante de adultos jovens entre 18 e 34 anos (952 pessoas somadas), indicando demanda por inclusão produtiva, qualificação e apoio ao trabalho.

A população idosa cadastrada (65+ = 293 pessoas) é significativa e reforça a necessidade de atenção voltada ao BPC, cuidados e articulação com a saúde. A distribuição revela múltiplos ciclos de vida coexistindo com vulnerabilidades diversas, demandando planejamento integrado do SUAS para garantir proteção continuada.

3.4.1.2.3. Situação do Domicílio (Urbano e Rural)



Fonte: CECAD

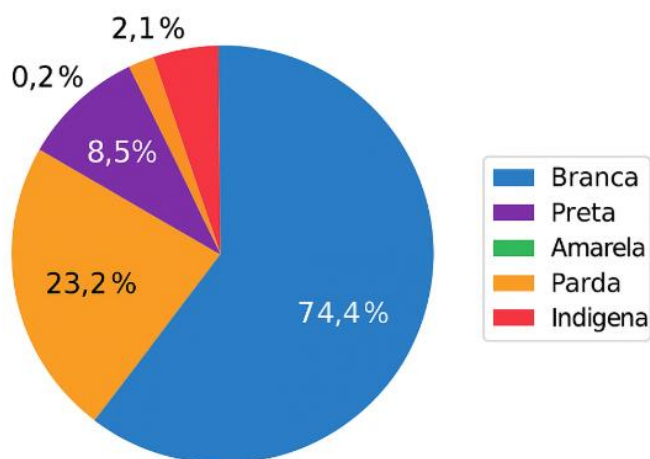
A predominância de pessoas residentes na zona rural (57,45%) evidencia um território amplamente disperso e com características de baixa densidade populacional, o que aumenta significativamente os desafios de acesso a serviços públicos. Esse padrão territorial reforça a necessidade de estratégias de atuação descentralizada, fortalecimento



de pontos de atendimento itinerantes e articulação estreita com as equipes de saúde e educação que atuam nas comunidades rurais. A proporção urbana, embora relevante, concentra-se principalmente na sede do município, onde as demandas se organizam de maneira diferente, com maior pressão por atendimentos contínuos no CRAS e maior rotatividade de usuários.

3.4.1.2.4. Raça/Cor

Pessoas por Cor/Raça (Nov/2025)



Fonte: CECAD

A composição racial das pessoas inscritas no Cadastro Único em Coronel Domingos Soares demonstra ampla predominância de pessoas brancas (3.021), que representam a maior parte da população cadastrada. Em seguida, destaca-se o grupo pardo (941), configurando a segunda maior presença entre as famílias em situação de vulnerabilidade. Os grupos preto (85), amarelo (10) e indígena (5) apresentam participação proporcionalmente pequena, porém relevante para identificação de necessidades específicas, especialmente no que diz respeito a acesso a direitos, diversidade cultural e possíveis situações de invisibilidade estatística.



A distribuição confirma o perfil racial amplamente homogêneo do município, mas reforça a importância de manter estratégias de equidade e identificação de vulnerabilidades específicas entre grupos minoritários.

3.4.1.2.5. Perfil das famílias do Cadastro Único

O município de Coronel Domingos Soares registra 1.705 famílias no Cadastro Único em novembro de 2025. O perfil familiar revela um conjunto significativo de vulnerabilidades socioeconômicas e demográficas que demandam atuação contínua e territorializada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Entre os responsáveis familiares, observa-se predominância feminina, com 1.370 mulheres registradas, enquanto os homens somam 316 responsáveis, padrão que reforça a presença de arranjos monoparentais femininos e situações de maior fragilidade social associada ao cuidado e à provisão familiar. Em relação à escolaridade do responsável, 1.463 sabem ler e escrever, enquanto 223 não possuem alfabetização, o que indica a necessidade de estratégias intersetoriais para fortalecimento da autonomia, acesso à informação e inclusão educacional.

No que se refere ao território, a maior parte das famílias reside na zona rural (956), superando as famílias da zona urbana (747), o que evidencia um contexto de dispersão geográfica e desafios estruturais relacionados ao acesso a serviços públicos, transporte e acompanhamento continuado. Apenas duas famílias não tiveram a informação territorial registrada. Esse padrão reforça a importância de práticas de busca ativa, atendimentos descentralizados e articulação com equipamentos rurais da saúde e educação.

A composição etária das famílias, com base na presença de membros em cada ciclo de vida, demonstra que 412 famílias possuem ao menos uma criança de 0 a 4 anos, enquanto 161 famílias têm crianças de 5 a 6 anos, evidenciando forte demanda por políticas de primeira infância, acompanhamento do desenvolvimento, vacinação e acesso à educação infantil. Além disso, 609 famílias possuem membros entre 7 e 15 anos, grupo que exige articulação direta com a rede escolar e atenção ao cumprimento de condicionalidades.

No ciclo dos adultos jovens, identificam-se 380 famílias com membros de 18 a 24 anos e 496 com pessoas de 25 a 34 anos, evidenciando a relevância de políticas de inclusão



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social



produtiva, educação profissional e apoio ao trabalho. Entre as famílias com idosos, destacam-se 134 famílias com membros entre 60 e 64 anos e 256 famílias com pessoas com 65 anos ou mais, somando 390 famílias com presença de idosos. Essa configuração exige ações específicas voltadas ao envelhecimento, prevenção de agravos, fortalecimento de vínculos e acompanhamento das condições de saúde e autonomia dos idosos.

A análise da renda familiar mostra que 489 famílias se encontram em situação de pobreza extrema, 100 em pobreza, e 397 em baixa renda, totalizando 986 famílias (57,8%) com renda per capita de até meio salário mínimo. Outras 719 famílias apresentam renda superior a esse critério. Essa distribuição evidencia que mais da metade das famílias cadastradas enfrenta importantes restrições materiais, reforçando o papel do Cadastro Único como instrumento central para identificação de riscos e elencamento de prioridades de atendimento.

O conjunto desses elementos revela um território caracterizado por forte presença de famílias rurais, elevada proporção de ciclos de vida dependentes (crianças pequenas, escolares e idosos), predominância de chefia feminina e renda concentrada nas faixas de maior vulnerabilidade. Esse cenário reforça a necessidade de uma atuação integrada entre CRAS, saúde, educação e demais políticas públicas, com foco em acompanhamento familiar continuado, fortalecimento de vínculos, acesso a direitos e redução das vulnerabilidades socioeconômicas identificadas.

Dimensão	Informações principais
Mês de referência	Novembro/2025
Total de famílias cadastradas	1.705 famílias
Situação do domicílio	Zona urbana: 747 famílias (43,8%) Zona rural: 956 famílias (56,1%) Sem informação: 2 famílias
Responsável familiar – sexo	Feminino: 1.370 (81,3%) Masculino: 316 (18,7%)
Responsável familiar – alfabetização	Sabe ler e escrever: 1.463 (86,8%) Não alfabetizado: 223 (13,2%)
Famílias com presença de crianças	0–4 anos: 412 famílias



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social



Dimensão	Informações principais
	5–6 anos: 161 famílias
Famílias com presença de crianças/adolescentes	7–15 anos: 609 famílias 16–17 anos: 156 famílias
Famílias com presença de jovens e adultos jovens	18–24 anos: 380 famílias 25–34 anos: 496 famílias
Famílias com presença de adultos	35–39 anos: 235 famílias 40–44 anos: 219 famílias 45–49 anos: 175 famílias 50–54 anos: 188 famílias 55–59 anos: 168 famílias
Famílias com presença de idosos	60–64 anos: 134 famílias 65 anos ou mais: 256 famílias Total com idosos: 390 famílias
Faixa de renda familiar per capita	Pobreza extrema ($\leq$ R\$ 109): 489 famílias Pobreza (R\$ 109 a 218): 100 famílias Baixa renda ($\leq \frac{1}{2}$ SM): 397 famílias Acima de $\frac{1}{2}$ SM: 719 famílias
Aspectos gerais do perfil	• Predominância rural • Forte presença de responsáveis familiares mulheres • Grande quantidade de famílias com crianças pequenas • Número expressivo de famílias com idosos • Mais de 57% das famílias com renda até $\frac{1}{2}$ salário mínimo • Vulnerabilidades múltiplas associadas a ciclos dependentes e à dispersão territorial

Observação: Algumas tabelas do CECAD apresentam totais menores que 1.705 porque consideram apenas famílias com responsável identificado ou com informações completas no mês. Por isso aparecem valores como 1.686 em algumas tabulações. O total oficial de famílias cadastradas permanece **1.705**.

3.4.1.2.6. Renda e Condições Socioeconômicas das Famílias do CadÚnico

A análise da renda per capita das famílias cadastradas revela um cenário de elevada vulnerabilidade socioeconômica em Coronel Domingos Soares. Entre as 1.705 famílias registradas, 489 encontram-se em situação de pobreza extrema (até R\$ 109), 100 em pobreza (R\$ 109 a R\$ 218) e 397 classificam-se na faixa de baixa renda (até meio salário mínimo), totalizando 986 famílias com restrição acentuada de recursos. Outras 719 famílias possuem renda superior a meio salário mínimo, mas não deixam de apresentar



limitações estruturais típicas de territórios rurais e de baixa densidade populacional. Esse quadro indica que mais da metade das famílias dependem potencialmente da rede socioassistencial para garantir necessidades básicas, exigindo articulação contínua com benefícios, acesso a direitos e estratégias de fortalecimento da autonomia.

3.4.1.3. Vulnerabilidades Identificadas no Cadastro Único

As vulnerabilidades do território se expressam pela composição familiar, pelo perfil do responsável e pela distribuição dos ciclos de vida presentes nas famílias cadastradas. Observa-se grande número de famílias com crianças pequenas, com 412 famílias que possuem ao menos um membro de 0 a 4 anos e 161 famílias com crianças de 5 a 6 anos, sinalizando forte demanda por atenção prioritária à primeira infância. Além disso, 609 famílias possuem membros entre 7 e 15 anos, reforçando a necessidade de acompanhamento intersetorial com educação e proteção integral.

A presença de 390 famílias com idosos (134 com membros entre 60 e 64 anos e 256 com 65+), somada à predominância de responsáveis familiares do sexo feminino e à existência de responsáveis não alfabetizados, aponta para múltiplas fragilidades que incidem sobre arranjos familiares diversos. Essas condições, associadas à predominância rural, ampliam desafios de acesso a serviços, supervisão familiar e garantia de direitos, exigindo atuação sistemática do CRAS e integração com saúde e educação.

3.4.1.4. Considerações Territoriais do CadÚnico

A distribuição territorial das famílias revela predominância de domicílios rurais, com 956 famílias residentes fora da área urbana, o que corresponde a mais da metade do total cadastrado. Essa configuração reforça a necessidade de organização dos serviços de forma descentralizada, com estratégias efetivas de busca ativa, acompanhamento em microterritórios e articulação com equipamentos rurais. As características do território dispersão populacional, distância entre localidades e limitações de transporte impõem desafios adicionais à continuidade dos serviços e ao acompanhamento das famílias.



A zona urbana, que concentra 747 famílias, apresenta dinâmicas distintas, caracterizadas por maior fluxo de atendimento no CRAS e maior demanda por serviços imediatos. A combinação entre dispersão rural e concentração urbana exige planejamento territorial integrado, considerando vulnerabilidades específicas e necessidades de cada contexto.

3.4.2. Beneficiários do Programa Bolsa Família

3.4.2.1. Panorama do Programa no Município

O Programa Bolsa Família apresenta, em Coronel Domingos Soares, uma cobertura de 664 famílias e 1.991 pessoas beneficiárias, revelando sua centralidade na proteção social do município. O benefício médio de R\$ 688,95 e o repasse total de R\$ 457.465 no mês analisado demonstram que o programa funciona como uma das principais fontes de renda das famílias em situação de vulnerabilidade, contribuindo diretamente para a manutenção da segurança alimentar, do consumo básico e da estabilidade socioeconômica local.

A expressividade do número de beneficiários indica que grande parte da população ainda enfrenta restrições importantes de renda, o que reforça a necessidade de atuação contínua da política de assistência social. A predominância de famílias residentes em áreas rurais impõe desafios adicionais ao acesso aos serviços públicos, tornando fundamental a presença territorializada do CRAS, a busca ativa e o acompanhamento próximo das famílias.

Esse panorama inicial demonstra que o Bolsa Família é mais do que um mecanismo de transferência de renda: ele orienta e influencia a demanda pelos serviços socioassistenciais, estrutura parte importante do planejamento municipal e exige integração constante entre renda, serviços e ações territoriais. O programa permanece como um eixo estratégico para mitigação de vulnerabilidades, organização da rede de proteção e garantia de direitos no município.

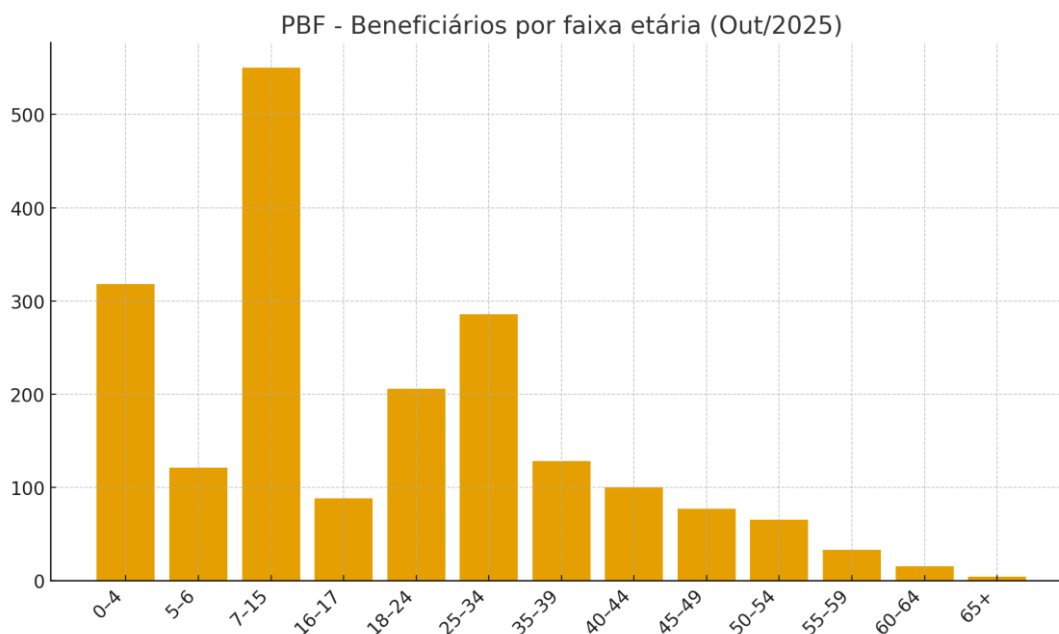
3.4.2.2. Perfil Sociodemográfico dos Beneficiários (Pessoas)



3.4.2.2.1. Por Faixa Etária (Out/2025)

Faixa etária	Beneficiários
0-4	318
5-6	121
7-15	550
16-17	88
18-24	206
25-34	286
35-39	128
40-44	100
45-49	77
50-54	65
55-59	33
60-64	15
65+	4
Total	1991

Fonte: CECAD



Fonte: CECAD

O perfil etário dos beneficiários do Bolsa Família demonstra predominância de crianças e adolescentes, com maior concentração entre 7 e 15 anos, indicando forte dependência do programa por famílias com filhos em idade escolar e requerendo articulação contínua

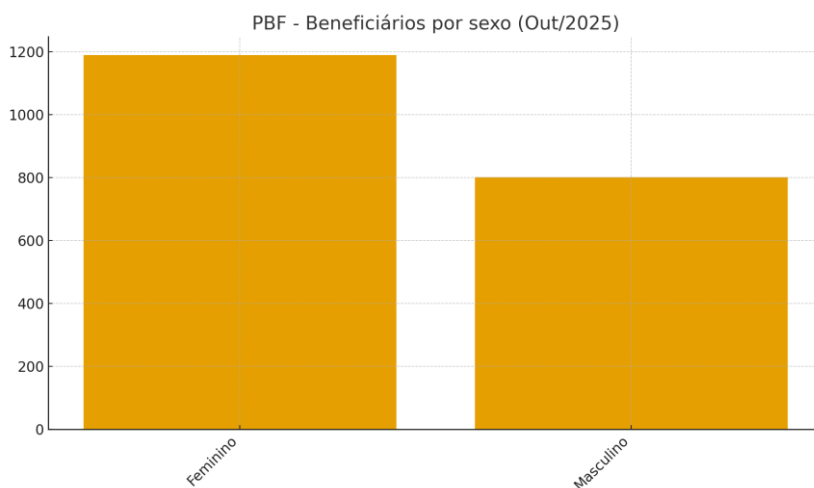


com educação e saúde. A presença expressiva do grupo de 0 a 6 anos reforça necessidades relacionadas a cuidado, vacinação e políticas de primeira infância.

3.4.2.2.2. Por Sexo (Out/2025)

Sexo	Beneficiários
Feminino	1189
Masculino	802
Total	1991

Fonte: CECAD

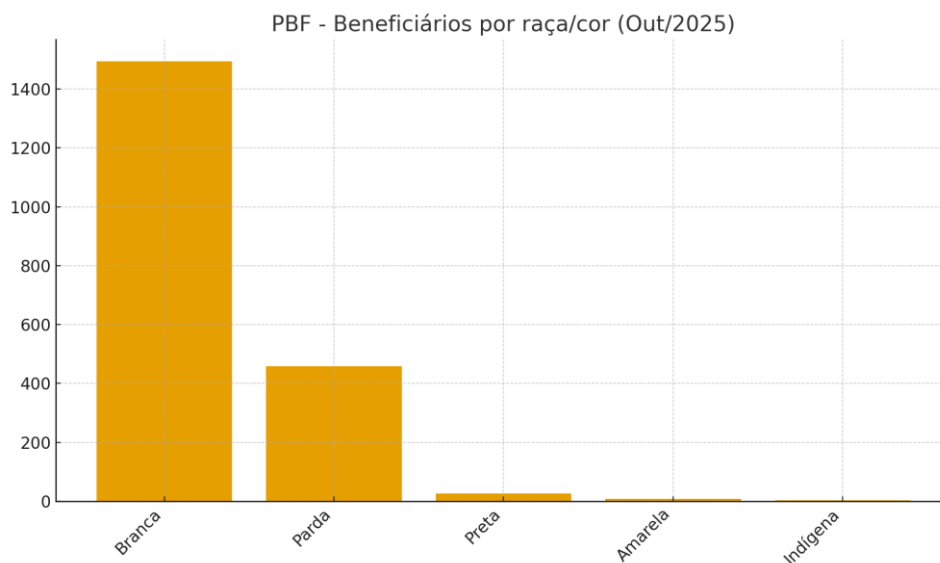


Fonte: CECAD

3.4.2.2.3. Por Raça/Cor (Out/2025)

Raça/Cor	Beneficiários
Branca	1494
Parda	459
Preta	27
Amarela	8
Indígena	3

Fonte: CECAD



Fonte: CECAD

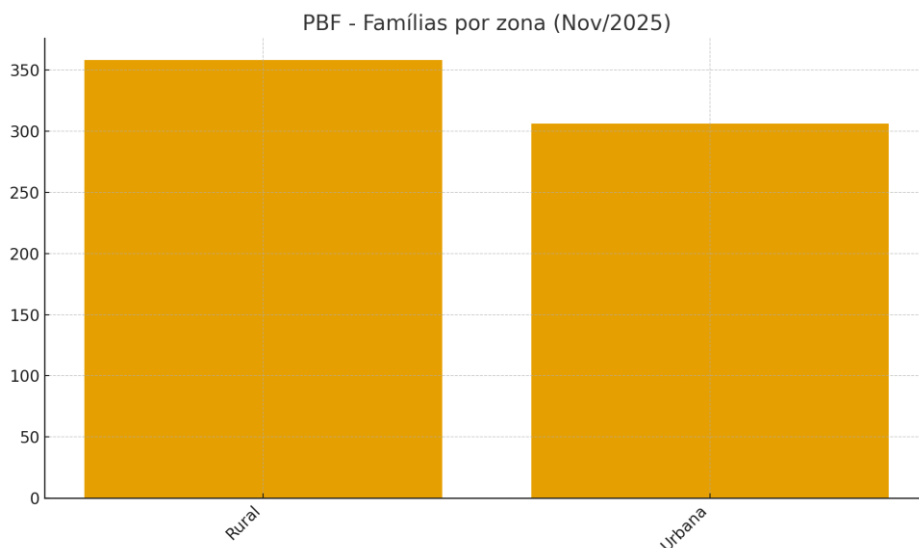
As mulheres representam a maioria dos beneficiários, evidenciando padrão de feminização da pobreza e centralidade das mulheres como responsáveis familiares. Esse perfil reforça a necessidade de ações de apoio ao cuidado, fortalecimento de vínculos e acesso a serviços, considerando que mulheres em situação de vulnerabilidade tendem a acumular responsabilidades domésticas e familiares.

3.4.2.3. Distribuição Territorial

3.4.2.3.1. Famílias por Zona

Zona	Famílias	Percentual (%)
Rural	358	53.92
Urbana	306	46.08
Total	664	100,00

Fonte: CECAD



Fonte: CECAD

A distribuição das famílias beneficiárias do Bolsa Família entre zona rural e urbana demonstra predominância da área rural, que concentra 358 famílias, enquanto a área urbana reúne 306. Essa diferença, embora não extremamente ampla, confirma o caráter territorial do município, marcado por dispersão populacional e presença significativa de famílias vulneráveis fora da sede. Esse cenário impõe ao CRAS a necessidade de manter estratégias descentralizadas de atendimento, com foco em deslocamento, busca ativa e articulação com unidades de saúde e escolas rurais para assegurar a continuidade do acompanhamento das famílias.

3.4.2.3.2. Famílias por Localidade

Localidade	Famílias	Percentual (%)
SEDE	306	46.08
VILA RURAL ALBERTO CARRARO	43	6.48
27 DE OUTUBRO	29	4.37
MARCOM	29	4.37
PEDREGULHO	25	3.77
BOM RETIRO	21	3.16
IRATIM	21	3.16
PEDRA BRANCA	21	3.16

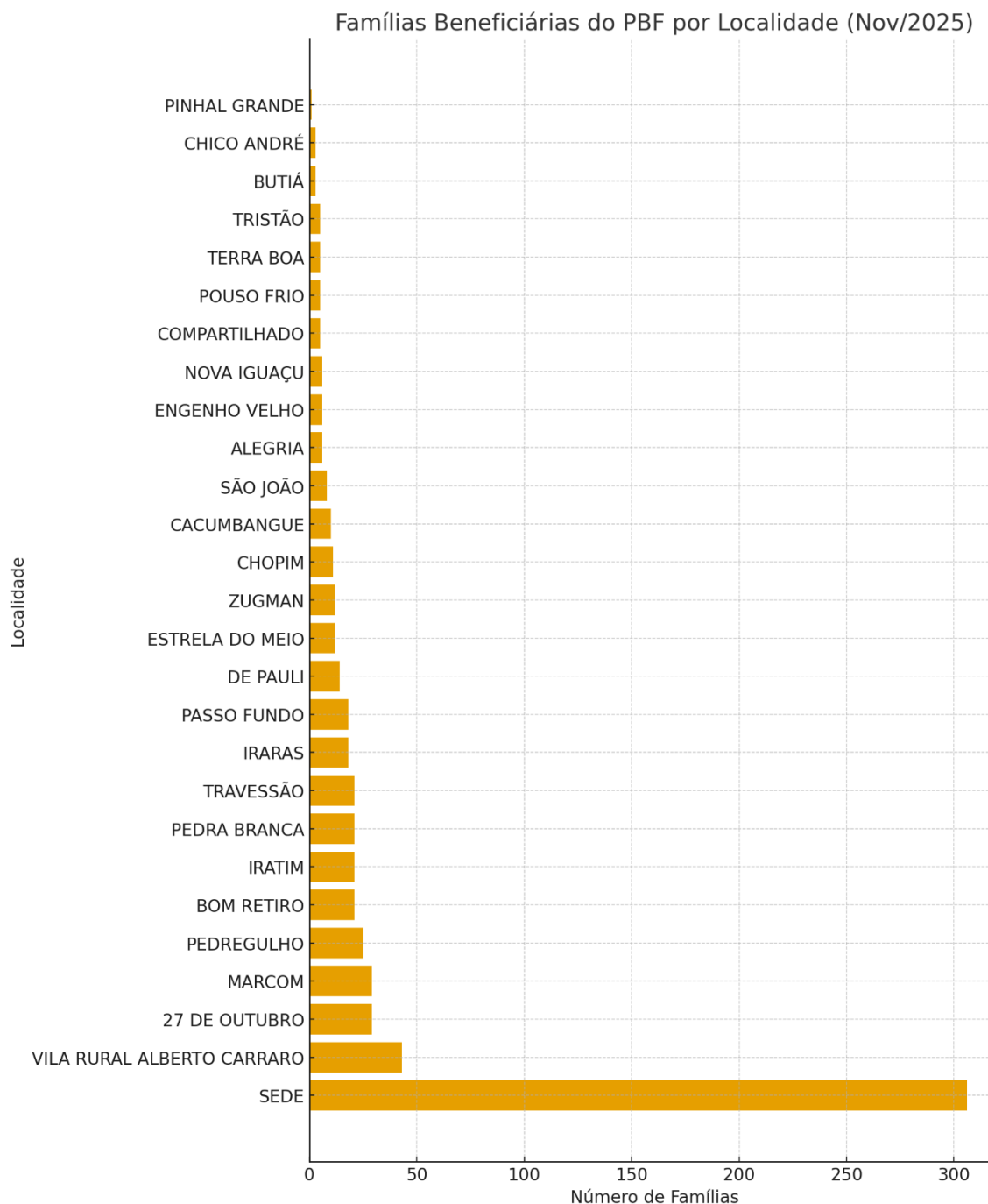


PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social



TRAVESSÃO	21	3.16
IRARAS	18	2.71
PASSO FUNDO	18	2.71
DE PAULI	14	2.11
ESTRELA DO MEIO	12	1.81
ZUGMAN	12	1.81
CHOPIM	11	1.66
CACUMBANGUE	10	1.51
SÃO JOÃO	8	1.2
ALEGRIA	6	0.9
ENGENHO VELHO	6	0.9
NOVA IGUAÇU	6	0.9
COMPARTILHADO	5	0.75
POUSO FRIO	5	0.75
TERRA BOA	5	0.75
TRISTÃO	5	0.75
BUTIÁ	3	0.45
CHICO ANDRÉ	3	0.45
PINHAL GRANDE	1	0.15
TOTAL	664	

Fonte: CECAD



Fonte: CECAD

A distribuição territorial das famílias beneficiárias do Bolsa Família em Coronel Domingos Soares demonstra um equilíbrio relativo entre zona rural e urbana, porém com leve predominância da área rural, onde se concentram 358 famílias. Essa característica



reforça o perfil territorial do município, marcado por grande extensão geográfica e dispersão populacional. Ao mesmo tempo, observa-se forte concentração absoluta de famílias na Sede, que sozinha reúne quase metade dos beneficiários, enquanto o restante se distribui entre diversas localidades rurais de pequeno porte, muitas delas com menos de dez famílias atendidas.

Esse padrão indica que, embora a demanda urbana seja significativa, a maior complexidade operacional recai sobre os territórios rurais, que dependem de ações itinerantes, articulação com unidades de saúde e escolas rurais, e estratégias permanentes de busca ativa para garantir o acesso das famílias aos serviços públicos. A pulverização das famílias em múltiplas comunidades rurais exige planejamento contínuo por parte do CRAS, principalmente para assegurar o acompanhamento das condicionalidades, visitas domiciliares e oferta de trabalho social com famílias.

3.4.2.4. Condicionalidades do Programa Bolsa Família

3.4.2.4.1. Educação (Set/2025)

Faixa	Público	Acompanhados	Cobertura (%)	Cumpriram	Cumprimento (%)
4–5 anos	124	100	80.65	100	100.0
6–15 anos	625	603	96.48	601	99.67
16–17 anos	91	72	79.12	69	95.83
Total 4–17	840	775	92.26	770	99.35

Fonte: RI Social

O acompanhamento da condicionalidade de educação apresenta desempenho amplamente satisfatório no município. O público total de 840 crianças e adolescentes registrou 775 acompanhamentos, alcançando taxa geral de 92,26%, patamar considerado adequado segundo os parâmetros nacionais. Os melhores resultados concentram-se na faixa de 6 a 15 anos, que representa o maior contingente e registra cobertura de 96,48%. Já os grupos de 4 a 5 anos e de 16 a 17 anos apresentam coberturas inferiores (80,65% e 79,12%,



respectivamente), indicando necessidade de atenção específica para esses segmentos, especialmente para garantir a frequência escolar na primeira infância e na transição para a juventude.

O índice de cumprimento da condicionalidade alcança 99,35%, evidenciando que, entre os acompanhados, praticamente todos mantêm frequência acima da exigida. Esse resultado reforça que os casos de maior atenção concentram-se não na permanência escolar, mas no alcance das equipes em monitorar as crianças e adolescentes, sobretudo nas localidades rurais. A combinação de alta taxa de cumprimento com lacunas no acompanhamento indica que a barreira principal é territorial e logística, e não de adesão das famílias.

3.4.2.4.2. Saúde (Jun/2025)

Grupo	Público	Acompanhados	Cobertura (%)	Cumprimento	Cumprimento (%)
Crianças <7	534	338	63.3	338	100.0
Mulheres	1115	997	89.42	Sem informação	Sem informação
Total (crianças+ mulheres)	1649	1335	80.96	Sem informação	Sem informação
Gestantes		41		41	100.0

Fonte: RI Social

O acompanhamento de saúde apresenta desempenho desigual entre os grupos acompanhados. As mulheres registram índice elevado de acompanhamento (89,42%), demonstrando boa articulação entre as equipes de saúde e as beneficiárias em idade reprodutiva. Em contraste, o acompanhamento de crianças menores de 7 anos permanece abaixo do ideal, alcançando apenas 63,30%, o que indica maior dificuldade de acesso ou de registro nesse grupo, especialmente entre famílias residentes em áreas rurais e localidades dispersas.



Apesar da baixa cobertura infantil, o cumprimento da condicionalidade entre as crianças acompanhadas é integral (100%), sinalizando que, uma vez alcançadas pelas equipes de saúde, as famílias mantêm a realização dos compromissos exigidos—como vacinação e avaliação nutricional. O desempenho das gestantes também é positivo, com 100% de cumprimento, ainda que representem um grupo numericamente pequeno no período analisado.

Esse cenário evidencia que a principal vulnerabilidade não está na adesão das famílias, mas sim na capacidade de alcance territorial e regularidade do acompanhamento, especialmente entre crianças pequenas. O dado reforça a necessidade de fortalecer ações itinerantes, integração CRAS–ESF e estratégias de busca ativa nas comunidades mais distantes.

3.4.2.5. Diagnóstico Socioterritorial das Famílias Beneficiárias do Bolsa Família

A análise do Programa Bolsa Família em Coronel Domingos Soares confirma sua importância central na proteção social do município, sustentando 664 famílias em condições de vulnerabilidade e exercendo forte impacto na dinâmica socioeconômica local. O perfil dos beneficiários é marcado por predominância de crianças e adolescentes, que representam 54,1% do total até 17 anos, além da expressiva participação feminina, que corresponde a 59,7% do público atendido. Em termos de raça/cor, os beneficiários são majoritariamente brancos (75%) e pardos (23%), refletindo a composição demográfica do território.

Do ponto de vista territorial, 53,92% das famílias residem na zona rural, distribuídas em comunidades de baixa densidade e grande dispersão geográfica. Esse cenário exige atuação contínua de busca ativa, presença territorial do CRAS e estratégias itinerantes para garantir acesso aos serviços socioassistenciais. A sede concentra maior volume de beneficiários, mas a pulverização nas demais localidades revela desafios estruturais para o acompanhamento regular das famílias.

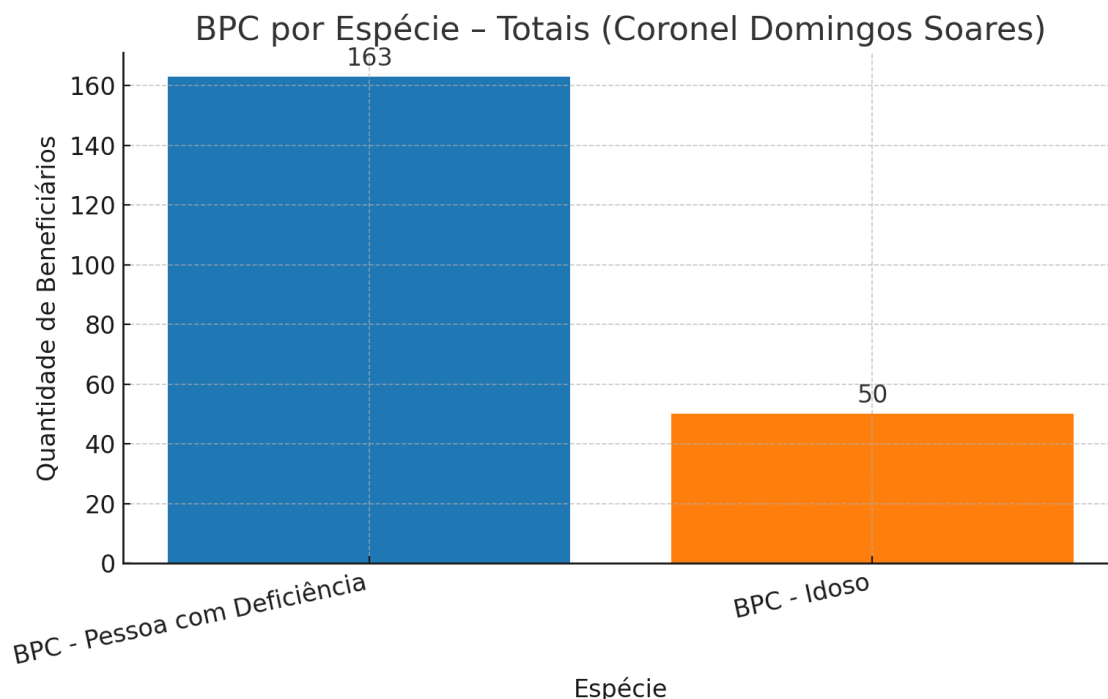


Nas condicionalidades, o município apresenta desempenho bastante positivo na educação, com taxa de cumprimento de 99,35% entre os acompanhados. Na saúde, embora o acompanhamento das mulheres seja satisfatório, observa-se fragilidade no monitoramento das crianças menores de 7 anos, cujo índice de acompanhamento é de 63,30%. Esse dado indica que a principal barreira está no alcance territorial, e não na adesão das famílias, reforçando a necessidade de fortalecer a articulação entre CRAS e ESF, especialmente nas localidades rurais mais críticas.

O conjunto das evidências demonstra que o Bolsa Família é um componente essencial da rede de proteção social, influenciando diretamente o planejamento intersetorial e orientando prioridades de atuação. Para garantir avanços, destaca-se a importância de qualificar o acompanhamento familiar, ampliar a presença do SUAS nos territórios rurais e fortalecer ações integradas entre assistência social, saúde e educação, assegurando proteção contínua e equitativa às famílias beneficiárias.

3.4.3. Benefício de Prestação Continuada – BPC

3.4.3.1. Distribuição dos Benefícios de Prestação Continuada por Espécie e faixa etária

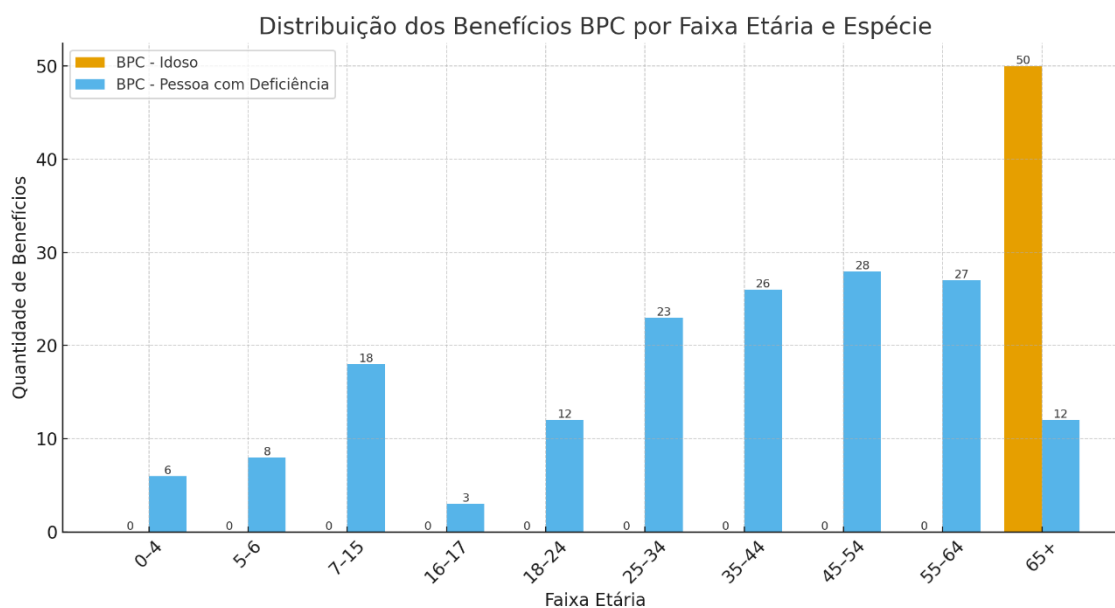


Fonte: RMA /nov

O município registra 213 benefícios ativos do BPC, distribuídos entre 163 Benefícios para Pessoa com Deficiência (76,5%) e 50 Benefícios para Pessoa Idosa (23,5%). Observa-se predominância significativa do BPC PcD, indicando maior presença de famílias com impedimentos de longa duração, limitações funcionais e dependência de cuidados contínuos. Esse perfil reforça a necessidade de ações territorializadas do CRAS, acompanhamento familiar pelo PAIF e articulação permanente com a rede de saúde para suporte, reabilitação e transporte.

A proporção menor de BPC Idoso evidencia a existência de idosos em situação de pobreza extrema, porém em volume inferior ao público PcD. Ainda assim, trata-se de um grupo que demanda atenção para prevenção de negligências, isolamento e vulnerabilidades associadas ao envelhecimento.

A distribuição por espécie demonstra que a política de assistência social deve direcionar esforços prioritários ao público PcD, estruturando estratégias de proteção social básica, vigilância ativa e fortalecimento da articulação intersetorial.



Fonte: RMA /nov

A distribuição etária do BPC no município evidencia que a maior parte dos benefícios está vinculada a pessoas com deficiência em idade adulta, especialmente entre 25 e 64 anos, o que indica presença de impedimentos de longa duração que comprometem a autonomia e a inserção produtiva das famílias. Observa-se também incidência de PcD na infância e adolescência, demonstrando demanda contínua por acompanhamento familiar, articulação com saúde e suporte no processo de inclusão escolar. Já o BPC-Idoso concentra-se exclusivamente na faixa de 65 anos ou mais, revelando um contingente de idosos em situação de pobreza extrema. Esse conjunto de informações aponta para a necessidade de fortalecer o acompanhamento territorializado, ampliar a integração intersetorial e qualificar o trabalho social com famílias que convivem com dependência, limitações funcionais e maiores custos de cuidado.

3.4.3.2. Análise Territorial dos Beneficiários do BPC



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social

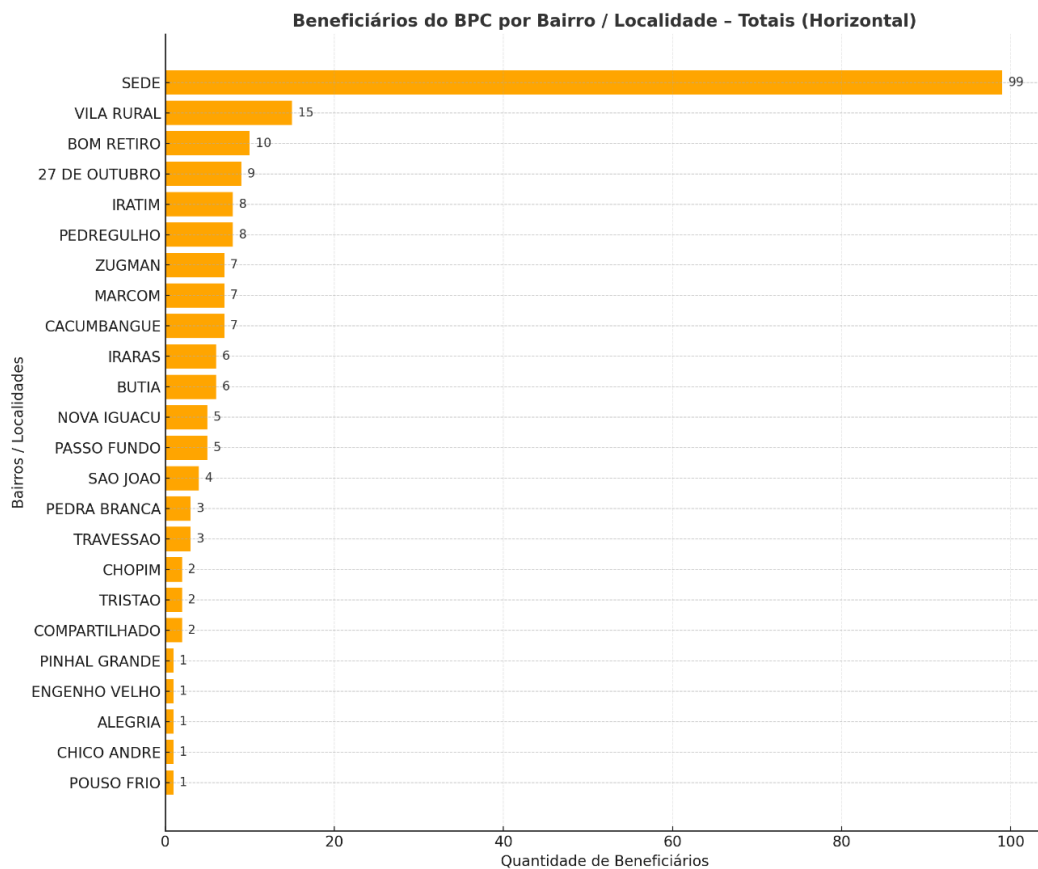


Bairro / Localidade	BPC – Idoso	BPC – PcD	Total
SEDE	23	76	99
VILA RURAL	0	15	15
BOM RETIRO	2	8	10
PEDREGULHO	1	7	8
27 DE OUTUBRO	2	6	8
IRATIM	2	6	8
CACUMBANGUE	1	6	7
MARCOM	1	6	7
ZUGMAN	2	5	7
PASSO FUNDO	1	4	5
BUTIA	3	3	6
IRARAS	3	3	6
PEDRA BRANCA	0	3	3
NOVA IGUAÇU	3	2	5
CHOPIM	0	2	2
TRAVESSÃO	0	2	2
TRISTÃO	0	2	2
SÃO JOÃO	3	1	4
COMPARTILHADO	1	1	2
ALEGRIA	0	1	1
CHICO ANDRÉ	0	1	1
PINHAL GRANDE	0	1	1
POUSO FRIO	0	1	1
TRAVESÃO	0	1	1
27 DE OUTUBRO	1	0	1
ENGENHO VELHO	1	0	1
TOTAL	50	163	213

Fonte: RMA nov/2025



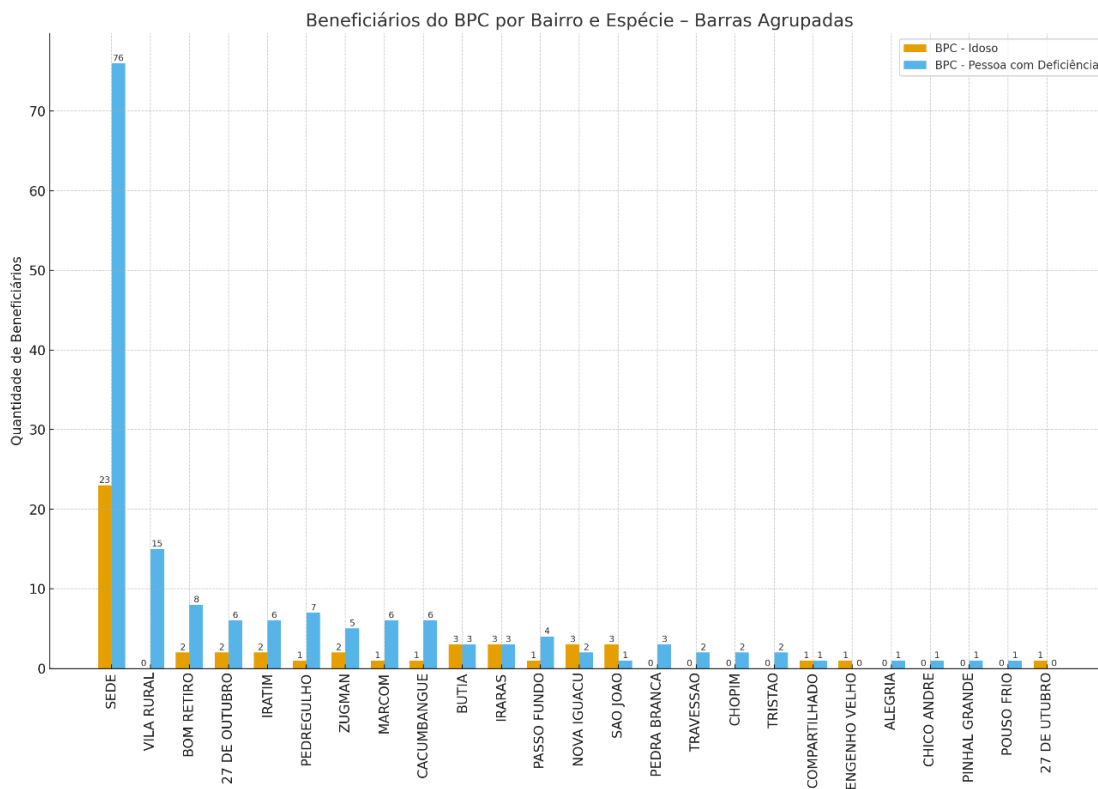
PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social



Fonte: RMA nov/2025

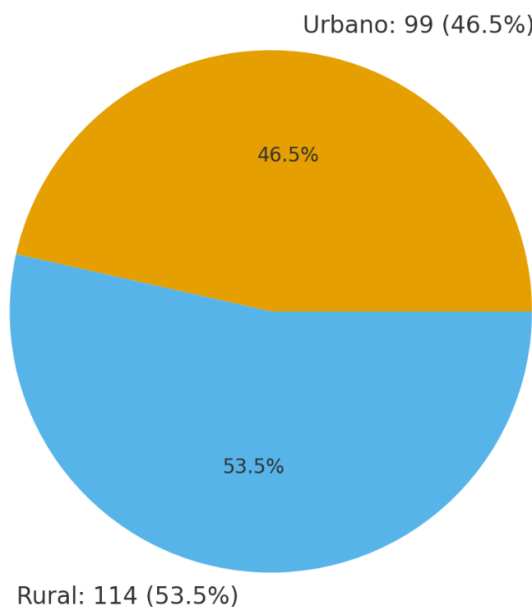


PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social



Fonte: RMA nov/2025

Distribuição dos Beneficiários do BPC - Urbano x Rural (Total + %)



Fonte: RMA nov/2025

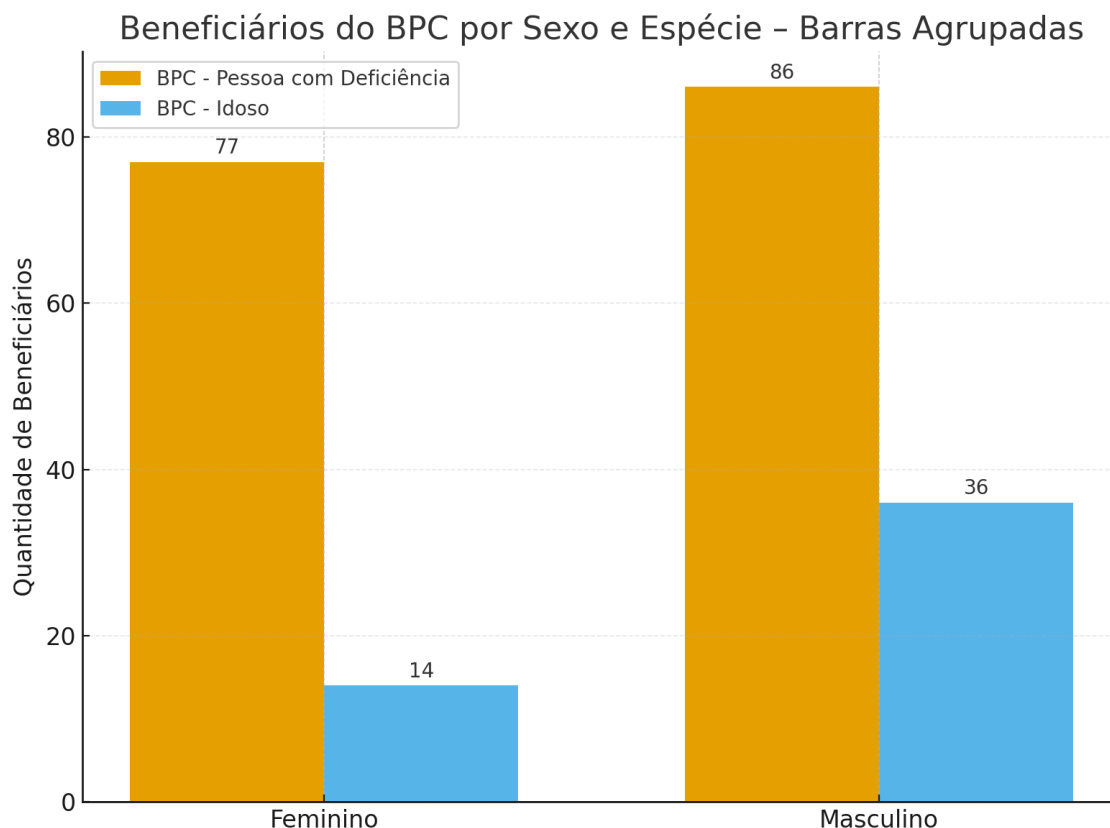


A distribuição dos benefícios por bairro e espécie evidencia que a maior concentração de BPC está na Sede, que reúne 76 pessoas com deficiência e 23 idosos, caracterizando o principal aglomerado de vulnerabilidade associada à dependência de cuidados e à pobreza extrema. Nas áreas rurais, destacam-se Vila Rural, Bom Retiro, Pedregulho, 27 de Outubro, Iratim, Cacumbangue, Marcom e Zugman, onde o volume de BPC-PcD é expressivo, indicando presença significativa de famílias com impedimentos de longa duração, baixa autonomia e limitações de acesso aos serviços públicos.

A predominância do BPC-PcD nos territórios rurais confirma a existência de vulnerabilidades estruturais, marcadas por distância geográfica, dificuldades de transporte e menor oferta de serviços especializados. Isso exige intensificação das visitas domiciliares, articulação com a saúde para reabilitação e monitoramento contínuo pela vigilância socioassistencial. Já localidades com maior proporção relativa de BPC-Idoso, como Butiá, Iraras e Nova Iguaçu, apontam para perfis de idosos em extrema pobreza que demandam ações de prevenção a negligências e isolamento.

A comparação entre áreas urbana e rural reforça essa dinâmica territorial: embora a Sede concentre o maior número absoluto de beneficiários (99), a zona rural reúne 114 usuários, ou seja, a maior parte do total de beneficiários do BPC no município. Esse padrão revela que a vulnerabilidade associada à deficiência e ao envelhecimento está mais espalhada nos microterritórios rurais, onde vivem famílias com menor acesso a serviços públicos e maior dependência de cuidados contínuos. Tal configuração reforça a necessidade de ações itinerantes, fortalecimento das estratégias de busca ativa, ampliação da oferta de transporte para acesso aos serviços e aprimoramento da articulação intersetorial, garantindo proteção social adequada para um público altamente disperso e com limitações de deslocamento.

3.4.3.3. Análise por sexo



Fonte: RMA nov/2025

A distribuição por sexo evidencia que o município possui 122 beneficiários homens e 91 beneficiárias mulheres do BPC. Entre os homens, observa-se um número expressivo de pessoas com deficiência (86), o que demonstra maior incidência de impedimentos de longa duração nesse grupo, especialmente entre adultos residentes em territórios rurais, onde condições laborais precárias, acidentes e processos de desgaste físico são mais comuns. Além disso, a presença de 36 idosos beneficiários homens reforça a vulnerabilidade socioeconômica desse público, frequentemente associado a trajetórias de trabalho informal e ausência de previdência.

Entre as mulheres, embora o total seja menor (91), há uma predominância de beneficiárias com deficiência (77), indicando que as desigualdades de gênero se entrelaçam à condição de saúde, à autonomia funcional e à dependência de cuidados. Já os 14 benefícios para mulheres idosas revelam maior exposição feminina à pobreza na velhice, marcada por



ausência de proteção previdenciária, sobrecarga de cuidado ao longo da vida e isolamento social.

A leitura conjunta dos dados mostra que o município possui um perfil de beneficiários predominantemente composto por pessoas com deficiência (163 no total), sendo 86 homens e 77 mulheres, o que reforça a necessidade de estratégias de acompanhamento domiciliar, articulação com saúde e ações intersetoriais voltadas à funcionalidade e aos direitos da pessoa com deficiência. A presença de 50 idosos beneficiários (36 homens e 14 mulheres) evidencia fragilidades relacionadas ao envelhecimento em contexto de pobreza, demandando atenção especial a negligências, vínculos fragilizados e acesso a serviços continuados.

3.4.3.4. Síntese Final do BPC no Diagnóstico Socioterritorial

O levantamento consolidado evidencia que o Benefício de Prestação Continuada desempenha papel central na proteção social do município, com predominância do público PcD e forte concentração territorial nas áreas rurais. A caracterização por sexo, faixa etária, território e situação cadastral revela um conjunto de beneficiários com alto grau de dependência, limitações funcionais e dificuldades de acesso aos serviços públicos, o que exige atuação contínua, articulada e descentralizada por parte do SUAS.

A vulnerabilidade ampliada em microterritórios rurais, aliada à predominância de adultos com deficiência e à presença significativa de idosos sem proteção previdenciária, aponta para a necessidade de fortalecer o PAIF, expandir estratégias itinerantes do CRAS, qualificar o transporte social, aprimorar a articulação com saúde e educação e garantir a manutenção da regularidade cadastral. De forma integrada, o diagnóstico confirma que a gestão do BPC demanda planejamento territorializado, vigilância ativa e redes de cuidado capazes de assegurar proteção social continuada às famílias que convivem com dependência, limitações funcionais e maiores custos de cuidado.

3.5. INDICADORES DE ATENDIMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

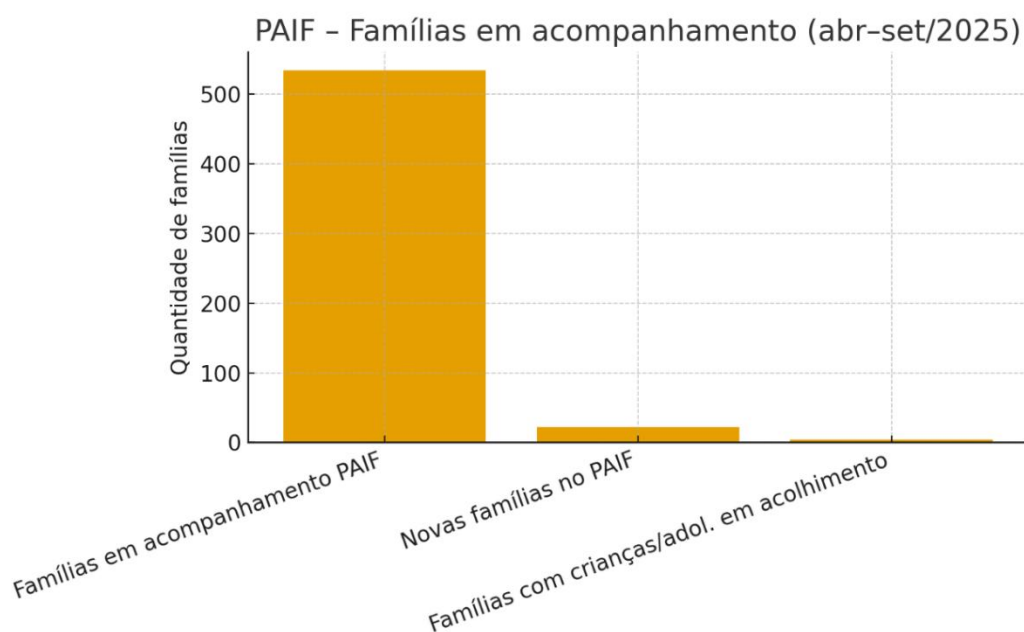


3.5.1. Registro Proteção Social Básica

3.5.1.1. Registro Mensal de Atendimentos (RMA)

Dados principais:

- 534 famílias em acompanhamento pelo PAIF no período (média 89/mês);
- 22 novas famílias inseridas (média 3,67/mês);
- 4 famílias com crianças/adolescentes em serviço de acolhimento.



Fonte: RMA

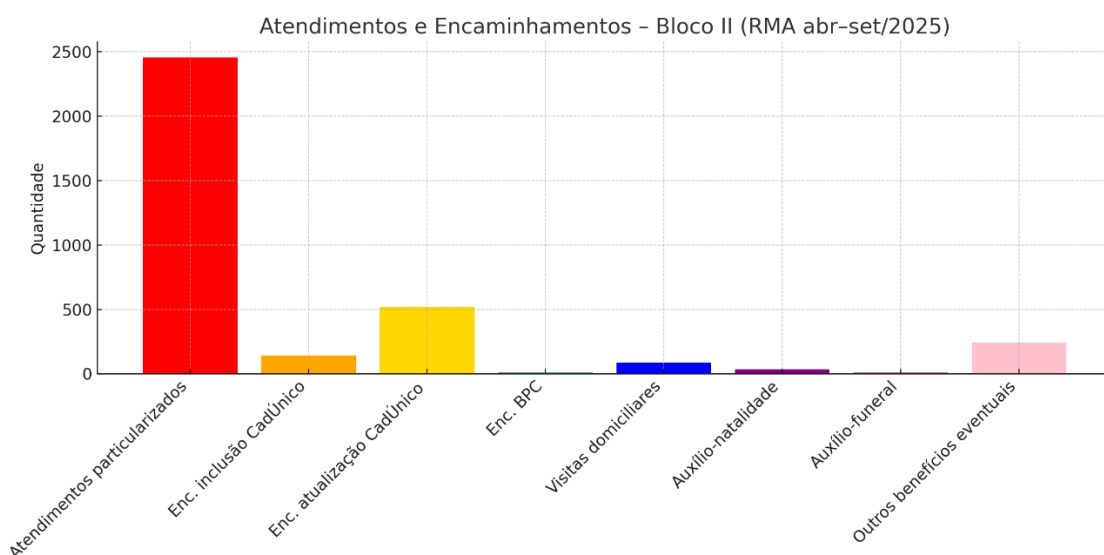
O Gráfico 1 mostra que o CRAS mantém um estoque significativo de famílias em acompanhamento (534 em 6 meses), o que, para um município de pequeno porte com cerca de 1.705 famílias no CadÚnico, representa algo em torno de 31% das famílias cadastradas sendo acompanhadas pelo PAIF em algum momento do período.

Isso indica que o PAIF tem capilaridade razoável no território e que a equipe está voltada para acompanhar famílias com vulnerabilidades acumuladas. Porém, o número de novas famílias inseridas (22) em seis meses é baixo (aprox. 4 por mês), sugerindo uma estabilidade do público acompanhado (pouca rotatividade), ou um possível sub-registro



de novas demandas, especialmente em áreas rurais mais distantes, onde a busca ativa é mais difícil.

A presença de 04 famílias com crianças/adolescentes em acolhimento confirma que o CRAS está, ao menos em parte, cumprindo seu papel na articulação com a rede de alta complexidade, realizando atendimento às famílias de origem, o que é fundamental para reintegração familiar e redução do tempo de permanência em acolhimento.



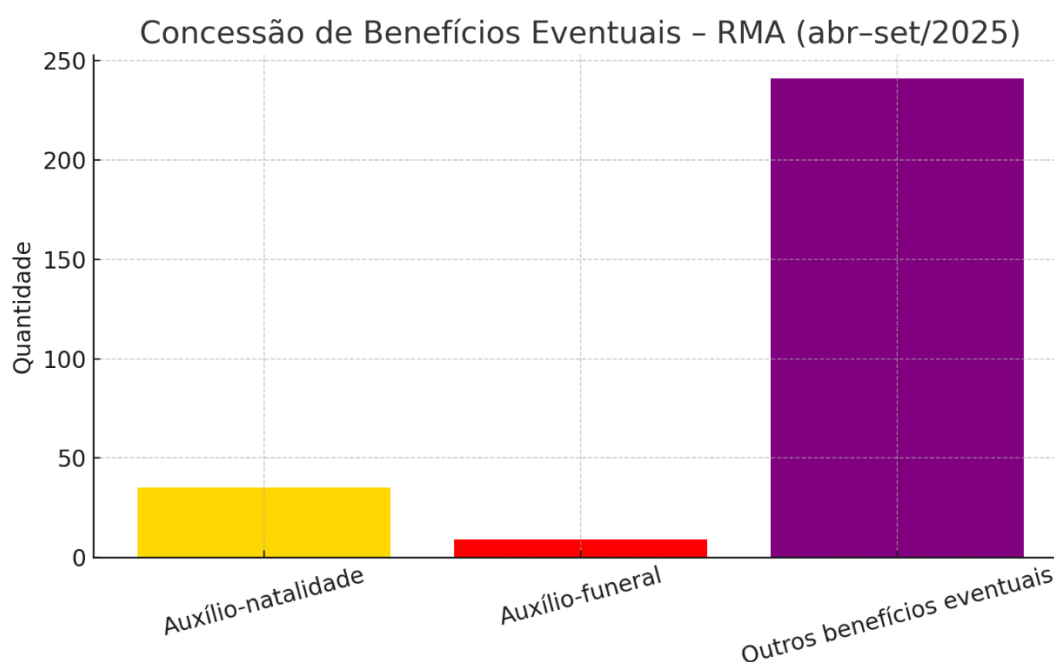
Fonte: RMA

Os números de encaminhamentos para inclusão (144) e atualização do CadÚnico (520) mostram que o CRAS permanece como principal ponto de gestão do Cadastro, em linha com a NOB/SUAS e as orientações da gestão do PBF. Esse movimento é coerente com as boas taxas de atualização do CadÚnico que você já tem no CECAD (85% geral e 91% para famílias até ½ SM).

Já as 87 visitas domiciliares em seis meses (média de 15/mês) são um ponto de atenção: para um território ruralizado e disperso como Coronel Domingos Soares, o número é relativamente baixo frente ao total de famílias acompanhadas e à necessidade de conhecer in loco as condições de vida. Isso pode estar relacionado a:



- equipe reduzida;
- sobrecarga com atendimentos de demanda espontânea;
- dificuldade de transporte;
- priorização de atendimentos internos em detrimento da atuação territorializada.



Fonte RMA

O gráfico mostra que a maior parte dos Benefícios Eventuais concedidos pelo município corresponde aos “Outros benefícios eventuais” (241), que, na prática, são cestas básicas. Esse volume muito superior aos auxílios-natalidade (35) e funeral (9) indica que a insegurança alimentar é hoje a demanda emergencial mais presente no território, especialmente entre famílias rurais, com baixa renda e trabalho informal.

A forte procura por cestas básicas revela que muitas famílias não conseguem garantir, com recursos próprios, a alimentação do mês, recorrendo à Assistência Social como principal suporte imediato. Esse padrão reforça que o Benefício Eventual tem sido utilizado como mecanismo essencial de segurança de renda e proteção social, evitando agravamento da vulnerabilidade.

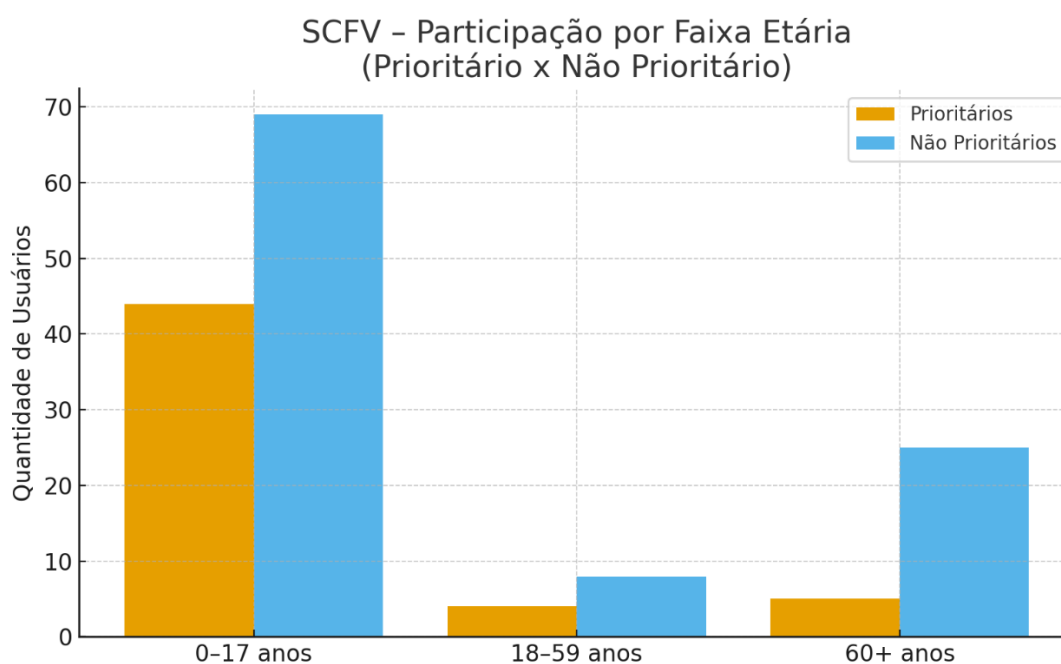


Diante disso, torna-se fundamental:

- manter normas claras sobre critérios e fluxos;
- vincular a concessão ao PAIF, garantindo avaliação e orientação;
- evitar atendimentos isolados, assegurando que a cesta básica integre uma resposta protetiva mais ampla.

Assim, o gráfico expressa não apenas a quantidade de benefícios concedidos, mas a centralidade da Assistência Social na garantia da sobrevivência imediata de muitas famílias.

3.5.1.2. Sistema de Informações do SCFV – SISC



Fonte: SISC 2025

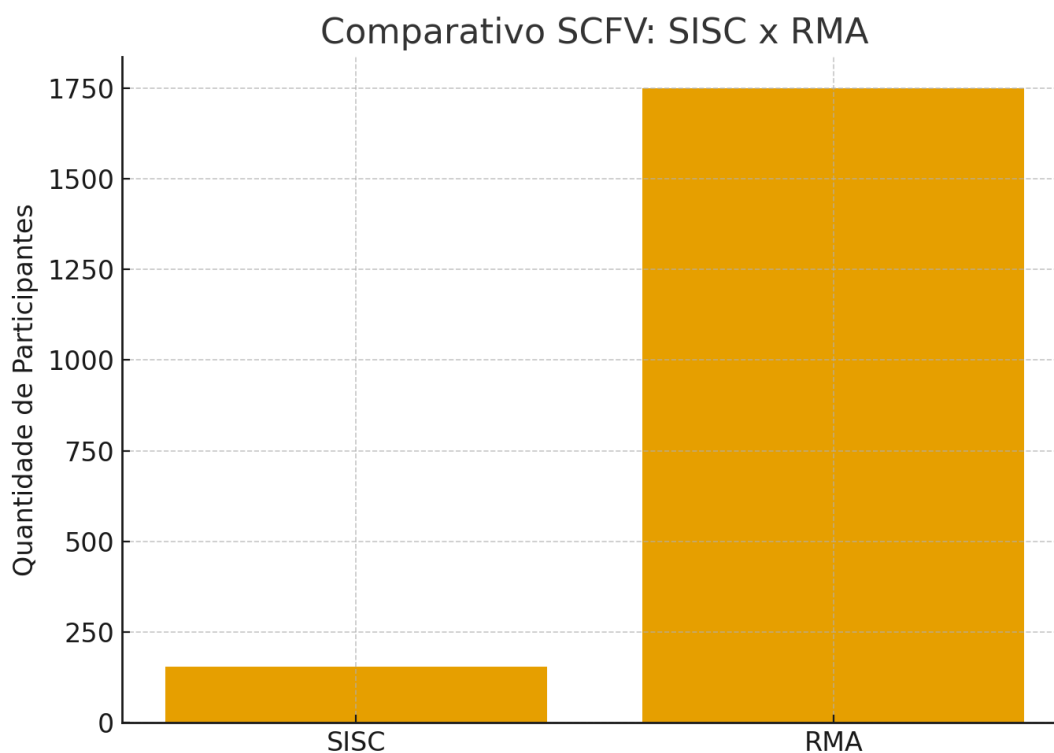
O gráfico apresenta a distribuição dos usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) por faixa etária, discriminando o público prioritário e não prioritário conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Os dados revelam padrões importantes para o planejamento da Proteção Social Básica em Coronel Domingos Soares.



Os números mostram que, em cada faixa etária, o contingente de não prioritários é superior ao de prioritários:

- 0–17 anos: 69 não prioritários x 44 prioritários
- 18–59 anos: 8 não prioritários x 4 prioritários
- 60+ anos: 25 não prioritários x 5 prioritários

Isso significa que 66% dos usuários totais do SCFV não são prioritários, o que indica que o serviço está atendendo, em grande parte, públicos com menor vulnerabilidade relativa, deixando de alcançar de forma efetiva as famílias e indivíduos que apresentam maior risco pessoal e social.



Fonte: SISC 2025

Os dados do Relatório SISC e os registros do RMA revelam um desenho consistente, porém desafiador, da Proteção Social Básica em Coronel Domingos Soares,



especialmente no que diz respeito à oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

A participação total registrada pelo SISC indica 155 usuários, sendo:

- 53 prioritários (34%);
- 102 não prioritários (66%).

A análise dos dados evidencia um aspecto estrutural que merece atenção imediata no planejamento da Proteção Social Básica: apenas um terço dos participantes do SCFV é composto por públicos prioritários, contrariando diretamente a orientação da Tipificação Nacional. Essa normativa estabelece que o serviço deve priorizar crianças e adolescentes com fragilização de vínculos, famílias acompanhadas pelo PAIF/PSE, pessoas com deficiência, idosos isolados e beneficiários do BPC ou do Bolsa Família. Trata-se, portanto, de um serviço concebido para atender, em caráter continuado, grupos que apresentam maior vulnerabilidade e risco social, garantindo proteção, convivência, fortalecimento de vínculos e acesso a direitos.

A baixa participação desses públicos prioritários revela um descompasso importante entre a realidade das famílias acompanhadas e a efetiva inserção no SCFV. Enquanto o PAIF registra um número expressivo de famílias em acompanhamento, sinalizando presença significativa de fragilidades sociais, econômicas e relacionais, esse volume não se converte em participação qualificada nas atividades de convivência. Em outras palavras: o CRAS acompanha muitas famílias vulneráveis, mas essas famílias não estão chegando aos grupos do SCFV, embora justamente constituam o público para o qual o serviço foi desenhado.

Esse fenômeno é típico de territórios rurais amplos e dispersos, como é o caso de Coronel Domingos Soares. Nessas localidades, diversos fatores interferem diretamente no acesso e na permanência das famílias nos grupos de convivência:

- dificuldades de transporte, especialmente em localidades distantes do CRAS;
- baixa disponibilidade de tempo, devido à dinâmica do trabalho rural e da sobrecarga de cuidados domésticos;



- serviços concentrados na área urbana, o que limita a participação de comunidades mais afastadas;
- restrições de infraestrutura, que dificultam a descentralização e a execução de grupos itinerantes.

Esses elementos ajudam a explicar parte da baixa adesão dos públicos prioritários, mas também apontam para uma necessidade urgente: revisar e reorientar as estratégias do CRAS para garantir que o serviço cumpra sua função protetiva. É indispensável:

- ampliar ações de busca ativa qualificada, especialmente em comunidades rurais;
- descentralizar atividades do SCFV, levando-as para localidades mais distantes;
- fortalecer o vínculo entre PAIF e SCFV, garantindo que famílias acompanhadas sejam inseridas prioritariamente em grupos de convivência;
- reorganizar fluxos internos e articulações com a rede intersetorial.

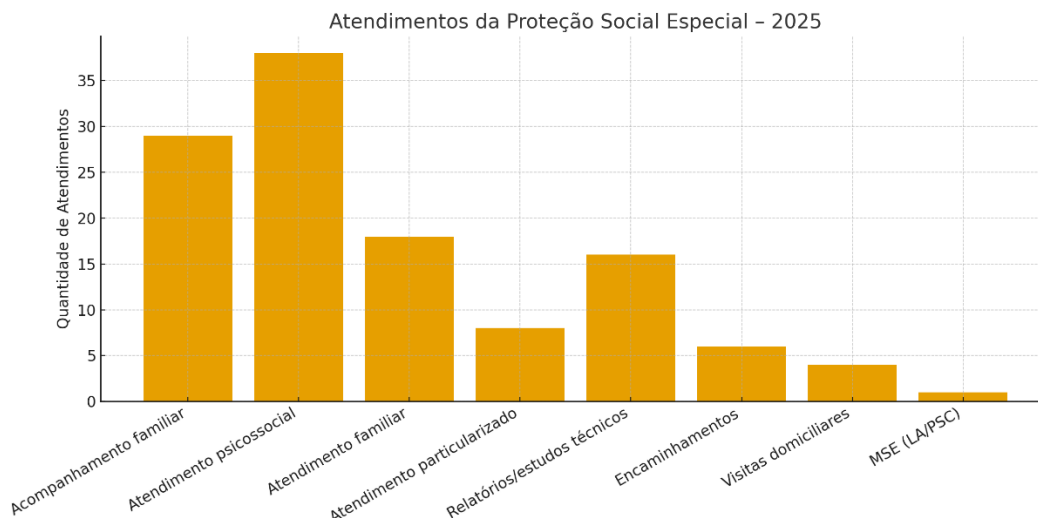
Assim, o achado vai além de um mero indicador estatístico, configurando-se como um sinal estratégico que evidencia a necessidade de ajustes estruturais na oferta da Proteção Social Básica. A reaproximação entre o SCFV e o PAIF, a reorganização dos fluxos de acesso e o fortalecimento da territorialização mostram-se medidas essenciais para que o município avance no cumprimento pleno da função protetiva da Política de Assistência Social.

3.5.2. Dados e indicadores PSE

3.5.2.1. Proteção Social Especial de Média Complexidade



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social



Fonte: Departamento Municipal de Ação Social

Os dados de atendimentos da Proteção Social Especial em 2025 revelam um perfil de demandas complexas e recorrentes, com predominância de ações de acompanhamento continuado, o que indica a presença de situações de risco pessoal e social que exigem intervenção especializada.

O gráfico evidencia que três tipos de atendimento concentram a maior parte da atuação da equipe:

Tipo	Quantidade	Especificações
Acompanhamento familiar	29	É a porta central da PSE e demonstra que as famílias inseridas apresentam violação de direitos, conflitos familiares, negligência, violência doméstica e fragilidade de cuidados, exigindo plano de atendimento estruturado e monitoramento continuado. Esse volume indica que a equipe está respondendo prioritariamente a casos de risco continuado, alinhado a PSE, mesmo o município não possuindo CREAS próprio.
Atendimento psicossocial	38	Este é o maior volume do conjunto, revelando: - forte presença de sofrimento emocional, impacto de violências, conflitos geracionais e traumas; - necessidade de escuta qualificada e intervenções terapêuticas breves;



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social



		sobrecarga emocional das famílias e crianças/adolescentes acompanhadas. O dado demonstra que a PSE local opera como um núcleo de saúde mental social, atuando na contenção e manejo de crises e reorganização dos vínculos protetivos.
Atendimento familiar	18	Refere-se a intervenções coletivas ou familiares focados em orientação, vínculo, reorganização parental e fortalecimento da função protetiva. Esse número reforça: - presença de famílias com dificuldades na provisão de cuidados; - frequente necessidade de mediação familiar; - intervenção pedagógico-protetiva contínua.
Atendimentos particularizados	08	Expressam demandas pontuais de alta sensibilidade: comunicação com o Judiciário, Ministério Público, Conselho Tutelar ou outros órgãos. Revelam a presença de situações que exigem articulação multiprofissional e intersetorial.
Relatórios/ estudos técnicos	16	O número elevado reforça a judicialização das situações: - solicitações judiciais frequentes, - exigência de pareceres circunstanciados, - tempo técnico relevante consumido pela burocracia mandamental.
Encaminhamentos	06	São direcionados a serviços de saúde, educação, segurança pública e rede de apoio. Esse dado confirma que a PSE funciona como elo estruturante na rede de proteção, mesmo sem CREAS.
Visitas domiciliares	04	O volume reduzido revela uma fragilidade na atuação territorial, sobretudo considerando: - dispersão geográfica do município; - grande proporção rural; - necessidade de maior vigilância in loco. Indica a necessidade de ampliar logística, transporte e planejamento territorializado.
Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade	01	O número é baixo, indicando que o município tem pequena incidência de atos infracionais registrados no período, mas mantém a obrigação legal de acompanhamento quando necessário.



Os atendimentos da PSE mostram que Coronel Domingos Soares apresenta um volume significativo de situações de violação de direitos e conflitos familiares, exigindo respostas especializadas contínuas. Destaca-se:

- alta demanda de intervenção psicossocial;
- consistência na oferta de acompanhamento familiar;
- forte presença de judicialização (relatórios, pareceres, encaminhamentos);
- baixa atuação territorial (visitas domiciliares insuficientes para o padrão rural do município).

A análise demonstra que, mesmo sem CREAS, a equipe municipal assume funções típicas da Média Complexidade, articulando proteção especializada, acolhimento e medidas protetivas.

3.5.2.2. Proteção Social Especial de Alta Complexidade

No âmbito dos Indicadores e Dados referentes à Situação Atual dos Acolhimentos em 2025, a Proteção Social Especial de Alta Complexidade do município apresenta, no período analisado, 10 acolhimentos ativos, distribuídos entre o serviço de acolhimento institucional, na modalidade Casa Lar, e o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (FA), conforme a configuração descrita a seguir:

1. 06 crianças/adolescentes em acolhimento institucional (Casa Lar)
 - a) 02 crianças de 0 a 5 anos
 - b) 04 adolescentes de 14 a 17 anos (incluindo gestante)
2. 03 crianças acolhidas em Família Acolhedora
 - a) idades entre 5 e 8 anos

Essa distribuição evidencia padrões relevantes para a análise da Proteção Social Especial, ao revelar a presença de bebês, crianças pequenas e adolescentes, incluindo casos de gestação na adolescência, o que indica a diversidade de perfis e a complexidade das demandas atendidas. Observa-se também que os acolhimentos realizados por meio do Serviço de Família Acolhedora concentram-se na primeira infância e na infância



intermediária, evidenciando uma delimitação etária para essa modalidade, enquanto as faixas etárias mais avançadas são atendidas predominantemente pelo acolhimento institucional.

Pode-se perceber um cenário de desproteções graves que afetam diferentes fases do ciclo de vida, desde a primeira infância até a adolescência. A presença simultânea de bebês, crianças pequenas e adolescentes, incluindo gestantes em acolhimento institucional, demonstra a complexidade dos casos e a intensidade das violações que motivaram as medidas protetivas.

O acolhimento institucional concentra os casos mais graves, enquanto o Serviço de Família Acolhedora se destina exclusivamente ao atendimento de crianças, mantendo seu foco em um cuidado mais individualizado e adequado às necessidades afetivas da infância. Essa distribuição reforça o papel complementar entre as modalidades, mas também destaca a necessidade de fortalecer a oferta familiar, ampliando alternativas ao acolhimento institucional.

De forma geral, o conjunto dos acolhimentos aponta para a fragilidade das redes familiares, recorrência de violências intrafamiliares, vulnerabilidades acumuladas e baixa capacidade protetiva das famílias de origem. Esses elementos demandam acompanhamento técnico contínuo, articulação intersetorial e fortalecimento dos fluxos entre Conselho Tutelar, Judiciário e equipe da PSE, garantindo proteção integral e continuidade dos projetos de vida das crianças e adolescentes acolhidos.

3.5.3. . Considerações sobre os serviços executados

A análise integrada dos indicadores da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial revela um conjunto de padrões que expressam tanto avanços quanto desafios da Política de Assistência Social em Coronel Domingos Soares. Os dados evidenciam que os serviços estão em funcionamento, porém operam sob forte pressão territorial, com demandas complexas e alta dependência das ofertas socioassistenciais como mecanismo de proteção.



Na Proteção Social Básica, o PAIF demonstra capilaridade significativa, com 534 famílias acompanhadas no período, representando aproximadamente 31% das famílias inscritas no CadÚnico. Esse dado indica boa capacidade de alcance e vinculação às famílias com maior vulnerabilidade. Entretanto, o número reduzido de novas famílias inseridas (22 em seis meses) sugere possível subcobertura em áreas rurais remotas ou rotinas de busca ativa insuficientemente territorializadas.

As ações relacionadas ao CadÚnico e ao Programa Bolsa Família seguem bem estruturadas, com 520 atualizações cadastrais e 144 inclusões, reafirmando o CRAS como porta de entrada e executor central da gestão de benefícios. Contudo, o volume de 87 visitas domiciliares no período analisado é baixo considerando a dispersão territorial do município, indicando necessidade de reforço da atuação in loco para melhor compreensão das vulnerabilidades e fortalecimento da dimensão proativa da proteção social.

Os Benefícios Eventuais, especialmente a concessão de cestas básicas, apresentam demanda expressiva, com 241 benefícios concedidos na categoria “outros”, refletindo forte presença de insegurança alimentar no território. Esse cenário reafirma o papel do município como principal provedor de suporte imediato às famílias com restrição de renda, tornando indispensável a articulação dos Benefícios Eventuais ao PAIF, evitando atendimentos desarticulados e garantindo que a concessão integre um plano protetivo mais amplo.

No SCFV, os dados do SISC indicam um descompasso relevante: 66% dos usuários são não prioritários, contrariando a orientação da Tipificação Nacional. A baixa presença de públicos prioritários revela fragilidades no processo de vinculação entre PAIF e SCFV, além de barreiras territoriais como distância, transporte e centralização das atividades. O serviço necessita reorganização, descentralização e maior integração com a busca ativa e a referência técnica do CRAS, de modo a alcançar famílias acompanhadas e indivíduos em maior situação de risco.

Na Proteção Social Especial de Média Complexidade, a equipe técnica municipal tem assumido de forma consistente as atribuições da PSE, mesmo sem unidade CREAS instalada. Os indicadores mostram predominância de atendimentos psicossociais (38), acompanhamento familiar (29) e atendimentos familiares (18), apontando que a maior



parte das demandas envolve violação de direitos, conflitos familiares, negligência e fragilidade da função protetiva. A elevada quantidade de relatórios e estudos técnicos (16) evidencia judicialização significativa das situações, enquanto o número reduzido de visitas domiciliares (04) sinaliza necessidade de reforçar a atuação territorial e melhorar as condições de deslocamento da equipe.

As Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, embora pouco frequentes, são executadas pelo município e exigem articulação contínua com o Sistema de Garantia de Direitos, garantindo acompanhamento qualificado e respostas proporcionais às necessidades dos adolescentes e famílias envolvidas.

Na Proteção Social Especial de Alta Complexidade, o município mantém 10 acolhimentos ativos, distribuídos entre Casa Lar (06) e Família Acolhedora (03). A presença de bebês, crianças pequenas, adolescentes e uma gestante acolhida demonstra a complexidade das violações que motivam as medidas protetivas. O acolhimento institucional concentra os casos mais graves, enquanto o Serviço de Família Acolhedora permanece como modalidade prioritária para crianças menores. A distribuição revela fragilidade das redes familiares de origem, recorrência de violências intrafamiliares e necessidade de acompanhamento técnico permanente e intensivo.

De modo geral, os serviços socioassistenciais executados em Coronel Domingos Soares demonstram esforço de cobertura, capacidade técnica e articulação institucional, mas apresentam desafios estruturais associados à ruralidade extrema, dispersão populacional, judicialização crescente e necessidade de fortalecimento das estratégias territoriais. A proteção social desempenha papel central e indispensável no município, funcionando como eixo de sustentação para famílias com vulnerabilidades acumuladas e riscos sociais contínuos.

3.6. VIOLAÇÕES, VIOLÊNCIAS E DESPROTEÇÕES NO TERRITÓRIO

3.6.1. Dados apresentados pelo Conselho Tutelar



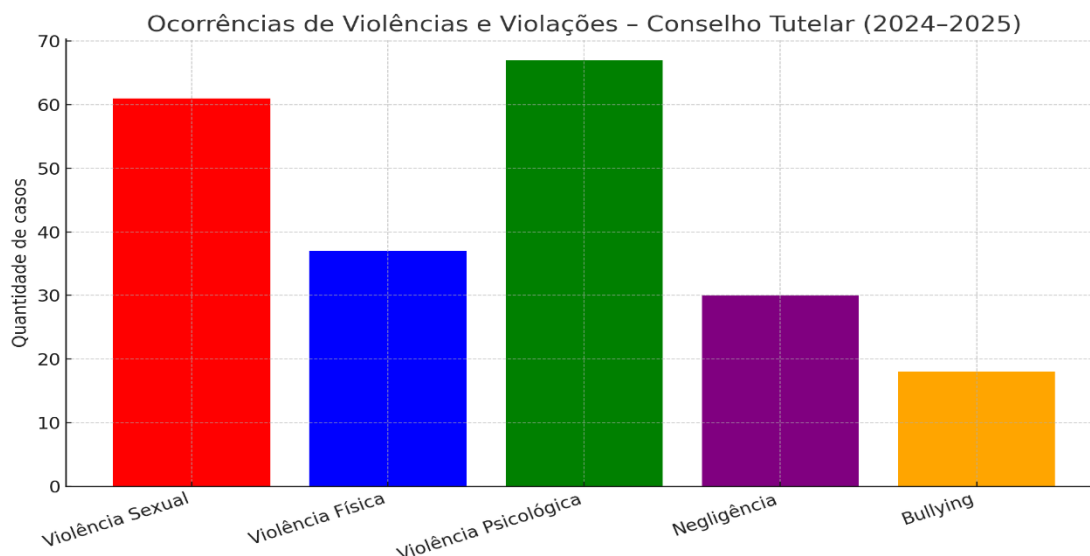
RELATÓRIO DE OCORRÊNCIAS JANEIRO 2024 A SETEMBRO DE 2025

TOTAL DE ATENDIMENTOS E AÇÕES REALIZADAS PELO CONSELHO TUTELAR DE CORONEL DOMINGOS SOARES



VIOÊNCIA SEXUAL	61
VIOÊNCIA FÍSICA	37
ORIENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO	85
CASOS DE VULNERABILIDADE	26
EVASÃO ESCOLAR	41
NEGLIGÊNCIAS POR PARTE DOS RESPONSÁVEIS	30
CASOS DE BULLYING	18
ACOLHIMENTOS INSTITUCIONAL	20
DENÚNCIAS RECEBIDAS DISQUE 100	11
DENÚNCIAS ANÔNIMAS	76
ATENDIMENTOS DURANTE PLANTÕES NOTURNOS	57
ENCAMINHAMENTOS PARA REGISTRO DE BOLETIM DE OCORRÊNCIA	73
SUPORTE ATENDIMENTO POLICIAL	02
ATOS INFRACIONAIS	01
VIOÊNCIA PSICOLÓGICA	67
ENCAMINHAMENTOS A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE	64
REUNIÕES E AUDIÊNCIAS COM PARTICIPAÇÃO DO CT	88
PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHEIROS EM SITUAÇÕES NAS ESCOLAS	40
TOTAL GERAL	797

Fonte: Conselho Tutelar



Fonte: Conselho Tutelar

Os dados do Conselho Tutelar de Coronel Domingos Soares (jan/2024 a set/2025) revelam um cenário de alta incidência de violências e violações de direitos envolvendo crianças e adolescentes um total de 797 registros, com destaque para:

- Violência psicológica – 67 casos;
- Violência sexual – 61 casos;
- Violência física – 37 casos;
- Negligência – 30 casos;
- Bullying e conflitos escolares – 18 casos;

Esses números são expressivos e, para um município de pequeno porte, representam um volume significativo de sofrimento, ruptura de vínculos e fragilidade no cuidado familiar, indicando que a infância e adolescência local enfrentam desafios estruturais profundos.

A violência psicológica e a violência sexual aparecem como os fenômenos mais numerosos e persistentes, ambos intimamente ligados ao ambiente doméstico e às relações de confiança. Isso demonstra que, em muitos casos, a violação acontece dentro da própria família, exigindo respostas delicadas, qualificadas e intersetoriais.



A negligência também aparece com força, 30 casos, refletindo não apenas omissão, mas muitas vezes incapacidade das famílias de prover cuidados, seja pela pobreza, pelo isolamento rural, pela sobrecarga emocional, dependência química, saúde mental fragilizada ou ausência de redes de apoio.

A evasão e o bullying somam 59 casos e revelam o quanto a escola se torna um espaço que capta fragilidades que ultrapassam o contexto pedagógico. A escola é, muitas vezes, o primeiro sinal de alerta para situações de sofrimento doméstico.

Essas violações, tomadas em conjunto, mostram que há um ciclo de desproteção que envolve:

- violência intrafamiliar;
- fragilização dos vínculos afetivos;
- isolamento geográfico;
- baixa escolaridade dos responsáveis;
- pobreza e trabalho informal;
- ausência de serviços especializados próximos.

Coronel Domingos Soares é um território rural, disperso, com longas distâncias e famílias vivendo em regiões isoladas. Esse contexto intensifica os riscos e dificulta tanto a identificação precoce quanto o acompanhamento contínuo dos casos.

3.6.2. Notificações compulsórias – ficha SINAN

No período analisado, a rede de proteção do município registrou 43 notificações de violência, distribuídas entre os seguintes serviços:

Unidades	Quantidades
Unidades de Saúde	18
Conselho Tutelar	18
CRAS	02
Escolas	04
Hospital	01
Total	43

Fonte: Departamento Municipal de Saúde



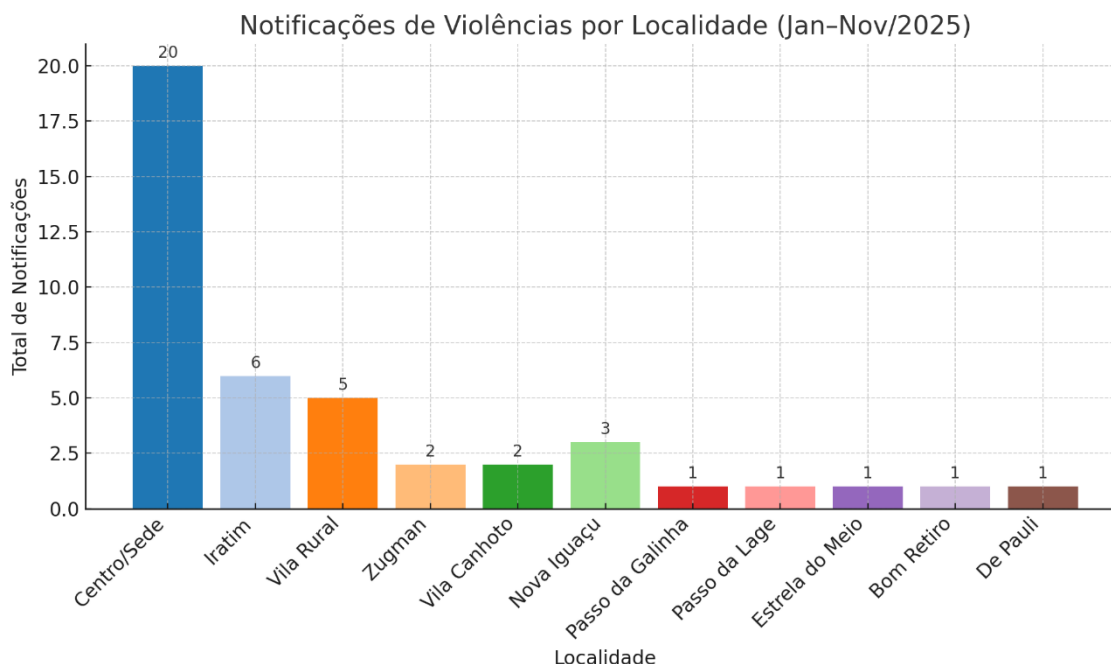
O volume total indica que a rede tem capacidade de identificar e registrar situações de violência, mas revela diferenças importantes entre localidades e destaca a necessidade de fortalecimento da atuação territorializada.

3.6.2.1. Territorialização das Violências por Localidade

A seguir, a distribuição das 43 notificações por território:

Localidade	Total de Notificações
Centro/Sede	20
Iratim	6
Vila Rural	5
Zugman	2
Vila Canhoto	2
Nova Iguaçu	3
Passo da Galinha	1
Passo da Lage	1
Estrela do Meio	1
Bom Retiro	1
De Pauli	1
Total	43

Fonte: Departamento Municipal de Saúde



Fonte: Departamento Municipal de Saúde

A territorialização evidencia três áreas prioritárias de incidência:

- Centro/Sede (20 registros): Maior concentração de casos, associada a maior visibilidade, acesso e circulação nos serviços públicos;
- Iratim (6 registros): Localidade rural com alta reincidência; demanda ações descentralizadas e acompanhamento intensivo;
- Vila Rural (5 registros): Frequência significativa de casos envolvendo negligência e conflitos familiares, exigindo presença ampliada da PSB e PSE.

Outras localidades com notificações pontuais devem permanecer em monitoramento contínuo para identificar agravamentos ou padrões emergentes.

3.6.2.2. Considerações Técnicas – ficha SINAN

A territorialização das violências (jan–nov 2025) demonstra que:

- A maior parte das notificações se concentra em três territórios críticos: Centro/Sede, Iratim e Vila Rural;



- A incidência nas demais localidades rurais, embora menor, confirma que a violência está dispersa no território e não restrita à área urbana;
- A predominância de registros urbanos está associada à facilidade de acesso às portas de entrada, e não necessariamente a maior ocorrência;
- A baixa participação do CRAS como notificante indica necessidade de maior territorialização, visitas e busca ativa;
- Há sinais de subnotificação em áreas rurais remotas, onde o acesso aos serviços é mais difícil.

Esses elementos reforçam a importância de fortalecer a presença do SUAS nas localidades críticas, ampliando estratégias de PAIF e PSE, ações descentralizadas e vigilância ativa nos territórios.

3.6.3. Análise do Cenário de Violências, Violações e Desproteções

A análise integrada dos dados provenientes do Conselho Tutelar e das notificações compulsórias registradas no SINAN (jan–nov/2025) indica que Coronel Domingos Soares vivencia um cenário consistente e recorrente de violências e violações de direitos, especialmente contra crianças, adolescentes e mulheres. Esse conjunto de registros evidencia um ciclo persistente de desproteção, diretamente associado às condições socioeconômicas, à ruralidade extrema do território e à fragilidade das redes familiares.

Os dados do Conselho Tutelar apontam para elevado número de situações envolvendo violência psicológica, sexual, física, negligência e bullying, fenômenos que ocorrem predominantemente no ambiente intrafamiliar e em espaços de convivência cotidiana, como escola e comunidade. A prevalência de violência psicológica e sexual demonstra gravidade e reincidência, indicando que muitos casos acontecem dentro da própria família, exigindo intervenções qualificadas, sigilosas e articuladas com a rede especializada.

A consolidação dos dados da ficha SINAN amplia essa leitura ao revelar 43 notificações de violência registradas pelos serviços de saúde, CRAS, escolas e hospital no período analisado. O fato de diferentes portas de entrada identificarem situações de violência



demonstra que o fenômeno está disseminado no território e não restrito a um único equipamento, reforçando a necessidade de integração intersetorial.

A distribuição territorial dessas notificações mostra que a área urbana concentra o maior número de registros, o que está relacionado ao maior acesso aos equipamentos públicos. No entanto, localidades rurais como Iratim, Vila Rural e Zugman também apresentam incidência significativa, revelando que as violências estão dispersas no território e que a ruralidade intensifica a vulnerabilidade, tanto pelo isolamento quanto pela dificuldade de acesso aos serviços.

A elevada quantidade de encaminhamentos para registro de boletins de ocorrência e denúncias via Disque 100 evidencia que a rede comunitária identifica riscos, mas também mostra que muitas situações chegam ao sistema já agravadas, sem acompanhamento prévio. O isolamento geográfico, a distância até a sede, a baixa escolaridade dos responsáveis, a precariedade de cuidados e episódios de uso abusivo de substâncias compõem um cenário que fragiliza a proteção familiar e potencializa a ocorrência de violências.

A análise cruzada dos dados revela ainda um descompasso entre o volume de notificações e os atendimentos formalizados pela equipe da Proteção Social Especial. A baixa participação do CRAS como notificante nas fichas de violência aponta para necessidade de fortalecer a vigilância ativa, qualificar a busca ativa, ampliar as visitas domiciliares e consolidar rotinas de detecção precoce. Muitas violações permanecem restritas aos registros das escolas, saúde ou Conselho Tutelar, sem continuidade no acompanhamento especializado da PSE, o que aumenta a probabilidade de reincidência e aprofundamento das situações de risco.

O conjunto dos dados mostra que o município enfrenta:

- altos índices de violência intrafamiliar;
- vínculos familiares fragilizados e insuficiência de suporte parental;
- pobreza e condições socioeconômicas que comprometem o cuidado;
- isolamento rural que reduz a capacidade de proteção comunitária;
- demanda elevada por respostas especializadas apesar da estrutura reduzida;



- judicialização crescente, refletida no volume de encaminhamentos e relatórios solicitados.

Esse cenário exige fortalecimento da Proteção Social Especial, ampliação das ações territoriais, aprimoramento dos fluxos com o Conselho Tutelar e intensificação da articulação com saúde, educação e segurança pública. As evidências apontam para a necessidade de estratégias contínuas de prevenção, proteção e acompanhamento familiar, com presença ativa do SUAS nos territórios críticos e acompanhamento sistemático das famílias envolvidas.

3.7. POTENCIALIDADES IDENTIFICADAS NO TERRITÓRIO

A leitura integrada do diagnóstico socioterritorial evidencia que, apesar das vulnerabilidades e riscos presentes no município, o território dispõe de um conjunto expressivo de recursos, capacidades institucionais, ativos comunitários e condições favoráveis que fortalecem a implementação da Política de Assistência Social. Essas potencialidades, identificadas a partir da análise da rede socioassistencial, dos dados demográficos, do Cadastro Único, das notificações de violações e da estrutura de gestão, constituem bases estratégicas para o aprimoramento do SUAS no ciclo 2026–2029. Elas ampliam a capacidade de resposta do município, qualificam o planejamento e possibilitam maior efetividade das ações, serviços e benefícios socioassistenciais.

1. Base legal e instâncias de gestão consolidadas do SUAS

Órgão gestor, FMAS e CMAS existentes, com supervisão técnica contínua — o que assegura governança, controle social e capacidade de coordenação para executar o PMAS.

2. CRAS em funcionamento com PAIF e SCFV ativos

Presença de unidade de referência da PSB operando PAIF e SCFV, com oferta de grupos e oficinas (yoga, shantala, capoeira, circo e fanfarra), ampliando vínculos, convivência e participação comunitária.



3. Proteção Especial estruturada com resposta local ao acolhimento

Mesmo sem unidade CREAS física, há equipe própria de média complexidade e duas modalidades de acolhimento (Família Acolhedora e Casa Lar), combinação que dá agilidade e integralidade na resposta a violações no próprio município.

4. Rede socioassistencial complementar atuante (APAE)

A APAE, registrada no CMAS, executa serviço tipificado da PSE, apoiando inclusão social de pessoas com deficiência, idosos e suas famílias, ampliando capilaridade e especialização da rede.

5. Capacidade instalada para identificar e notificar violações

A rede registra e territorializa notificações (saúde, conselho, escolas, CRAS, hospital), evidenciando fluxos de proteção ativos e possibilidade de focalização territorial.

6. Cobertura e gestão do Cadastro Único como base forte de planejamento

Volume expressivo de famílias registradas e taxa de atualização de 87,1% no público prioritário.

7. Perfil demográfico com base jovem e presença significativa de idosos

Concentração de crianças/adolescentes (especialmente 7–15 anos) e contingente idoso relevante — favorece planejamento de oferta por ciclo de vida (SCFV/PAIF/BPC).

8. Ativos socioterritoriais: vínculos comunitários e tradição rural

Histórico de agricultura familiar e fortes vínculos comunitários — ambiente propício a mobilização social, trabalho social de base territorial e ações coletivas.

9. Experiência acumulada de implantação e aprimoramento do SUAS

Trajetória de atualização normativa, conferências periódicas, integração ao CadÚnico e fortalecimento da gestão, lastro institucional para executar metas 2026–2029.

10. Diagnóstico robusto e orientador do planejamento



O documento já organiza vulnerabilidades, rede e oferta x demanda, constituindo base técnica para diretrizes, metas e indicadores do PMAS.

3.8. TERRITÓRIOS E PÚBLICOS PRIORITÁRIOS PARA O PLANEJAMENTO

A análise do diagnóstico socioterritorial permitiu identificar os territórios e grupos populacionais que concentram maior incidência de vulnerabilidades, riscos e desigualdades, orientando a definição das prioridades para o planejamento da Política de Assistência Social no município. Observou-se que determinados territórios, especialmente aqueles com maior presença de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, concentração de notificações de violências, fragilidades estruturais e menor acesso a serviços públicos, configuram áreas onde a proteção social deve ser intensificada. Esses territórios, incluindo localidades rurais e regiões mais distantes do centro urbano, apresentam barreiras de transporte, menor capilaridade da rede pública e maior exposição a riscos sociais, demandando estratégias específicas de descentralização, busca ativa e maior presença das equipes do SUAS.

Do ponto de vista populacional, os dados revelam que crianças e adolescentes são o grupo que mais aparece nas notificações de violências e violações de direitos, justificando sua priorização nas ações de prevenção, acompanhamento familiar e fortalecimento de vínculos. As mulheres, especialmente aquelas chefes de família e em situação de violência doméstica, também figuram entre os públicos prioritários, considerando a sobrecarga de cuidados, a vulnerabilidade econômica e a recorrência dos casos relatados pela rede intersetorial.

A população idosa, que apresenta aumento progressivo no município, evidencia situações de negligência, isolamento e dependência de cuidados, o que reforça a necessidade de ações articuladas entre a Assistência Social, a Saúde e demais políticas públicas. As pessoas com deficiência e suas famílias constituem outro segmento prioritário, sobretudo aquelas com maior grau de dependência ou com dificuldades de acesso a serviços especializados. Além desses grupos, destaca-se a prioridade às famílias residentes em áreas rurais ou isoladas, que por limitações de mobilidade e menor oferta de serviços



necessitam de acompanhamento contínuo e intervenções ajustadas às especificidades territoriais.

Também são considerados prioritários os núcleos familiares com reincidência de atendimentos na Proteção Especial, dado que a recorrência de violações aponta para fragilidades persistentes que exigem planos de acompanhamento mais intensivos e ações integradas entre CRAS, PSE e demais setores. Por fim, inclui-se como público prioritário a população afetada por situações de emergências e desastres naturais, diante da necessidade de respostas rápidas, intersetoriais e preventivas, conforme diretrizes nacionais recentes.

Assim, a priorização dos territórios e dos públicos decorre diretamente da leitura integrada das vulnerabilidades locais, permitindo que o planejamento municipal concentre esforços onde a proteção social é mais necessária, assegurando maior efetividade das ações, melhor desempenho da rede e maior garantia dos direitos socioassistenciais.

4. OBJETIVOS

4.1. OBJETIVO GERAL

Fortalecer e consolidar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município, assegurando a oferta qualificada, contínua e territorializada de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, com foco na garantia de direitos, na prevenção e enfrentamento das vulnerabilidades e riscos sociais, na proteção integral às famílias e indivíduos e na qualificação da gestão, do financiamento, da vigilância socioassistencial e do controle social, ao longo do período de vigência do Plano.

4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Qualificar a gestão do SUAS, fortalecendo os processos de planejamento, monitoramento, avaliação e articulação entre os níveis de proteção



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social



socioassistencial, de modo a ampliar a eficiência e a efetividade da política municipal de Assistência Social.

- Fortalecer a Proteção Social Básica, por meio da consolidação do CRAS como porta de entrada do SUAS, da qualificação do PAIF e do SCFV e da ampliação do acesso aos serviços nos territórios urbanos e rurais, prevenindo situações de vulnerabilidade e risco social.
- Ampliar e qualificar o acompanhamento familiar das famílias em situação de vulnerabilidade social, especialmente aquelas inscritas no Cadastro Único e beneficiárias de programas de transferência de renda, promovendo o acesso a direitos e a autonomia progressiva.
- Qualificar a Proteção Social Especial de média e alta complexidade, assegurando atendimento especializado às situações de violação de direitos, com fortalecimento dos fluxos de referência, contrarreferência, acolhimento, desacolhimento e acompanhamento pós-acolhimento.
- Priorizar a proteção integral de crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e demais públicos prioritários, garantindo atendimento adequado às especificidades dos ciclos de vida e das situações de risco e violação de direitos.
- Instituir, por ato administrativo, a Vigilância Socioassistencial como função estratégica da gestão do SUAS, qualificando a produção, análise e uso de dados e indicadores para subsidiar o planejamento e a tomada de decisão.
- Fortalecer a gestão do trabalho no âmbito do SUAS, assegurando equipes compatíveis com os parâmetros da NOB-RH/SUAS, promovendo educação permanente e garantindo condições adequadas de trabalho aos profissionais.
- Qualificar o financiamento da política de Assistência Social, fortalecendo o Fundo Municipal de Assistência Social, assegurando planejamento orçamentário articulado ao PPA, LDO e LOA e promovendo transparência e controle social na aplicação dos recursos.
- Fortalecer o controle social, ampliando a participação dos usuários, trabalhadores e entidades socioassistenciais nos espaços de deliberação, acompanhamento e avaliação da política de Assistência Social.



- Promover a articulação intersetorial com as demais políticas públicas e o Sistema de Garantia de Direitos, visando à integralidade da proteção social e ao enfrentamento das múltiplas vulnerabilidades identificadas no território.

5. DIRETRIZES DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

As Diretrizes do Plano Municipal de Assistência Social de Coronel Domingos Soares para o período de 2026 a 2029 estão diretamente articuladas ao Objetivo Geral da Política de Assistência Social e fundamentadas nos princípios da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Essas diretrizes orientam o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação das ações, serviços, programas e benefícios socioassistenciais no território municipal, assegurando a centralidade na garantia de direitos, na proteção social não contributiva e na redução das vulnerabilidades e riscos sociais.

Constituem diretrizes do PMAS:

- I.** Fortalecer o SUAS municipal como política pública de proteção social, garantindo a oferta continuada, qualificada e territorializada de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
- II.** Assegurar a proteção social básica e especial a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, respeitando os princípios da matricialidade sociofamiliar, territorialização e primazia da responsabilidade do Estado;
- III.** Promover a equidade no acesso às seguranças socioassistenciais, considerando as desigualdades territoriais, sociais, étnico-raciais, de gênero, geração e ciclos de vida;
- IV.** Estruturar e fortalecer a Vigilância Socioassistencial como eixo estratégico da gestão do SUAS, qualificando a produção, análise e uso das informações para o planejamento e a tomada de decisão;
- V.** Garantir a participação e o controle social na formulação, acompanhamento e avaliação da Política de Assistência Social, fortalecendo os conselhos, conferências e a participação dos usuários;



VI. Assegurar gestão pública qualificada, com planejamento integrado, educação permanente dos trabalhadores, transparência na aplicação dos recursos e fortalecimento do Fundo Municipal de Assistência Social;

VII. Promover a articulação intersetorial com as políticas de saúde, educação, trabalho, habitação, direitos humanos e demais políticas públicas, visando à proteção integral e à superação das vulnerabilidades sociais;

VIII. Incentivar processos de modernização da gestão, inovação administrativa e uso de tecnologias da informação, com vistas à ampliação do acesso, da eficiência e da qualidade dos serviços socioassistenciais.

6. PRIORIDADES ESTRATÉGICAS

As prioridades estratégicas estabelecidas neste Plano Municipal de Assistência Social foram definidas considerando as especificidades de Coronel Domingos Soares enquanto município de pequeno porte, com extensa área territorial, predominância de população rural e capacidade institucional compatível com esse porte.

A organização da oferta socioassistencial, bem como a definição das prioridades por eixo do SUAS, observam a capacidade técnica, administrativa e financeira do município, adotando critérios de priorização, escalonamento e progressividade na execução dos serviços, programas e benefícios. Dessa forma, o planejamento assume o compromisso com a garantia de direitos, sem desconsiderar os limites objetivos da gestão municipal, conforme orientam a Política Nacional de Assistência Social e as Normas Operacionais do SUAS.

6.1. PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

- Fortalecer o CRAS como unidade pública estatal de referência da Proteção Social Básica;
- Qualificar e ampliar o acompanhamento familiar por meio do PAIF, com foco em famílias do CadÚnico, beneficiárias do Bolsa Família, BPC e demais benefícios;



- Ampliar ações de busca ativa e atendimento territorializado, considerando a predominância da população rural;
- Fortalecer o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos por ciclo de vida;
- Reestruturar e consolidar o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

6.2. PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

- Qualificar os atendimentos da Média Complexidade, assegurando acompanhamento continuado às situações de violação de direitos;
- Fortalecer os serviços de acolhimento institucional e familiar, priorizando o acolhimento em família acolhedora;
- Garantir fluxos efetivos de acolhimento, desacolhimento e pós-acolhimento;
- Fortalecer a articulação com o Sistema de Garantia de Direitos.

6.3. GESTÃO DO SUAS

- Estruturar processos de planejamento, monitoramento e avaliação do SUAS;
- Fortalecer a gestão do trabalho, conforme a NOB-RH/SUAS;
- Implantar e executar o Plano Municipal de Educação Permanente;
- Qualificar a gestão do Cadastro Único e dos benefícios socioassistenciais.

6.4. VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

- Instituir e estruturar a Vigilância Socioassistencial no município.
- Após sua implantação, produzir diagnósticos, boletins e relatórios territoriais.
- Utilizar, progressivamente, dados do CadÚnico, RMA, SISC e demais sistemas como base do planejamento.



6.5. CONTROLE SOCIAL

- Fortalecer o CMAS e os demais conselhos vinculados à Assistência Social;
- Garantir estrutura, apoio técnico e capacitação continuada aos conselheiros;
- Assegurar transparência e acesso à informação.

6.6. FINANCIAMENTO

- Fortalecer o Fundo Municipal de Assistência Social;
- Garantir planejamento orçamentário articulado ao PPA, LDO e LOA;
- Ampliar a participação social na discussão do orçamento da Assistência Social.

6.7. GESTÃO DO TRABALHO

- Garantir equipes compatíveis com os parâmetros do SUAS;
- Investir na educação permanente e valorização dos trabalhadores.

6.8. ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL

- Consolidar fluxos intersetoriais com saúde, educação, trabalho, habitação e direitos humanos;
- Desenvolver ações integradas voltadas a públicos prioritários.

6.9. COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

- Ampliar a divulgação dos serviços, benefícios e direitos socioassistenciais;
- Utilizar diferentes meios de comunicação para alcançar a população urbana e rural.



6.10. INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

- Utilizar tecnologias da informação para qualificar atendimentos e registros;
- Incorporar ferramentas digitais e, quando viável, recursos de inteligência artificial para análise de dados e apoio à gestão.



7. QUADRO DE METAS

7.1. GESTÃO DO SUAS

PROGRAMA	META	AÇÃO ESTRATÉGICA	INDICADOR	RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029	RECURSO
Gestão do SUAS	Organizar e qualificar a articulação entre PSB, PSE e Gestão do SUAS, por meio da elaboração e implantação de no mínimo 01 protocolo municipal de fluxos socioassistenciais até 2027, com revisão bienal	Elaborar, formalizar e institucionalizar os fluxos entre os níveis da PSB, PSE e a Gestão do SUAS	01 protocolo municipal elaborado, implantado e revisado	Órgão Gestor da Assistência Social		X	X	X	M
Gestão do SUAS	Fortalecer o planejamento e a gestão do SUAS, garantindo a atualização mensal e o funcionamento contínuo do sistema integrado de informações durante todo o quadriênio	Manter, integrar e qualificar o Sistema de Informação da Assistência Social	12 atualizações anuais do sistema	Órgão Gestor da Assistência Social	X	X	X	X	M e F
Gestão do SUAS	Assegurar a adequação gradativa das equipes dos serviços socioassistenciais aos parâmetros da NOB-RH/SUAS durante o quadriênio, por meio da	Realizar a gestão do trabalho no âmbito do SUAS	Percentual de equipes adequadas (100%)	Órgão Gestor da Assistência Social	X	X	X	X	M



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social



PROGRAMA	META	AÇÃO ESTRATÉGICA	INDICADOR	RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029	RECURSO
	recomposição e qualificação dos recursos humanos, incluindo a realização de concursos públicos ou outros instrumentos legais de provimento de pessoal, conforme planejamento e capacidade administrativa do município.								
Gestão do SUAS	Instituir a Política Municipal de Educação Permanente do SUAS, elaborando o plano até 2026 e realizando no mínimo 01 ação formativa por ano	Elaborar, implantar e executar o Plano Municipal de Educação Permanente	Plano elaborado + nº de ações anuais (mín. 01)	Órgão Gestor da Assistência Social	X	X	X	X	M E F
Gestão do SUAS	Qualificar a rede socioassistencial conveniada, garantindo apoio técnico anual a 100% das entidades inscritas no CMAS	Apoiar tecnicamente as entidades da rede socioassistencial	Percentual de entidades apoiadas (100%)	Órgão Gestor da Assistência Social	X	X	X	X	M E F
Gestão do SUAS	Ampliar o acesso da população às informações do SUAS, por meio da realização de no mínimo 02 ações anuais de divulgação de todos os serviços socioassistenciais	Aprimorar as estratégias de divulgação e comunicação	Nº de ações de divulgação realizadas por ano (mín. 02)	Órgão Gestor da Assistência Social	X	X	X	X	M E F



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social



PROGRAMA	META	AÇÃO ESTRATÉGICA	INDICADOR	RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029	RECURSO
Gestão do SUAS	Assegurar o acompanhamento sistemático do PMAS, realizando no mínimo 01 reunião anual de monitoramento com registro em ata	Realizar reuniões de monitoramento e avaliação do PMAS	Nº de reuniões realizadas por ano (mín. 01)	Órgão Gestor da Assistência Social / CMAS	X	X	X	X	M E F
Gestão do SUAS	Adequar a estrutura institucional do órgão gestor, aprovando até 2027 a alteração da legislação municipal de nomenclatura	Alterar a legislação municipal que denomina o Departamento Municipal de Ação Social	Lei municipal aprovada até 2027	Órgão Gestor da Assistência Social / Poder Executivo	X	X			M
Gestão do SUAS	Assegurar o alinhamento normativo do SUAS no município, revisando e atualizando no mínimo 01 normativa municipal por ano	Atualizar e aprimorar a legislação municipal do SUAS	Nº de normativas revisadas/atualizadas por ano (mín. 01)	Órgão Gestor da Assistência Social	X	X	X	X	M E F
Gestão do SUAS	Garantir condições adequadas de trabalho, atendendo no mínimo 70% das necessidades de materiais e equipamentos identificados anualmente	Realizar diagnóstico anual e garantir aquisição, manutenção ou substituição de equipamentos	Percentual de itens atendidos (mín. 70%)	Órgão Gestor da Assistência Social	X	X	X	X	M E F
Gestão do SUAS	Assegurar a articulação da Política de Assistência Social	Estabelecer convênios, parcerias	Existência de convênio, parceria	Órgão Gestor da Assistência Social	X	X	X	X	M



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social



PROGRAMA	META	AÇÃO ESTRATÉGICA	INDICADOR	RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029	RECURSO
	com Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), públicas ou privadas, visando garantir atendimento adequado a pessoas idosas e pessoas com deficiência que demandem acolhimento institucional, conforme avaliação técnica e disponibilidade da rede.	ou instrumentos formais de cooperação com Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), públicas ou privadas, garantindo fluxos de encaminhamento, acompanhamento socioassistencial dos usuários e articulação com a rede de proteção social e o Sistema de Garantia de Direitos.	ou instrumento formal de cooperação firmado com ILPI, com fluxos de encaminhamento e acompanhamento definidos.						
Gestão do SUAS	Estruturar e implantar o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS no município, conforme parâmetros do SUAS.	Realizar estudo técnico, administrativo e financeiro para implantação do CREAS, com definição de equipe, estrutura física e serviços a serem ofertados.	Estudo realizado; CREAS implantado	Órgão Gestor da Assistência Social				X	M E F



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social



PROGRAMA	META	AÇÃO ESTRATÉGICA	INDICADOR	RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029	RECURSO
Gestão do SUAS	Ampliar o acesso aos serviços socioassistenciais em áreas rurais e de difícil acesso, por meio da implantação de Equipe Volante da Proteção Social Básica.	Implantar Equipe Volante vinculada ao CRAS, com planejamento de atendimentos itinerantes, conforme diagnóstico socioterritorial.	Equipe implantada; atendimentos realizados	Órgão Gestor da Assistência Social / CRAS			X	X	M E F
Gestão do SUAS	Estruturar e implantar o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) dos trabalhadores do SUAS, conforme normativas e capacidade administrativa do município.	Elaborar estudo técnico e proposta de PCCS para os trabalhadores do SUAS, com discussão junto ao CMAS e instâncias competentes.	Estudo elaborado; PCCS instituído	Órgão Gestor da Assistência Social / Administração				X	M

PROGRAMA	META	AÇÃO ESTRATÉGICA	INDICADOR	RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029	RECURSO
Vigilância Socioassistencial	Instituir, implantar e consolidar a Vigilância Socioassistencial no município, por meio da criação formal do setor ou função no âmbito do órgão	Elaborar ato administrativo (portaria ou decreto) que institua a Vigilância	Equipe mínima implantada; nº de diagnósticos produzidos (mín. 01); nº de relatórios	Órgão Gestor da Assistência Social	X	X	X	X	M E F



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social



PROGRAMA	META	AÇÃO ESTRATÉGICA	INDICADOR	RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029	RECURSO
	gestor, da definição de equipe mínima e da produção de, no mínimo, 01 diagnóstico socioterritorial e 01 relatório anual sobre vulnerabilidades, riscos e violações de direitos durante o quadriênio.	Socioassistencial no município, definindo sua vinculação institucional, atribuições, fluxos de trabalho e equipe mínima.	anuais elaborados (mín. 01 por ano)						

PROGRAMA	META	AÇÃO ESTRATÉGICA	INDICADOR	RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029	RECURSO
Gestão do Financiamento do SUAS	Assegurar o planejamento orçamentário da Política de Assistência Social de forma participativa e articulada ao PMAS, garantindo, anualmente, a inclusão das ações e metas do Plano no PPA, LDO e LOA, com apreciação e deliberação do CMAS, de modo a ampliar a previsibilidade, a coerência entre planejamento e orçamento e o acompanhamento da	Planejar o orçamento da Política de Assistência Social de forma articulada, assegurando alinhamento entre PMAS, PPA, LDO e LOA e submetendo as propostas à apreciação do CMAS	Inclusão das ações do PMAS no PPA, LDO e LOA; atas de deliberação do CMAS	Órgão Gestor da Assistência Social / Setor de Planejamento	X	X	X	X	M



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social



PROGRAMA	META	AÇÃO ESTRATÉGICA	INDICADOR	RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029	RECURSO
	execução financeira ao longo da vigência do PMAS.								
Gestão do Financiamento do SUAS	Assegurar a aplicação regular, eficiente e transparente dos recursos da Assistência Social, promovendo a execução financeira do FMAS em consonância com o planejamento aprovado pelo CMAS, priorizando as ações e metas do PMAS e o atendimento às demandas socioassistenciais ao longo da vigência do Plano.	Executar e acompanhar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, em conformidade com o planejamento aprovado pelo CMAS, assegurando a priorização das ações previstas no PMAS, o monitoramento periódico da execução financeira e a transparência na utilização dos recursos.	Execução financeira anual do FMAS em relação ao planejamento aprovado pelo CMAS.	Órgão Gestor da Assistência Social	X	X	X	X	M
Gestão do Financiamento do SUAS	Assegurar transparência e fortalecimento do controle social na gestão dos recursos	Organizar e apresentar periodicamente ao	Percentual de relatórios e prestações de contas	Órgão Gestor da Assistência Social	X	X	X	X	M



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social



PROGRAMA	META	AÇÃO ESTRATÉGICA	INDICADOR	RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029	RECURSO
	da Assistência Social, garantindo a apresentação de 100% dos relatórios financeiros de prestações de contas ao CMAS, com apreciação, deliberação e registro em atas, ao longo da vigência do PMAS.	CMAS os relatórios de execução financeira, prestações de contas e demonstrativos exigidos	apresentados ao CMAS (100%)						
Gestão do Financiamento do SUAS	Fortalecer a participação social e o controle democrático do orçamento da Assistência Social, garantindo a realização de ao menos 01 momento anual de discussão orçamentária com o CMAS e a sociedade civil	Promover espaços de discussão e participação social sobre o orçamento da Assistência Social, em articulação com o CMAS	Nº de momentos anuais de discussão orçamentária realizados (mín. 01)	Órgão Gestor da Assistência Social / CMAS	X	X	X	X	M
Gestão do Financiamento do SUAS	Ampliar o volume de recursos próprios destinados à Assistência Social, por meio da aprovação, até 2027, de legislação municipal específica	Elaborar, articular e encaminhar projeto de lei municipal que estabeleça percentual mínimo de recursos próprios para a Política de Assistência Social	Lei municipal aprovada até 2027	Órgão Gestor da Assistência Social / Poder Executivo	X	X			M



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social



PROGRAMA	META	AÇÃO ESTRATÉGICA	INDICADOR	RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029	RECURSO
Cadastro Único	Garantir a inserção e atualização cadastral de no mínimo 90% dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC no Cadastro Único, conforme normativas vigentes	Inserir, atualizar e acompanhar no Cadastro Único os beneficiários do BPC, conforme normativas federais	Percentual de beneficiários do BPC inseridos e com cadastro atualizado (mín. 90%)	Gestão do Cadastro Único	X	X	X	X	M F
Cadastro Único	Qualificar e ampliar o Cadastro Único no município, assegurando a atualização de no mínimo 90% dos cadastros desatualizados e o cumprimento das metas pactuadas no PROCAD-SUAS	Executar, de forma integrada, ações de atualização, qualificação, busca ativa e atendimentos descentralizados do Cadastro Único, conforme diretrizes nacionais e pactuações do PROCAD-SUAS	Percentual de cadastros atualizados; metas do PROCAD-SUAS cumpridas	Gestão do Cadastro Único	X	X	X	X	M F
Cadastro Único	Assegurar a qualificação e a verificação cadastral de no mínimo 90% dos registros unipessoais, conforme normativas federais vigentes	Realizar o acompanhamento, a qualificação e a verificação cadastral dos registros unipessoais, com atualização e	Percentual de cadastros unipessoais analisados e acompanhados (mín. 90%)	Gestão do Cadastro Único	X	X	X	X	M F



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social



PROGRAMA	META	AÇÃO ESTRATÉGICA	INDICADOR	RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029	RECURSO
		averguação quando necessário							

PROGRAMA	META	AÇÃO ESTRATÉGICA	INDICADOR	RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029	RECURSO
Programas de Transferência de Renda	Garantir o acompanhamento socioassistencial de, no mínimo, 60% dos beneficiários do Bolsa Família e do BPC identificados com descumprimento de condicionalidades, assegurando orientação, encaminhamentos intersectoriais e atualização cadastral quando necessária	Garantir a continuidade do acompanhamento socioassistencial aos beneficiários do Bolsa Família e do BPC com descumprimento de condicionalidades, em articulação com o CRAS, PAIF e demais políticas setoriais	Percentual de beneficiários acompanhados em situação de descumprimento de condicionalidades (mín. 60%)	Órgão Gestor da Assistência Social / CRAS	X	X	X	X	M E F
Programas de Transferência de Renda	Promover o acesso à informação e o fortalecimento de direitos das famílias beneficiárias do Bolsa Família, por meio da realização de, no mínimo, 01	Promover ações coletivas de orientação às famílias beneficiárias do Bolsa Família sobre direitos,	Nº de ações coletivas realizadas por ano (mín. 01)	CRAS / Órgão Gestor da Assistência Social	X	X	X	X	M F



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social



PROGRAMA	META	AÇÃO ESTRATÉGICA	INDICADOR	RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029	RECURSO
	ações coletivas anuais de orientação	deveres e condicionalidades do programa							
Programas de Transferência de Renda	Assegurar o monitoramento sistemático do cumprimento das condicionalidades do Bolsa Família, realizando acompanhamento semestral com registros e encaminhamentos intersetoriais	Monitorar sistematicamente o cumprimento das condicionalidades do Bolsa Família, em articulação com as áreas da Saúde e da Educação	Nº de monitoramentos semestrais realizados por ano (mín. 02)	Órgão Gestor da Assistência Social / Rede Intersetorial	X	X	X	X	M F
Programas de Transferência de Renda	Ampliar o acesso das famílias elegíveis ao Bolsa Família, garantindo a identificação e orientação de, no mínimo, 90% das famílias elegíveis não beneficiárias	Realizar busca ativa de famílias elegíveis ao Bolsa Família ainda não beneficiárias, em articulação com o Cadastro Único	Percentual de famílias elegíveis identificadas e orientadas (mín. 90%)	Gestão do Cadastro Único	X	X	X	X	M F

PROGRAMA	META	AÇÃO ESTRATÉGICA	INDICADOR	RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029	RECURSO
Benefícios Eventuais	Garantir a provisão regular e contínua dos Benefícios Eventuais, assegurando	Garantir a efetivação do conjunto dos Benefícios Eventuais	Lei municipal vigente e atualizada; dotação	Órgão Gestor da Assistência Social	X	X	X	X	M E



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social



PROGRAMA	META	AÇÃO ESTRATÉGICA	INDICADOR	RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029	RECURSO
	respaldo legal, financiamento e articulação com a rede socioassistencial durante todo o período do PMAS	e da rede de serviços socioassistenciais, com financiamento assegurado e respaldo legal	orçamentária assegurada						
Benefícios Eventuais	Avaliar e implantar, de forma gradual, a substituição da concessão de cesta básica por cartão alimentação ou outro meio eletrônico, mediante estudo técnico, administrativo e financeiro, com deliberação do CMAS e garantia da segurança alimentar das famílias beneficiárias. até 2027.	Realizar estudo técnico, administrativo e financeiro para avaliação da substituição gradual da concessão de cesta básica por cartão benefício ou outro meio eletrônico	Estudo elaborado até 2027; deliberação do CMAS registrada	Órgão Gestor da Assistência Social / CMAS	X	X			M E

7.2. CONTROLE SOCIAL

PROGRAMA	META	AÇÃO ESTRATÉGICA	INDICADOR	RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029	RECURSO
Controle Social	Assegurar a estruturação e o funcionamento contínuo da sala executiva dos Conselhos	Estruturar e manter a sala executiva dos Conselhos	Sala executiva estruturada e em funcionamento;	Órgão Gestor da Assistência Social	X	X	X	X	M E F



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social



PROGRAMA	META	AÇÃO ESTRATÉGICA	INDICADOR	RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029	RECURSO
	vinculados à Assistência Social, garantindo apoio técnico-administrativo permanente por meio da contratação de profissional de nível superior com carga horária definida	vinculados ao órgão gestor, assegurando apoio técnico-administrativo permanente	profissional de nível superior contratado						
Controle Social	Qualificar e ampliar a participação da sociedade civil, especialmente dos usuários, assegurando a realização da Conferência Municipal de Assistência Social com metodologia participativa aprimorada	Aprimorar a metodologia de realização da Conferência Municipal de Assistência Social, qualificando e ampliando a participação da sociedade civil	Conferência realizada com metodologia participativa; registros de participação	Órgão Gestor da Assistência Social / CMAS		X		X	M E F
Controle Social	Garantir a capacitação permanente e continuada de 100% dos conselheiros governamentais e da sociedade civil, assegurando a realização de ao menos 01 ação formativa anual conforme diretrizes do SUAS	Garantir a capacitação permanente e continuada dos conselheiros governamentais e da sociedade civil	Percentual de conselheiros capacitados anualmente (100%)	Órgão Gestor da Assistência Social / CMAS	X	X	X	X	M E F



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social



PROGRAMA	META	AÇÃO ESTRATÉGICA	INDICADOR	RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029	RECURSO
Controle Social	Ampliar o acesso da população às informações sobre as atribuições, ações e importância dos Conselhos de Assistência Social, por meio da realização de no mínimo 02 ações anuais de divulgação	Implementar e fortalecer estratégias de divulgação das ações, atribuições e importância dos Conselhos de Assistência Social	Nº de ações de divulgação realizadas por ano (mín. 02)	Órgão Gestor da Assistência Social / CMAS	X	X	X	X	M E F
Controle Social	Assegurar a realização de 100% das Conferências Municipais de Assistência Social, conforme calendários e orientações definidos nos âmbitos estadual e federal	Viabilizar a realização das Conferências Municipais de Assistência Social, conforme calendários e orientações definidos nos âmbitos estadual e federal	Percentual de Conferências realizadas conforme calendário (100%)	Órgão Gestor da Assistência Social / CMAS		X		X	M E F
Controle Social	Garantir condições para a participação institucional dos conselheiros governamentais e da sociedade civil em eventos oficiais externos ao município, assegurando recursos financeiros para	Viabilizar recursos financeiros para custear despesas dos conselheiros governamentais e da sociedade civil em eventos oficiais fora do município	Percentual de conselheiros com participação custeada (100%)	Órgão Gestor da Assistência Social	X	X	X	X	M E F



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social



PROGRAMA	META	AÇÃO ESTRATÉGICA	INDICADOR	RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029	RECURSO
	custear despesas de 100% dos conselheiros indicados								
Controle Social	Instituir e manter espaço permanente de participação dos usuários da Política de Assistência Social, por meio da criação do Fórum Municipal de Usuários do SUAS.	Planejar, instituir e apoiar o funcionamento do Fórum Municipal de Usuários da Assistência Social, assegurando reuniões periódicas e articulação com o CMAS.	Fórum instituído e em funcionamento	Órgão Gestor da Assistência Social / CMAS		X	X	X	M

7.3. PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

PROGRAMA	META	AÇÃO ESTRATÉGICA	INDICADOR	RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029	RECURSO
Gestão do CRAS	Fortalecer o acompanhamento da implementação dos serviços do CRAS, assegurando a realização de no mínimo 01 atividade anual de avaliação e monitoramento	Realizar atividades sistemáticas de avaliação e monitoramento da implementação dos serviços do CRAS	Nº de atividades anuais de avaliação e monitoramento realizadas (mín. 01)	Coordenação do CRAS / Órgão Gestor da Assistência Social	X	X	X	X	M E F



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social



PROGRAMA	META	AÇÃO ESTRATÉGICA	INDICADOR	RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029	RECURSO
	com registro técnico dos resultados								
Gestão do CRAS	Assegurar a organização e o planejamento contínuo do trabalho do CRAS, garantindo a realização de reuniões quinzenais com no mínimo 90% de cumprimento ao longo do ano	Realizar reuniões quinzenais de planejamento e organização do trabalho do CRAS	Percentual de reuniões realizadas em relação ao previsto (mín. 90%)	Coordenação do CRAS	X	X	X	X	M

PROGRAMA	META	AÇÃO ESTRATÉGICA	INDICADOR	RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029	RECURSO
PAIF	Qualificar o acompanhamento familiar do PAIF por meio da implementação do Plano de Acompanhamento Familiar – PAF em, no mínimo, 90% dos acompanhamentos ativos	Elaborar e introduzir no processo de implementação do PAIF o instrumental técnico Plano de Acompanhamento Familiar – PAF	Percentual de acompanhamentos com PAF implementado (mín. 90%)	Equipe Técnica do PAIF	X	X	X	X	M E F
PAIF	Garantir suporte às ações coletivas do PAIF por meio da disponibilização de equipe de apoio para 100% das oficinas planejadas	Garantir equipe de apoio (artesãos, oficinairos, monitores sociais, entre outros) para a realização de	Percentual de oficinas com equipe de apoio disponível (100%)	Coordenação do CRAS / Órgão Gestor	X	X	X	X	M E F



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social



PROGRAMA	META	AÇÃO ESTRATÉGICA	INDICADOR	RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029	RECURSO
		oficinas complementares ao PAIF							
PAIF	Fortalecer o acompanhamento familiar realizado pelo PAIF, garantindo a integração com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV e a articulação com a rede intersetorial, assegurando acompanhamento coletivo para, no mínimo, 60% das famílias acompanhadas.	Garantir a oferta do PAIF com prioridade para o acompanhamento coletivo	Percentual de famílias em acompanhamento coletivo (mín. 60%)	Equipe Técnica do PAIF	X	X	X	X	M E F
PAIF	Ampliar o atendimento ao público adulto, garantindo a implantação e manutenção de ao menos 01 grupo ativo de PAIF voltado à faixa etária de 19 a 59 anos	Criar novos grupos de PAIF voltados ao atendimento do público de 19 a 59	Número de grupos ativos de PAIF voltados ao público de 19 a 59 anos implantados e em funcionamento	Equipe Técnica do PAIF	X	X	X	X	M E F
PAIF	Garantir a oferta do acompanhamento particularizado pelo PAIF, assegurando atendimento individualizado a 100% das	Dar continuidade à oferta do PAIF na modalidade de acompanhamento particularizado,	Percentual de famílias atendidas na modalidade particularizada (100%)	Equipe Técnica do PAIF	X	X	X	X	M E F



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social



PROGRAMA	META	AÇÃO ESTRATÉGICA	INDICADOR	RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029	RECURSO
	famílias que demandarem esta modalidade	conforme avaliação técnica							
PAIF	Fortalecer os vínculos familiares e comunitários por meio da realização de, no mínimo, 01 ações comunitárias anuais no âmbito do PAIF	Planejar, organizar e executar ações comunitárias no âmbito do PAIF, considerando o diagnóstico socioterritorial e a articulação com a rede	Nº de ações comunitárias realizadas por ano (mín. 01)	Equipe Técnica do PAIF / CRAS	X	X	X	X	M E F
PAIF	Assegurar acompanhamento familiar pelo PAIF a, no mínimo, 30% das famílias beneficiárias do BPC prioritizadas no diagnóstico socioterritorial	Realizar acompanhamento familiar pelo PAIF com famílias beneficiárias do BPC em situação de maior vulnerabilidade social	Percentual de famílias do BPC acompanhadas pelo PAIF (mín. 30%)	Equipe Técnica do PAIF	X	X	X	X	M E F
PAIF	Assegurar acompanhamento familiar pelo PAIF a, no mínimo, 30% das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família prioritizadas no diagnóstico socioterritorial	Desenvolver acompanhamento familiar pelo PAIF com famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em situação de	Percentual de famílias do Bolsa Família acompanhadas pelo PAIF (mín. 30%)	Equipe Técnica do PAIF	X	X	X	X	M E F



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social



PROGRAMA	META	AÇÃO ESTRATÉGICA	INDICADOR	RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029	RECURSO
		maior vulnerabilidade social							
PAIF	Padronizar e qualificar os atendimentos do PAIF por meio da elaboração e implantação de protocolos técnicos até 2027	Elaborar, formalizar e implantar protocolos de atendimento do PAIF, contemplando rotinas, fluxos, encaminhamentos e procedimentos operacionais	Protocolos elaborados e implantados até 2027	Coordenação do CRAS / Órgão Gestor	X	X			M E F
PAIF	Avaliar sistematicamente os resultados do PAIF, assegurando a realização de 01 monitoramento anual do impacto social do serviço	Realizar atividades sistemáticas de monitoramento e avaliação do impacto social do PAIF, utilizando informações disponíveis através de sistemas municipais e sistemas federais.	Relatório anual de monitoramento do impacto social elaborado	Órgão Gestor /	X	X	X	X	M E F



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social



PROGRAMA	META	AÇÃO ESTRATÉGICA	INDICADOR	RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029	RECURSO
SCFV	Garantir a oferta contínua e regular do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, assegurando atendimento mínimo de 80% das vagas pactuadas em cada faixa etária durante a vigência do PMAS	Manter o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em funcionamento regular, conforme diagnóstico socioterritorial, capacidade instalada e vagas pactuadas	Percentual de vagas ocupadas por faixa etária (mín. 80%)	Coordenação do CRAS / SCFV	X	X	X	X	M E F
SCFV	Assegurar a oferta de oficinas socioeducativas compatíveis com a metodologia do SCFV, garantindo participação mínima de 80% dos usuários inscritos em cada grupo	Planejar, organizar e executar oficinas socioeducativas compatíveis com a metodologia do SCFV e com as necessidades dos usuários	Percentual médio de participação dos usuários nas oficinas (mín. 80%)	Equipe Técnica do SCFV	X	X	X	X	M E F
SCFV	Ampliar o acesso do público prioritário ao SCFV por meio da execução de no mínimo 02 ações anuais de busca ativa, alcançando ao menos 70% do público pactuado	Realizar busca ativa do público prioritário do SCFV, em articulação com o PAIF e CRAS	Nº de ações de busca ativa realizadas; percentual de público alcançado (mín. 70%)	SCFV / PAIF /	X	X	X	X	M E F
SCFV	Qualificar a gestão das informações do SCFV,	Qualificar a gestão do Sistema de	Percentual de compatibilidade	Coordenação do SCFV	X	X	X	X	M E F



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social



PROGRAMA	META	AÇÃO ESTRATÉGICA	INDICADOR	RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029	RECURSO
	garantindo no mínimo 95% de compatibilidade entre a frequência dos usuários e os registros no SISC	Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SISC	entre frequência e registros no SISC (mín. 95%)						
SCFV	Avaliar sistematicamente os resultados do SCFV, assegurando a realização de 01 monitoramento anual com elaboração de relatório técnico	Desenvolver atividades sistemáticas de monitoramento e avaliação do impacto social produzido pelo SCFV	Relatório anual de monitoramento e avaliação elaborado	Órgão Gestor	X	X	X	X	M E F

PROGRAMA	META	AÇÃO ESTRATÉGICA	INDICADOR	RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029	RECURSO
PSB no Domicílio	Implantar e manter o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio em funcionamento regular durante todo o período do PMAS, conforme orientações técnicas do SUAS e diagnóstico socioterritorial	Implantar e manter o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio, conforme orientações técnicas do SUAS e diagnóstico socioterritorial	Serviço implantado e em funcionamento regular	Coordenação do CRAS / Órgão Gestor da Assistência Social	X	X	X	X	M E F



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social



PROGRAMA	META	AÇÃO ESTRATÉGICA	INDICADOR	RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029	RECURSO
PSB no Domicílio	Assegurar o acesso ao Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio, atendendo no mínimo 30% dos usuários elegíveis identificados no território	Identificar e priorizar usuários elegíveis ao serviço, em articulação com CRAS e PAIF	Percentual de usuários elegíveis atendidos (mín. 30%)	Coordenação do CRAS / Equipe Técnica	X	X	X	X	M E F
PSB no Domicílio	Padronizar e qualificar o atendimento domiciliar por meio da formalização e implantação de fluxos, rotinas e instrumentos técnicos do serviço	Elaborar e implantar fluxos, rotinas e instrumentos técnicos para o atendimento domiciliar	Fluxos e rotinas formalizados, implantados e revisados periodicamente	Coordenação do CRAS / Órgão Gestor da Assistência Social	X	X	X	X	M E F
PSB no Domicílio	Avaliar sistematicamente os resultados do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio, assegurando a realização de 01 monitoramento anual do impacto social do serviço	Realizar monitoramento e avaliação do impacto social do Serviço no Domicílio	Relatório anual de monitoramento do impacto social elaborado	Órgão Gestor	X	X	X	X	M E F

7.4. PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social



PROGRAMA	META	AÇÃO ESTRATÉGICA	INDICADOR	RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029	RECURSO
Acompanhamento Especializado de Média Complexidade	Qualificar o acompanhamento especializado por meio da utilização do Plano de Acompanhamento Familiar – PAF, conforme avaliação técnica	Elaborar e utilizar o Plano de Acompanhamento Familiar (PAF) nos acompanhamentos realizados	Percentual de famílias com PAF elaborado	Equipe Técnica da Proteção Social Especial (PSE)	X	X	X	X	M E
Acompanhamento Especializado de Média Complexidade	Assegurar o acompanhamento das crianças, adolescentes e famílias contrarreferenciadas do sistema de acolhimento, com articulação com a Proteção Social Básica	Acompanhar casos contrarreferenciados e realizar o encaminhamento ao CRAS, quando cessada a situação de violação de direitos	Percentual de casos acompanhados e referenciados	Equipe Técnica da Proteção Social Especial (PSE) / CRAS	X	X	X	X	M E
Acompanhamento Especializado de Média Complexidade	Assegurar o acesso de crianças, adolescentes e idosos acompanhados à rede de serviços de convivência, conforme perfil e necessidade identificados	Identificar e encaminhar crianças, adolescentes e idosos ao CRAS/SCFV, conforme avaliação técnica	Encaminhamentos realizados	Equipe Técnica da Proteção Social Especial (PSE) / CRAS	X	X	X	X	M E
Acompanhamento Especializado de Média Complexidade	Garantir a oferta de acompanhamento particularizado a famílias e indivíduos em situação de violação de direitos, conforme avaliação técnica	Realizar acompanhamento individual e familiar dos casos atendidos	Percentual de casos acompanhados	Equipe Técnica da Proteção Social Especial (PSE)	X	X	X	X	M E



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social



PROGRAMA	META	AÇÃO ESTRATÉGICA	INDICADOR	RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029	RECURSO
Acompanhamento Especializado de Média Complexidade	Avaliar periodicamente os resultados do acompanhamento especializado realizado	Produzir relatório sintético anual de avaliação das ações desenvolvidas	Relatório elaborado	Órgão Gestor da Assistência Social	X	X	X	X	M E
Acompanhamento Especializado de Média Complexidade	Acompanhar a efetividade dos encaminhamentos realizados junto à rede socioassistencial e intersectorial	Registrar e acompanhar os encaminhamentos realizados e seus retornos	Registros e acompanhamentos realizados	Equipe Técnica da Proteção Social Especial (PSE)	X	X	X	X	M E

PROGRAMA	META	AÇÃO ESTRATÉGICA	INDICADOR	RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029	RECURSO
Casa Lar	Assegurar estrutura física adequada, segura e acessível para o acolhimento institucional, mantendo 100% da Casa Lar em conformidade com as normas de segurança, acessibilidade e funcionamento durante todo o período do PMAS	Garantir estrutura física adequada, segura e acessível para o acolhimento institucional, conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais	Percentual da estrutura física adequada às normas (100%)	Órgão Gestor da Assistência Social / Coordenação da Casa Lar	X	X	X	X	M E
Casa Lar	Garantir a disponibilidade e manutenção de 100% dos	Garantir mobiliário, equipamentos e	Percentual de mobiliários,	Órgão Gestor da Assistência Social	X	X	X	X	M E



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social



PROGRAMA	META	AÇÃO ESTRATÉGICA	INDICADOR	RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029	RECURSO
	mobiliários, equipamentos e materiais permanentes necessários ao funcionamento da Casa Lar	materiais permanentes necessários à execução do atendimento protetivo	equipamentos e materiais disponíveis e adequados (100%)	/ Coordenação da Casa Lar					
Casa Lar	Assegurar condições adequadas de higiene, conforto, privacidade e convivência comunitária a 100% das crianças e adolescentes acolhidos	Assegurar condições adequadas de higiene, conforto, privacidade e convivência comunitária aos acolhidos	Percentual de acolhidos com condições adequadas asseguradas (100%)	Coordenação da Casa Lar / Equipe Técnica	X	X	X	X	M E
Casa Lar	Manter a oferta do Serviço de Acolhimento Institucional – Casa Lar, assegurando a disponibilidade de 10 vagas para atendimento das demandas encaminhadas pelo Sistema de Garantia de Direitos	Manter a oferta do Serviço de Acolhimento Institucional – Casa Lar para atendimento das situações em que o Serviço de Família Acolhedora não atender às necessidades identificadas	Vagas de acolhimento institucional disponíveis	Órgão Gestor da Assistência Social	X	X	X	X	M E
Casa Lar	Garantir a elaboração, acompanhamento e revisão do Plano Individual de Atendimento	Garantir a elaboração, acompanhamento e revisão do Plano	Percentual de acolhidos com PIA elaborado em	Equipe Técnica da Casa Lar	X	X	X	X	M E



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social



PROGRAMA	META	AÇÃO ESTRATÉGICA	INDICADOR	RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029	RECURSO
	– PIA para 100% das crianças e adolescentes acolhidos, assegurando sua elaboração em até 30 dias após o acolhimento e revisão trimestral	Individual de Atendimento – PIA para crianças e adolescentes acolhidos	até 30 dias e revisado trimestralmente (100%)						
Casa Lar	Assegurar a atualização e aplicação do Projeto Político-Pedagógico – PPP do serviço de acolhimento institucional, em consonância com a Tipificação Nacional	Implementar e manter atualizado o Projeto Político-Pedagógico – PPP do serviço de acolhimento institucional	PPP atualizado e em aplicação	Coordenação da Casa Lar	X	X	X	X	M E
Casa Lar	Garantir acompanhamento psicossocial sistemático a 100% das crianças e adolescentes acolhidos, conforme planejamento técnico do serviço	Realizar acompanhamento psicossocial sistemático com crianças e adolescentes acolhidos	Percentual de acolhidos com acompanhamento psicossocial realizado (100%)	Equipe Técnica da Casa Lar	X	X	X	X	M E
Casa Lar	Assegurar o acompanhamento familiar das famílias de origem de 100% das crianças e adolescentes acolhidos, visando à reintegração familiar segura	Realizar acompanhamento familiar das famílias de origem das crianças e adolescentes acolhidos, com registros de atendimentos, visitas	Percentual de famílias acompanhadas (100%)	Equipe Técnica da vigilância	X	X	X	X	M E



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social



PROGRAMA	META	AÇÃO ESTRATÉGICA	INDICADOR	RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029	RECURSO
		domiciliares e encaminhamentos							
Casa Lar	Garantir que 100% dos desligamentos do serviço ocorram de forma planejada, com plano de pós-acolhimento e acompanhamento por até 6 meses após o desligamento	Garantir que os desligamentos do serviço ocorram de forma planejada e acompanhada, com plano de pós-acolhimento	Percentual de desligamentos com plano de pós-acolhimento e acompanhamento realizado (100%)	Equipe Técnica da Casa Lar	X	X	X	X	M E
Casa Lar	Fortalecer a articulação entre o Acolhimento Institucional e o Serviço de Família Acolhedora, priorizando o acolhimento familiar sempre que indicado	Integrar e fortalecer os fluxos entre o Acolhimento Institucional e o Serviço de Família Acolhedora	Percentual de casos com perfil encaminhados à Família Acolhedora (100%)	Equipes dos Serviços	X	X	X	X	M E

PROGRAMA	META	AÇÃO ESTRATÉGICA	INDICADOR	RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029	RECURSO
Família Acolhedora	Ampliar a oferta do Serviço Família Acolhedora, garantindo a seleção, capacitação inicial e habilitação de, no mínimo, 07 famílias acolhedoras ao longo da vigência do PMAS	Realizar seleção, capacitação inicial e habilitação de famílias acolhedoras, conforme normativas vigentes	Nº de famílias acolhedoras selecionadas, capacitadas e habilitadas (mín. 07)	Equipe Técnica do Serviço	X	X	X	X	M E



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social



PROGRAMA	META	AÇÃO ESTRATÉGICA	INDICADOR	RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029	RECURSO
Família Acolhedora	Garantir orientação técnica e capacitação continuada às famílias acolhedoras, assegurando a participação de 100% delas em ao menos 01 capacitação anual	Desenvolver orientação técnica e capacitação continuada às famílias acolhedoras	Percentual de famílias acolhedoras capacitadas anualmente (100%)	Equipe Técnica do Serviço	X	X	X	X	M E
Família Acolhedora	Assegurar acompanhamento técnico sistemático a 100% das famílias acolhedoras durante o período de acolhimento	Acompanhar técnica e sistematicamente as famílias acolhedoras durante o período de acolhimento	Percentual de famílias acolhedoras acompanhadas (100%)	Equipe Técnica do Serviço	X	X	X	X	M E
Família Acolhedora	Garantir a elaboração, acompanhamento e revisão do Plano Individual de Atendimento – PIA para 100% das crianças e adolescentes acolhidos, assegurando sua elaboração em até 30 dias após o acolhimento e revisão trimestral	Garantir a elaboração, acompanhamento e revisão do Plano Individual de Atendimento – PIA	Percentual de acolhidos com PIA elaborado em até 30 dias e revisado trimestralmente (100%)	Equipe Técnica do Serviço	X	X	X	X	M E
Família Acolhedora	Assegurar a atualização permanente dos prontuários das crianças e adolescentes acolhidos em família acolhedora, garantindo 100% dos registros	Manter informações e prontuários atualizados das crianças e adolescentes acolhidos em família acolhedora	Percentual de prontuários atualizados (100%)	Equipe Técnica do Serviço	X	X	X	X	M E



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social



PROGRAMA	META	AÇÃO ESTRATÉGICA	INDICADOR	RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029	RECURSO
	atualizados durante o período de acolhimento								
Família Acolhedora	Assegurar que 100% dos desacolhimentos ocorram de forma gradativa, protegida e articulada com a rede, com plano de desligamento registrado	Planejar e executar o desacolhimento de forma gradativa, protegida e articulada com a rede	Percentual de desacolhimentos com plano registrado (100%)	Equipe Técnica do Serviço	X	X	X	X	M E
Família Acolhedora	Garantir acompanhamento pós-desacolhimento a 100% das crianças e adolescentes e suas famílias, pelo período de até 06 meses após o desligamento	Realizar acompanhamento pós-desacolhimento da criança/adolescente e da família	Percentual de casos acompanhados no pós-desacolhimento (100%)	Equipe Técnica do Serviço	X	X	X	X	M E
Família Acolhedora	Assegurar acompanhamento familiar nos processos de reintegração familiar, garantindo atendimento a 100% dos casos, em articulação com o CRAS e o PSE	Articular acompanhamento familiar no processo de reintegração familiar	Percentual de casos de reintegração familiar acompanhados (100%)	Equipes dos Serviços	X	X	X	X	M E
Família Acolhedora	Assegurar a atualização e aplicação do Projeto Político-Pedagógico – PPP institucional do Serviço Família Acolhedora durante toda a vigência do PMAS	Implementar e manter atualizado o Projeto Político-Pedagógico – PPP institucional do Serviço Família Acolhedora	PPP atualizado e em aplicação	Equipes dos Serviços	X	X	X	X	M E



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social



PROGRAMA	META	AÇÃO ESTRATÉGICA	INDICADOR	RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029	RECURSO
Família Acolhedora	Garantir a regularidade documental do Serviço Família Acolhedora, mantendo 100% da documentação institucional atualizada junto ao CMDCA e ao CMAS	Organizar e manter atualizada a documentação institucional do serviço junto ao CMDCA e CMAS	Percentual de documentação regular e atualizada (100%)	Equipes dos Serviços	X	X	X	X	M E

PROGRAMA	META	AÇÃO ESTRATÉGICA	INDICADOR	RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029	RECURSO
Calamidades e Emergências	Garantir a concessão de benefícios eventuais a 100% das famílias e indivíduos que atendam aos critérios legais durante situações de emergência ou calamidade pública	Prover benefícios eventuais às famílias e indivíduos atingidos por situações de emergência ou calamidade pública, conforme legislação municipal vigente	Percentual de famílias e indivíduos atendidos com benefícios eventuais (100%)	Órgão Gestor da Assistência Social	X	X	X	X	M E
Calamidades e Emergências	Assegurar a proteção social às famílias e indivíduos atingidos por situações de emergência ou calamidade pública, por meio da elaboração, divulgação e aplicação de Plano de Contingência intersetorial no	Elaborar, divulgar e executar, de forma articulada com a rede intersetorial, o Plano de Contingência da Assistência Social para atendimento	Plano de Contingência elaborado, divulgado e aplicado quando necessário	Órgão Gestor da Assistência Social / Rede Intersectorial	X	X	X	X	M E



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social



PROGRAMA	META	AÇÃO ESTRATÉGICA	INDICADOR	RESPONSÁVEL	2026	2027	2028	2029	RECURSO
	âmbito da Assistência Social até 2026.	socioassistencial em situações de emergência ou calamidade pública.							
Calamidades e Emergências	Garantir a previsão orçamentária anual para ações socioassistenciais em situações de emergência e calamidade pública	Organizar e assegurar previsão orçamentária específica para atendimento a situações de emergência e calamidade pública no âmbito da Assistência Social	Previsão orçamentária anual assegurada	Órgão Gestor da Assistência Social / Gestão Orçamentária	X	X	X	X	M E



8. .RESULTADOS E IMPACTOS ESPERADOS

8.1. RESULTADOS

A implementação do Plano Municipal de Assistência Social 2026–2029 deverá produzir resultados concretos e observáveis, orientados pela garantia de direitos, pela ampliação da proteção social e pelo fortalecimento da capacidade institucional do SUAS no município de Coronel Domingos Soares. Esses resultados estão diretamente vinculados ao Objetivo Geral, aos Objetivos Específicos, às Diretrizes do PMAS e às Prioridades Estratégicas definidas por eixo, considerando o diagnóstico socioterritorial e a capacidade instalada da rede socioassistencial.

No âmbito da Proteção Social Básica, espera-se a ampliação e qualificação do atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social, com fortalecimento do PAIF como serviço estruturante do CRAS. O acompanhamento familiar deverá tornar-se mais sistemático, territorializado e integrado, priorizando famílias com crianças pequenas, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, beneficiárias do Programa Bolsa Família e residentes em áreas rurais de difícil acesso. A atuação do CRAS deverá apresentar maior capilaridade territorial, com intensificação da busca ativa, das visitas domiciliares e das ações descentralizadas, contribuindo para a prevenção de riscos sociais e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Espera-se, ainda, a qualificação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com maior aderência às faixas etárias prioritárias e ao diagnóstico local, ampliando o acesso de crianças, adolescentes, jovens e idosos às atividades coletivas e comunitárias, especialmente nos territórios rurais. A Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosos deverá ser reorganizada e fortalecida, assegurando atendimento continuado e integrado às famílias cuidadoras.

No âmbito da Proteção Social Especial, os resultados esperados incluem a consolidação da atuação da equipe técnica especializada, garantindo respostas qualificadas às situações de violação de direitos, devendo operar com fluxos definidos, instrumental técnico padronizado e acompanhamento sistemático dos casos, fortalecendo a articulação com o Sistema de Garantia de Direitos.



Na Média Complexidade, espera-se maior efetividade no atendimento às situações de violência, negligência, abuso, exploração e cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, com pactuação de fluxos intersetoriais e qualificação do acompanhamento familiar. Na Alta Complexidade, a coexistência das modalidades Casa Lar e Família Acolhedora deverá garantir resposta imediata e adequada às medidas protetivas, com prioridade ao acolhimento familiar sempre que possível. O planejamento, acompanhamento e desacolhimento deverão ocorrer de forma gradativa, protegida e articulada, com acompanhamento pós-acolhimento assegurado.

No campo da Gestão do SUAS, os resultados esperados incluem o fortalecimento da capacidade institucional do município, com maior organização dos fluxos entre Proteção Social Básica, Especial e Gestão, aprimoramento da gestão do trabalho conforme a NOB-RH/SUAS e consolidação do planejamento estratégico alinhado ao PPA, LDO e LOA. A gestão do Fundo Municipal de Assistência Social deverá apresentar maior regularidade, transparência e controle social, com execução financeira compatível com o planejamento aprovado pelo CMAS.

A Vigilância Socioassistencial deverá avançar de forma estruturada, com produção sistemática de diagnósticos, relatórios e análises territoriais, subsidiando o planejamento, a priorização de públicos e a avaliação das ofertas socioassistenciais. Espera-se maior uso qualificado das informações do Cadastro Único, RMA, SISC e demais sistemas, com recortes territoriais, etários, de gênero e raça/cor.

No eixo do Controle Social, os resultados esperados incluem o fortalecimento do CMAS, com maior capacidade deliberativa, técnica e de acompanhamento da política, ampliação da participação de usuários e trabalhadores e qualificação dos processos conferenciais. A atuação do controle social deverá refletir maior transparência, corresponsabilidade e participação democrática na gestão da política.

No âmbito do Financiamento, espera-se maior estabilidade e previsibilidade dos recursos destinados à Assistência Social, com ampliação gradual dos recursos próprios, fortalecimento da gestão do FMAS e melhoria na execução orçamentária e financeira, assegurando sustentabilidade às ações e serviços previstos no PMAS.



De forma transversal, o Plano deverá promover o fortalecimento da articulação intersetorial, especialmente com as políticas de saúde, educação, habitação, trabalho e renda, ampliando a capacidade de resposta às múltiplas vulnerabilidades identificadas no território, com atenção especial à população rural dispersa.

8.2. IMPACTOS

A médio e longo prazo, a execução do PMAS 2026–2029 deverá produzir impactos positivos e estruturantes na realidade social de Coronel Domingos Soares, contribuindo para a redução das vulnerabilidades sociais, a prevenção de situações de risco e a mitigação das violações de direitos.

Entre os principais impactos esperados destacam-se:

- Melhoria do acesso da população, especialmente rural, aos serviços socioassistenciais, com redução de barreiras territoriais e maior equidade na oferta;
- Fortalecimento da proteção social às famílias com crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e mulheres em situação de vulnerabilidade;
- Redução da reincidência de situações de violação de direitos acompanhadas pela Proteção Social Especial, por meio de intervenções mais qualificadas e integradas;
- Ampliação da capacidade do município em responder a situações de emergência, risco social e desproteção;
- Maior integração entre serviços, programas e benefícios, com fortalecimento da função protetiva do SUAS;
- Qualificação da gestão pública da Assistência Social, com maior planejamento, monitoramento, transparência e participação social;
- Consolidação do SUAS municipal como política pública estruturante, territorializada e orientada à garantia de direitos.

Esses impactos reafirmam o compromisso do município com a Política de Assistência Social como política pública essencial, não contributiva e integrante da Seguridade



Social, contribuindo para a promoção da dignidade humana, a redução das desigualdades sociais e o fortalecimento da cidadania no território de Coronel Domingos Soares.

9. RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E ESTRUTURAIS

9.1. RECURSOS HUMANOS

A execução do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) no período de 2026 a 2029 está diretamente vinculada à capacidade de atuação das equipes responsáveis pela gestão do SUAS e pela oferta dos serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, devendo observar os parâmetros estabelecidos na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS), bem como as especificidades do porte e da organização territorial do município.

9.1.1. Capacidade instalada

Composição Atual de Recursos Humanos da Assistência Social

Área / Serviço	Cargo / Função	Vínculo	Carga Horária
Órgão Gestor	Diretora	Cargo em comissão	40 horas
	Analista Administrativo	Concursada	40 horas
	Auxiliar Administrativo	Cargo em comissão	40 horas
Proteção Social Especial (PSE)	Assistente Social	PSS	30 horas
	Psicólogo	PSS	40 horas
CRAS	Motorista	Cargo em comissão	40 horas
	Motorista	PSS	40 horas
	Serviços Gerais	Concursada	40 horas
	Serviços Gerais	PSS	40 horas
	Estagiário (nível médio)	Estágio	30 horas
	Jovem Aprendiz	Aprendizagem	20 horas
	Jovem Aprendiz	Aprendizagem	20 horas



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social



Área / Serviço	Cargo / Função	Vínculo	Carga Horária
	Assistente Social	PSS	40 horas
	Assistente Social	PSS	30 horas
	Coordenadora do CRAS	Cargo em comissão (compartilhado com Casa Lar)	40 horas
Casa Lar	Mãe Social	Concursada	40 horas
	Auxiliar de Serviços Gerais (atuando como Mãe Social)	Concursada	40 horas
	Mãe Social	PSS	40 horas
	Mãe Social	PSS	40 horas
	Mãe Social	PSS	40 horas
Cadastro Único (Posto de Cadastramento)	Auxiliar Administrativo	Concursado	40 horas

Atualmente, o município conta com equipe técnica atuando no âmbito da Proteção Social Básica, por meio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), composta por coordenador, assistente social e psicólogo, com diferentes cargas horárias, sendo todos os profissionais vinculados por contratos temporários ou cargos em comissão.

No âmbito da Proteção Social Especial, o município não dispõe de CREAS implantado, sendo o atendimento das situações de média complexidade realizado por equipe composta por assistente social e psicóloga. O Serviço de Acolhimento Institucional – Casa Lar conta com cinco mães sociais, sendo a coordenação do serviço exercida pela mesma profissional responsável pela coordenação do CRAS.

A gestão administrativa, financeira e o apoio aos conselhos de políticas públicas são exercidos por um profissional de nível superior e um profissional de nível médio, que também atuam de maneira articulada com outras políticas setoriais, como política da pessoa idosa, da mulher, da pessoa com deficiência e da criança e do adolescente. Não há equipe específica de Vigilância Socioassistencial implantada no município.



9.1.2. Análise de adequação à NOB-RH/SUAS e identificação de lacunas

De acordo com a NOB-RH/SUAS, a equipe mínima de referência do CRAS deve ser composta, no mínimo, por coordenador, assistente social, psicólogo e dois profissionais de nível médio, sendo estes últimos indispensáveis para o apoio operacional, o acompanhamento territorial e a execução das ações socioeducativas em grupo.

Nesse sentido, o diagnóstico evidencia desalinhamento em relação à composição mínima recomendada, em razão da ausência de profissionais de nível médio na equipe do CRAS, bem como da inexistência de equipe específica de Vigilância Socioassistencial. Observa-se, ainda, acúmulo de funções técnicas e de gestão, especialmente na coordenação de serviços e na condução das atividades administrativas, financeiras e de apoio ao controle social.

Essas lacunas impactam diretamente:

- a capacidade de cobertura territorial, sobretudo em áreas rurais;
- o acompanhamento familiar continuado;
- a execução de ações coletivas e comunitárias;
- o monitoramento sistemático das informações e indicadores do SUAS;
- a separação adequada entre funções de gestão, execução e vigilância.

9.1.3. Estratégia de enfrentamento

O PMAS prevê o enfrentamento dessas fragilidades de forma progressiva e compatível com a capacidade administrativa e financeira do município, por meio de ações voltadas à qualificação da gestão do trabalho, reorganização das equipes, fortalecimento institucional do SUAS e implantação gradual de funções estratégicas, como a Vigilância Socioassistencial, conforme pactuações intergovernamentais e deliberações do CMAS.

9.2. RECURSOS MATERIAIS



A execução das ações previstas no Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) requer a disponibilidade de recursos materiais adequados ao funcionamento dos serviços socioassistenciais, da gestão do SUAS, do controle social e das atividades de planejamento e monitoramento da política pública.

9.2.1. Capacidade Material Existente

O município dispõe, atualmente, de recursos materiais suficientes e adequados para a execução das atividades administrativas, técnicas e operacionais da Política de Assistência Social. Estão disponíveis mobiliário, equipamentos de informática, materiais de escritório e insumos necessários ao desenvolvimento das ações dos serviços socioassistenciais, bem como ao funcionamento da gestão do SUAS e ao apoio às instâncias de controle social.

Os recursos materiais existentes possibilitam a realização de atendimentos individuais, acompanhamento familiar, atividades coletivas, ações socioeducativas e registros técnicos, atendendo às demandas atuais da política de Assistência Social no território.

9.2.2. Estratégia de Manutenção e Qualificação

Embora não sejam identificadas, no momento, insuficiências relevantes de recursos materiais, o PMAS reconhece a importância do planejamento contínuo para manutenção, conservação, atualização e reposição desses recursos ao longo de sua vigência.

Nesse sentido, a gestão municipal compromete-se a:

- manter os recursos materiais em condições adequadas de uso;
- planejar a reposição gradual de equipamentos quando necessário;
- garantir que a disponibilidade de materiais acompanhe eventuais ampliações da oferta de serviços e ações socioassistenciais;
- assegurar condições adequadas de trabalho às equipes e qualidade no atendimento à população usuária.



Essa estratégia visa preservar a capacidade instalada do município e prevenir situações de precarização material que possam comprometer a execução das ações previstas no PMAS.

9.3. RECURSOS ESTRUTURAIS

9.3.1. Capacidade Estrutural Instalada

O município dispõe de estrutura física e logística adequada para a execução da Política de Assistência Social, contemplando equipamentos próprios e espaços que asseguram o funcionamento dos serviços socioassistenciais, da gestão do SUAS e das ações de apoio ao controle social.

Integram a capacidade estrutural instalada do município:

- 01 prédio próprio destinado ao funcionamento do Órgão Gestor da Assistência Social;
- 01 CRAS próprio, destinado à execução da Proteção Social Básica;
- 01 prédio próprio utilizado para doações de roupas e realização de cursos e atividades socioassistenciais;
- 01 quadra descoberta própria, utilizada para atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV);
- 01 Casa Lar própria, destinada à execução do Serviço de Acolhimento Institucional;
- 01 espaço locado para a execução de atividades do SCFV.

No que se refere à estrutura logística e de transporte, o município conta com frota própria destinada ao apoio às ações da Assistência Social, composta por:

- 01 ônibus;
- 01 van de passageiros;
- 01 van adaptada para uso como escritório itinerante;
- 01 caminhonete;



- 03 veículos de passeio.

Essa estrutura possibilita o deslocamento das equipes técnicas, a realização de ações descentralizadas, o atendimento em territórios rurais e o transporte de usuários, quando necessário, contribuindo para a ampliação do acesso da população aos serviços socioassistenciais.

9.3.2. Estratégia de Manutenção e Adequação Estrutural

Embora o município disponha de estrutura física e logística suficiente para a execução das ações previstas no PMAS, o Plano reconhece a necessidade de manutenção contínua e adequações funcionais, visando assegurar:

- acessibilidade aos usuários;
- privacidade nos atendimentos técnicos;
- espaços adequados para atividades coletivas, reuniões técnicas e ações socioeducativas;
- condições apropriadas de trabalho às equipes.

Considerando a extensão territorial do município e a predominância da população rural, o PMAS prevê a manutenção e o uso estratégico da estrutura existente, bem como a adoção de estratégias complementares, como a utilização de espaços comunitários e a realização de atendimentos descentralizados e itinerantes, de modo a garantir maior equidade no acesso aos serviços socioassistenciais.

10. FINANCIAMENTO

O financiamento da Política de Assistência Social no município, conforme previsto no Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) 2026–2029, é assegurado por recursos das esferas municipal, estadual e federal, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) e aplicados de acordo com as normativas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social



A composição dos recursos demonstra o compromisso do município com a cofinanciamento da política pública, garantindo a manutenção da rede socioassistencial, a gestão do SUAS, a oferta dos serviços da Proteção Social Básica e Especial, a concessão de benefícios eventuais e o fortalecimento do controle social.

1. Financiamento Municipal – Fundo Municipal de Assistência Social

Composição do Financiamento Municipal	Valor (R\$)
Fortalecimento do Controle Social (CMAS)	6.000,00
Gestão Administrativa do Fundo de Assistência Social	20.000,00
Bloco de Gestão do SUAS	600.000,00
Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único	121.000,00
PROCADSUAS	2.000,00
Gestão de Benefícios Eventuais	350.000,00
Bloco da Proteção Social Especial – Média e Alta Complexidade (MAC)	560.000,00
Bloco da Proteção Social Básica	800.000,00
Primeira Infância no SUAS – Programa Criança Feliz	1.000,00
Total do Financiamento Municipal	2.460.000,00

2. Financiamento Estadual

Composição do Financiamento Estadual	Valor (R\$)
Piso Único de Assistência Social (PAS – Estado)	75.000,00
Total do Financiamento Estadual	75.000,00

3. Financiamento Federal

Composição do Financiamento Federal	Valor (R\$)
Piso Básico Fixo – Proteção Social Básica	54.000,00
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	108.000,00
Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família (IGD-PBF)	38.400,00
Total do Financiamento Federal	200.400,00



4. Síntese Geral do Financiamento (2026)

Esfera	Valor (R\$)
Municipal	2.460.000,00
Estadual	75.000,00
Federal	200.400,00
Total Geral	2.735.400,00

11. INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e a avaliação do Plano Municipal de Assistência Social constituem instrumentos fundamentais de apoio à gestão do SUAS, permitindo o acompanhamento sistemático da execução das ações, o alcance das metas estabelecidas e a análise dos resultados e impactos gerados no território.

No contexto de um município de pequeno porte, com equipe reduzida e recursos limitados, o monitoramento do PMAS será realizado de forma simples, contínua e factível, priorizando o uso de informações já produzidas pelos serviços socioassistenciais, pelos sistemas de informação do SUAS e por registros administrativos existentes. Os resultados do monitoramento subsidiarão o planejamento, a tomada de decisão da gestão e o exercício do controle social pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

Os indicadores do PMAS estão organizados em três grupos complementares:

- Indicadores de Processo: acompanham a execução das ações, o funcionamento dos serviços e a organização da gestão;
- Indicadores de Resultado: medem melhorias no acesso, na oferta e na qualidade dos serviços socioassistenciais;
- Indicadores de Impacto: observam efeitos gerais e realistas da política de Assistência Social no território, considerando o porte do município.



11.1. MATRIZ SIMPLIFICADA DE INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

11.1.1. Indicadores de Processo

Objetivo / Meta Vinculada	Indicador	Fonte de Informação	Periodicidade	Responsável
Fortalecer a gestão do SUAS	Existência de fluxos e protocolos formalizados entre PSB, PSE e Gestão	Atas, protocolos, registros administrativos	Anual	Gestão do SUAS
Qualificar o funcionamento do CRAS	Percentual de funcionamento regular do CRAS ao longo do ano	Relatórios do CRAS / RMA	Anual	Coordenação do CRAS
Executar o PAIF de forma continuada	Número de famílias acompanhadas pelo PAIF	Prontuário SUAS / registros técnicos	Anual	Equipe do PAIF
Garantir a oferta do SCFV	Número de grupos do SCFV em funcionamento	Registros do serviço / SISC	Anual	Coordenação do SCFV
Qualificar a PSE	Número de atendimentos realizados pela PSE	Prontuário / registros da PSE	Anual	Equipe da PSE

11.1.2. Indicadores de Resultado

Objetivo / Meta Vinculada	Indicador	Fonte de Informação	Periodicidade	Responsável
Ampliar o acesso aos serviços socioassistenciais	Percentual de famílias do CadÚnico atendidas pelo CRAS	CadÚnico / Prontuário SUAS	Anual	Gestão / CRAS
Qualificar o acompanhamento familiar	Percentual de famílias com acompanhamento sistemático registrado	Prontuário SUAS	Anual	Equipe técnica



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social



Objetivo / Meta Vinculada	Indicador	Fonte de Informação	Periodicidade	Responsável
Fortalecer a articulação da rede	Número de encaminhamentos efetivados entre PSB, PSE e rede	Registros técnicos	Anual	Gestão / Serviços
A implantação da Política de Assistência Social no município	Percentual de casos da PSE com acompanhamento ativo	Registros da PSE	Anual	Equipe da PSE
Ampliar o acesso da população rural	Número de ações descentralizadas realizadas	Relatórios de atividades	Anual	CRAS / Gestão

11.1.3. Indicadores de Impacto

Objetivo / Meta Vinculada	Indicador	Fonte de Informação	Periodicidade	Responsável
Reduzir situações de desproteção social	Redução de reincidência de casos acompanhados pela PSE	Registros do serviço	Anual	Gestão / PSE
Fortalecer a proteção familiar	Percentual de famílias com melhoria no acompanhamento registrado em prontuário	Prontuário SUAS	Anual	CRAS / PSE
Ampliar a capacidade protetiva do SUAS	Manutenção ou ampliação da cobertura dos serviços socioassistenciais	Relatórios de gestão	Anual	Gestão do SUAS
Qualificar a política de Assistência Social	Grau de cumprimento das metas do PMAS	Relatório de monitoramento	Anual	Gestão / CMAS

Os resultados do monitoramento e da avaliação do PMAS serão utilizados para:

- subsidiar o replanejamento anual das ações da Assistência Social;



- apoiar decisões da gestão municipal;
- orientar ajustes na oferta dos serviços;
- fortalecer o controle social, por meio da apresentação periódica das informações ao CMAS;
- qualificar a transparência e a prestação de contas da política pública.

12. CONCLUSÃO

O Plano Municipal de Assistência Social de Coronel Domingos Soares para o quadriênio 2026–2029 consolida-se como instrumento estratégico de planejamento, gestão e garantia de direitos no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Elaborado a partir de diagnóstico socioterritorial consistente, o Plano reflete a realidade de um município de pequeno porte, com extensa área territorial, predominância de população rural, forte incidência de vulnerabilidades socioeconômicas e desafios relacionados ao acesso aos serviços públicos.

Ao longo de sua construção, o PMAS reafirma a centralidade da proteção social como política pública de caráter não contributivo, orientada pelos princípios da universalidade do acesso, da matricialidade sociofamiliar, da territorialização das ofertas e da participação social. As diretrizes, objetivos, metas e ações estabelecidas dialogam diretamente com as demandas identificadas no território e com a capacidade instalada da rede socioassistencial, buscando assegurar coerência entre planejamento, execução e financiamento.

O Plano organiza de forma integrada as ações da Proteção Social Básica, da Proteção Social Especial, da Gestão do SUAS, da Vigilância Socioassistencial, do Controle Social, do Financiamento e da Gestão do Trabalho, reconhecendo que o fortalecimento da política de assistência social depende da articulação entre esses eixos. Destaca-se o compromisso com a qualificação dos serviços continuados, com o aprimoramento dos processos de gestão, monitoramento e avaliação, e com a ampliação da capacidade institucional do município para responder de forma mais efetiva às situações de vulnerabilidade, risco social e violação de direitos.



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ
Departamento Municipal de Ação Social



O PMAS 2026–2029 também reforça a importância da articulação intersetorial e da atuação em rede, reconhecendo que a efetivação da proteção social exige integração permanente com as políticas de saúde, educação, trabalho, habitação e com o Sistema de Garantia de Direitos. Nesse sentido, o Plano assume a Vigilância Socioassistencial como função estratégica da gestão, orientando o uso sistemático de informações e indicadores para o planejamento, a tomada de decisão e a correção de rumos ao longo do quadriênio.

Por fim, este Plano expressa o compromisso do município de Coronel Domingos Soares com a consolidação do SUAS, com a transparência da gestão pública e com o fortalecimento do controle social, reconhecendo os limites orçamentários e administrativos próprios de um município de pequeno porte, mas reafirmando a responsabilidade do poder público na garantia de direitos socioassistenciais. O acompanhamento, o monitoramento e a avaliação periódica das metas e ações previstas serão fundamentais para assegurar a efetividade deste instrumento, permitindo ajustes necessários e garantindo que a política de assistência social continue avançando de forma planejada, responsável e alinhada às necessidades da população.